

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carla da Conceição Alves Machado

**Caminhos de São Bento
(Santo Tirso-Vizela-Terras de Bouro)**

Carla da Conceição Alves Machado **Caminhos de São Bento (Santo Tirso-Vizela-Terras de Bouro)**

UMinho | 2017

fevereiro de 2017



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carla da Conceição Alves Machado

**Caminhos de São Bento
(Santo Tirso-Vizela-Terras de Bouro)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa

DEDICATÓRIA

Às maninhas, Eva, Eduarda, Fernanda e Sara...

pelo apoio e companhia, ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Este projeto é o desfecho de um longo percurso, pelos caminhos de S. Bento. Desde logo dirijo o meu agradecimento, a todos os que colaboraram neste projeto e como tal não poderia esquecer os professores do Mestrado em Património e Turismo Cultural.

Devo uma palavra de apreço e especial agradecimento à atual diretora do curso, a Professora Doutora Paula Bessa, pela sua orientação e pelo apoio incomensurável.

Ao meu Pai, Manuel Machado, enquanto esteve comigo aqui, na Terra e, agora, de lá de cima, do Céu, agradeço que me tenha guiado e tornado possível esta caminhada académica.

À minha família, principalmente às minhas irmãs, Eva, Sara, Eduarda e à Fernanda agradeço a força e incentivo que me deram. À prima Lena agradeço a minha inspiração académica. E aos meus amigos, em particular ao Pedro Azevedo, agradeço a partilha de conhecimento e as grandes jornadas de conversas, ao longo de todo o meu percurso académico.

À Câmara Municipal de Vizela, à Dr.^a Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar, vereadora, e ao Dr. Bruno Domingos da Costa A. Coelho, bem como à Eng.^a. Fátima Ferreira Pereira, da confraria de S. Bento das Peras, agradeço por todo o material disponibilizado.

Ao Cónego Avelino de Jesus Costa, da Basílica Menor, de Terras de Bouro agradeço a simpatia e gentileza com que me recebeu e toda a informação que partilhou comigo. Agradeço ainda ao pároco do mosteiro de S. Bento, S. Tirso, José Paulo de S. Teixeira e ao Sr.^o. Victor Matias, seu colaborador.

Por último uma palavra de gratidão ao Sr. Padre Constantino Matos de Sá, pela fé e religiosidade que compartilhou comigo. Devo ainda um enorme reconhecimento a todas as pessoas que, nas entrevistas, partilharam comigo as mais diversas manifestações de fé a S. Bento, de forma espontânea e sincera.

Por último, não poderia deixar de agradecer a amabilidade e colaboração dos vários municípios com os quais contactei.

RESUMO

As peregrinações sempre foram motivo de deslocação dos mais diversos povos no mundo.

Na Europa, realizaram-se grandes jornadas deste tipo, proporcionando um intercâmbio cultural sem precedentes.

Um dos grandes construtores desta identidade europeia foi S. Bento, de par com a difusão da sua regra beneditina.

A devoção a S. Bento continua presente, por exemplo, no Noroeste de Portugal, onde é venerado no mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), em S. Bento das Peras (Vizela) e em S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), santuários nos quais se gera uma simbiose entre o profano e o sagrado.

O ato de peregrinar além de ser um testemunho de devoção, é simultaneamente uma deslocação, o que permite o seu enquadramento no turismo religioso.

É esta dinâmica que, articulada com um vasto património cultural, material e imaterial, pode contribuir para a preservação de uma identidade local e regional, convocando uma cooperação entre os diversos municípios.

Os “***Caminhos de S. Bento***”, como propomos que se venham a assinalar e a designar, além de permitirem conhecer as vivências dos devotos, dão visibilidade e rentabilidade a estruturas de carácter variado existentes nos territórios concelhios que percorrem e aos quais se refere o estudo subjacente a este Relatório de Projeto, sendo estes os aspetos que pretendemos valorizar neste trabalho.

Palavras-chave: turismo religioso, turismo cultural, peregrinação, caminho, S. Bento

ABSTRACT

Pilgrimages were a cause for the wandering of people of the most various origins in the world.

In Europe, pilgrimages promoted cultural exchanges of huge consequences.

One of the great builders of the European identity was Saint Benedict along with the diffusion of the Benedictine rule.

Devotion to Saint Benedict is still present, for instance, in the Northwest of Portugal. The devotion to this saint is still very much alive in the monastery of S. Bento (Santo Tirso), in S. Bento das Peras (Vizela), and in S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro). In these sanctuaries takes place a symbiosis between the profane and the sacred.

The practice of the pilgrimage is both an expression of devotion and a reason for people to move from the place where they live to a sanctuary; this movement of people can be related to religious tourism.

The dynamism of these pilgrimages in articulation with a vast cultural - material and immaterial - patrimony, can contribute to the preservation of a local and regional identity fostered by the cooperation of various municipalities.

The “***Routes of Saint Benedict***”, as I propose to signal them and to call them, allow us to know how pilgrims live their devotional experiences and add to the notoriety of the varied patrimony that exists in the various municipalities where the pilgrimages I have studied take place.

These are the matters I want to value with this work.

Keywords: religious tourism, cultural tourism, pilgrimage, route, Saint Benedict.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	ix
ÍNDICE GERAL.....	xi
ÍNDICE DE IMAGENS.....	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1. Turismo, turismo cultural (e religioso).....	5
1.1. Turismo.....	5
1.2. Turismo Cultural (e religioso).....	10
Capítulo 2. Peregrinar. Caminhos. Pedestrianismo, marcação de caminhos, sinalização e elementos de sinalética a conceber.....	19
2.1. Peregrinar.....	19
2.2. Caminhos.....	28
2.2.1. Pedestrianismo.....	34
2.2.2. Marcação de caminhos.....	40
2.2.3. Sinalização.....	41
2.2.4. Elementos de sinalética a conceber.....	41
Capítulo 3. S. Bento e os santuários de peregrinação a S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro).....	43
3.1. S. Bento (breves apontamentos sobre o santo).....	43
3.2. Mosteiro de S. Bento (Santo Tirso).....	45
3.3. S. Bento das Peras (Vizela).....	48
3.4. S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro).....	54

3.5. Devoção a S. Bento e peregrinações a S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Pêras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro)	59
Capítulo 4. “Caminhos de S. Bento”: reflexões e propostas	64
Capítulo 5. “Caminhos de São Bento”	68
5.1. Traçado dos “Caminhos de S. Bento”	68
5.1.1. Propostas de itinerários complementares aos “Caminhos de S. Bento”	70
5.2. Descrição detalhada dos roteiros propostos, assinalando objetos patrimoniais exemplares, oferta de atividades, de alojamento e de restauração	72
5.2.1. Santo Tirso.....	72
5.2.2. Vizela	75
5.2.2.1. Percurso já implementado: “Rota Margens do Rio Vizela”	77
5.2.2.2. Percurso já implementado: “Trilho de S. Bento”	83
5.2.3. Guimarães	85
5.2.4. Póvoa de Lanhoso.....	107
5.2.5. Terras de Bouro	111
Capítulo 6. Implementação dos “Caminhos de São Bento”	117
6.1. Divulgação	117
6.2. Avaliação	117
6.3. Sustentabilidade dos caminhos	117
Capítulo 7. O 11 de Julho.....	118
Capítulo 8. Análise SWOT	126
Conclusão.....	129
Bibliografia.....	131
Webgrafia	134
Anexos.....	136
1. Informações resultantes de entrevistas aos párocos e a outros responsáveis pelo acolhimento de peregrinos.....	136

S. Bento da Porta Aberta	136
S. Bento (Santo Tirso).....	137
S. Bento das Peras (Vizela)	138
2. Fotografias complementares.....	141

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1- PR e GR.....	42
Figura 2- São Bento.....	43
Figura 3- Envolvente do mosteiro de S. Bento, Santo Tirso.....	45
Figura 4- Fachada do Mosteiro de São Bento com as estátuas	47
Figura 5- Antiga ermida de S. Bento	48
Figura 6- Ermida de S. Bento.....	48
Figura 7- Capela antiga de São Bento das Pêras	49
Figura 8- Atual igreja	49
Figura 9- Pedra pintada de branco como testemunho de promessa cumprida e em agradecimento da graça concedida	51
Figura 10- Altar com imagem de São Bento.....	53
Figura 11- S. Bento Porta Aberta	54
Figura 12- O novo Santuário.....	56
Figura 13- Imagem de São Bento, S. Bento da Porta Aberta	57
Figura 14- Um dos painéis de azulejos com cenas da vida de São Bento, S. Bento da Porta Aberta.	58
Figura 15- N° de visitas nos 3 santuários.....	60
Figura 16- Dias do ano com o n° de visitantes	60
Figura 17- Motivações	61
Figura 18- Oferendas por visitante	62
Figura 19- Motivos da deslocação (em questões de doença)	63
Figura 20- Mapa ilustrativo dos Caminhos de S. Bento.....	68
Figura 21- Itinerário carro.....	69
Figura 22- Ponte Medieval	71

Figuras 23- Atividades em Vizela	78
Figura 24- Implantação cartográfica e elevação do percurso.....	79
Figura 25- Zona de lazer em S.Bento das Pêras	82
Figura 26- S. Bento das Pêras (Vizela)	84
Figura 27- Implantação cartográfica e elevação do terreno.....	85
Figura 28- São Torcato	106
Figura 29- Oferendas.....	118
Figura 30- S. Bento	119
Figura 31- Mosteiro Santo Tirso.....	120
Figura 32- Peregrinação S. Bento das Pêras	121
Figura 33- peregrino.....	122
Figura 34- Procissão	123
Figura 35- Peregrinos.....	124
Figuras 36- Oferendas	125
Figura 37- Velas	125
Figura 38- Credencial	153
Figura 39- Credencial	154
Figura 40- Logo	155

Introdução

Este trabalho de «Projeto» apresenta-se no âmbito do Mestrado de Património e Turismo Cultural e parte de uma experiência pessoal e de uma constatação algo perturbante; por um lado, ao longo da vida e, sobretudo, à medida que fui amadurecendo, fui-me apercebendo de que uma grande parte da minha Família e das pessoas que conheço, vizinhos, colegas e trabalhadores nas mesmas empresas em que tenho trabalhado, recorre a S. Bento e peregrina, regularmente, até S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro); por outro lado, apercebi-me de que existe um enorme contraste entre o interesse e investimento nos “Caminhos (portugueses) de Santiago” e o interesse e investimento nos caminhos efetivamente percorridos pelos peregrinos que se dirigem a S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), que seguem percursos a que podíamos chamar “Caminhos de S. Bento”.

Assim, por um lado, a opção por este Projeto deveu-se ao facto de termos constatado que, se muito legitimamente, se tem dado muita atenção aos «Caminhos de Santiago», o mesmo não tem acontecido com os caminhos para S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), apesar de um grande número de pessoas os percorrer. De facto, recentemente, a igreja de S. Bento da Porta Aberta foi elevada a “Basilica Menor” pelo, então, Papa Francisco, dado o elevado número de peregrinos que ali acorrem (recebe anualmente cerca de seiscentos mil peregrinos), sendo o segundo local de culto mais visitado em Portugal.

As peregrinações foram e continuam a ser um fenómeno de grande expressão no mundo. Anualmente, continuam a deslocar-se milhares de pessoas a locais sacralizados, das mais diversas religiões.

Estas deslocações promovem o encontro de várias culturas, o desenvolvimento de cidades, e até propiciaram guerras.

S. Bento, “patrono” da Europa, também suscitou estes fenómenos. Continua viva a devoção que lhe é votada em igrejas e mosteiros.

A sua obra e dos monges beneditinos promoveu importante difusão cultural à escala da Europa. Estes monges souberam guardar nos seus conventos códices que conservaram obras

literárias, filosóficas e, como hoje diríamos, científicas da Antiguidade, transcritas e comentadas ao longo da Idade Média. Pio XII designou S. Bento como “Pai da Europa” e, depois, Paulo VI referiu-se-lhe, em 24 de Outubro de 1964, como “S. Bento, o principal Padroeiro da Europa”.

A ideia beneditina “Ora et labora” permitiu que os monges gerissem as vinte e quatro horas do dia numa hábil organização que incluía a oração, o canto litúrgico, a leitura, trabalhos manuais, o exercício de artes, das ciências e do ensino.

Em Portugal, as ordens religiosas foram extintas em 1834 mas S. Bento continua a ser alvo da devoção dos povos. Numa época em que a religiosidade parece diminuir, o culto a este Santo continua vivo, como testemunha o aumento de pessoas que frequentam as festas em honra de S. Bento em S. Bento da Porta Aberta, S. Bento de Santo Tirso, e S. Bento das Peras, nas quais parece dar-se uma simbiose entre o que é do âmbito do divino e do profano.

Desta forma, estudar o turismo religioso, assim como as motivações dos peregrinos são aspetos basilares subjacentes a este projeto.

Assim, este Projeto tem como objetivo estudar os caminhos de peregrinação que se dirigem do mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), a S. Bento das Peras (Vizela) e a S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro). Como corolário da experiência de percorrer estes caminhos, conjuntamente com peregrinos, pretendemos mapeá-los e propor medidas que contribuam para melhorar a visibilidade destes “Caminhos de S. Bento” (quer do ponto de vista daqueles que os percorrem e que, muitas vezes, se perdem neles, quer do ponto de vista da sociedade portuguesa em geral que parece conhecer melhor os “Caminhos de Santiago” do que outros que se percorrem no velho Entre Douro e Minho, no Noroeste de Portugal) e para, sobretudo, melhorar a segurança dos peregrinos.

Pretendemos também propor roteiros complementares que, acompanhando tais caminhos, sugiram aos peregrinos (ou turistas), depois de terem alcançado o(s) santuário(s) da(s) sua(s) escolha(s), outros locais de interesse que possam tornar os dias dedicados à peregrinação mais ricos de experiências, usufruindo de património exemplar, paisagístico, arquitetónico, gastronómico, cultural.

***Metodologia**

No trabalho que agora apresentamos, dada a natureza das questões que pretendíamos abordar e os objetivos que definimos, tivemos que usar vários tipos de metodologias de trabalho que, sucintamente, passamos a expor.

1.1. Trabalho de Campo

O trabalho de campo baseou-se em:

1) metodologia de carácter exploratório, incluindo observação presencial (acompanhando os peregrinos nos caminhos que percorrem);

2) entrevistas semiestruturadas aos párcos, seus auxiliares, membros de Confrarias e de outras organizações ligados aos vários santuários (Mosteiro de S. Bento, Santo Tirso, S. Bento das Peras, Vizela, e S. Bento da Porta Aberta, Terras de Bouro) que atraem os peregrinos;

3) entrevistas a peregrinos para tentarmos compreender as suas motivações e de que formas se revestem as suas manifestações de devoção.

1.2. Trabalho de gabinete

À medida que íamos desenvolvendo o contacto com os peregrinos nos “*Caminhos de S. Bento*”, com os santuários, com o clero que os serve e com outras instituições a eles ligados, tivemos necessidade de aprofundar o nosso conhecimento sobre todas as questões que destes contactos, a múltiplos níveis, emergiam. Para tal, socorremo-nos de uma vasta e variada bibliografia abordando todos os domínios e questões que trataremos ao longo deste Relatório de Projeto.

1.3. Trabalho avançado de gabinete

O trabalho avançado de gabinete teve por objetivos:

1) registo, usando coordenadas GPS, dos «Caminhos de S. Bento de Porta Aberta» a partir de Santo Tirso, passando por S. Bento das Peras (Vizela) e até S. Bento da Porta Aberta (no qual se baseou o mapeamento que propomos dos “Caminhos de S. Bento” no capítulo adequado);

2) conceção de roteiros, seguindo os «Caminhos de S. Bento», e seleccionando propostas complementares de locais de visita;

3) análise SWOT prévia da implementação dos «Caminhos de S. Bento »;

4) redação do Relatório de Projeto.

***Estado da Arte**

Embora seja parte da tradição académica incluir-se um capítulo com este título, “Revisão da Literatura”, dada a natureza do trabalho que quisemos desenvolver, optamos por, neste curto texto, apenas apontarmos, brevemente e genericamente, a variedade bibliográfica a que tivemos que recorrer.

Na verdade, o desenvolvimento deste projeto, tendo em conta a questão de que nos ocupámos e os objetivos aos quais nos propusemos, obrigou a uma abordagem bibliográfica vasta e variada que considerasse todas as áreas de conhecimento relevantes: turismo, turismo cultural e turismo religioso, planeamento e gestão sustentável, peregrinações e sua relação com o turismo, o caso exemplar e particular dos itinerários portugueses dos Caminhos de Santiago, S. Bento (sua vida e obra), caracterização dos concelhos abrangidos pelos “Caminhos de S. Bento”, estudos sobre os santuários que são centros de peregrinação a S. Bento e nos quais centrámos a nossa pesquisa (S. Bento, Santo Tirso; S. Bento das Peras, Vizela; S. Bento da Porta Aberta, Terras de Bouro).

Assim, em vez de desenvolvermos aquilo que seria, necessariamente, um longuíssimo capítulo de “Revisão da Literatura”, considerando todos os aspetos abordados, optamos por apresentar os resultados das leituras críticas que fizemos plasmando-os nos capítulos que se seguem e a propósito de todas as questões referidas.

Capítulo 1. Turismo, turismo cultural (e religioso)

1.1. Turismo

Desde sempre, o Homem sentiu necessidade de se deslocar de um local para o outro, pelas mais diversas razões, fosse para se defender, à procura de alimentos, para se proteger do frio, ou para as mais básicas necessidades. Estas deslocações não necessitavam de qualquer designação. Só quando Homem se tornou sedentário é que a ideia de indivíduo que se desloca se afirma. A noção de fronteira e de territorialidade fixam-se e limitam-se. Desde então, aquele que se move do seu local de origem para outro sítio passou a chamar-se hóspede, (hospites, em latim, ou xénos, em grego), viante, viajante ou forasteiro). Estas expressões permaneceram durante séculos, para designar qualquer pessoa que se deslocasse independentemente da razão, porque o fazia.

Mas quando as deambulações dos homens se começaram a realizar por motivos de prazer, de cultura, ou de repouso, com frequência, dando origem a atividades económicas, é que se sentiu necessidade de as designar, com expressões próprias.

Desde então, as viagens tornaram-se um fenómeno comum a qualquer povo. No mundo atual, todos viajamos, seja folheando revistas ou até mesmo navegando na internet.

A primeira viagem do Homem terá sido, quando este saiu de África há vários milhões de anos, seguiram-se muitas outras, desde a descoberta de caminhos marítimos, o caminho para a lua ou à estação espacial internacional: o Homem sempre se procurou orientar no(s) mundo(s). As viagens tornaram-se assim um fenómeno de natureza múltipla e, poderíamos dizer, inesgotável.

Embora não se conheça o momento certo do aparecimento do vocábulo turista, é geralmente aceite que tenha surgido na Inglaterra no início do século XVIII, associado aos jovens aristocratas que viajavam pela Europa, no final dos seus estudos, como complemento da sua educação. Estes, lançando-se numa “tour” ou na “grand tour” para conhecerem de perto e in situ muito daquilo que haviam previamente estudado, começaram a ser conhecidos por turistas (tourists) e essa atividade passou a designar-se turismo (tourism).

Alguns autores apontam o ano de 1760 como aquele em que a palavra “tour” aparece documentada numa publicação. Mas é nas *Mémoires d’ un Touriste*, de Stendhal que a expressão se propaga, no ano de 1838¹.

Várias tem sido as tentativas de responder à questão: o que é o turismo? Porém até ao momento nenhuma tem aceitação generalizada e as divergências são acentuadas. Pois várias são as áreas científicas que se debruçam sobre esta realidade, e às quais devemos recorrer quando queremos perceber a natureza multidimensional, multifacetada, e complexa do turismo².

Embora pareça uma realidade fácil de explicar, o turismo, enquanto conceito, coloca algumas das questões que dificultam a sua definição e não existe concordância relativamente a este aspeto.

Na língua Portuguesa a palavra turismo deriva de *tour*, do latim *tornare*, e do grego *tornus*, cujo significado é giro ou círculo. Turismo seria, portanto, o ato de partir e posteriormente regressar ao ponto inicial, sendo que o realizador deste giro é denominado turista.

De séculos passados, a nossa memória histórica recorda-nos nomes de grandes viajantes - Gilgamesh, Alexandre Magno, Aníbal, Júlio César, Frederico Barbaruiva; estes homens contactaram com outros povos, ampliaram o conhecimento geográfico, estabeleceram permutas de bens e recursos. Com as suas deambulações – e, por vezes, expansão – tomou-se consciência de novas terras e de diferentes culturas.

Também não podemos esquecer os grandes exploradores- Marco Polo, Vasco da Gama, Colombo, Cabral, Magalhães, Capelo, Ivens, Serpa Pinto - representando um outro padrão de viagem, visando sobretudo a glória das suas viagens encaradas como “feito” e a conquista política.

Em Portugal, Eça de Queiroz foi um dos precursores a usar a palavra “touriste” no seu romance *Os Maias*, editado em 1888. Usou o termo em francês, porque ainda não existia correspondente na língua portuguesa, o que só viria acontecer, no início do século XX. Ainda retratou na personagem Fradique Mendes, o viajante culto e diletante³.

¹ Cunha, Licínio, *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, Dep. Legal: 172944/01, pág. 15.

² Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável*, 2006, Edições Sílabo, pág. 21.

³ Ralha, Paulo Alexandre, *Análise do Valor Turístico-Patrimonial do Minho*, Tese de Mestrado em Património e Turismo, Braga, Universidade do Minho, 2006, pág. 9.

Outro dos viajantes portugueses no século XIX foi D. Pedro V, rei entre 1850 e 1861, e que realizou viagens pela Europa, que lhe permitiram abordar questões centrais da cultura europeia de então⁴.

Contudo é de realçar que os portugueses sempre foram um povo viajante, aventureiro, não tivéssemos sido nós uns dos pioneiros na descoberta do novo mundo.

O conceito de turismo tem sofrido alterações significativas ao longo dos tempos, tendo surgido segundo Fuster, pela primeira vez, em 1929 com Glucksmann. Todavia foram os professores Walter Hunziker e Kurt Krapt, que em 1942 conceberam uma definição mais elaborada de turismo «o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal»⁵.

Esta definição é abrangente, porque contempla a atividade turística e a económica, e é ainda nos dias de hoje aceite por alguns especialistas. Todavia a visão alargada do turismo, enquanto viagem, contempla uma multiplicidade de motivações possíveis.

Na atualidade, é vulgarmente reconhecido que é possível encontrar dois tipos de definição para o conceito de turismo, conforme os objetivos referidos.

Assim podemos encarar o turismo sob o ponto de vista conceptual, e o objetivo é encontrar uma definição que forneça um instrumento teórico e que identifique as principais características do turismo e as distinga das restantes atividades. Do ponto de vista técnico, pretende-se que tal definição forneça informações estatísticas e informe medidas legislativas⁶.

Em 1982, Mathienson e Wall consideraram o turismo como «o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades».⁷ Esta definição embora seja mais esclarecedora que a anterior, porque abrange a oferta e a procura turística, é considerada pelo autor como incompleta.

⁴ *Idem*, pág. 9.

⁵ Cunha, Licínio, *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, Dep. Legal: 172944/01, pág. 29.

⁶ *Idem*, pag. 30

⁷ *Ibidem*, pág. 29

Mas com o crescente aumento do turismo, sentiu-se a necessidade de elaborar uma definição internacional de turismo. Esta falha irá ser colmatada, inicialmente, pelo Comité de Especialistas de Estatísticas da Liga das Nações (1937) e mais tarde (1968) pela recomendação da OMT (Organização Mundial de Turismo). Assim, considera-se turismo «o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros»⁸.

Esta definição não será a última, porque só privilegia aspetos relacionados com a procura turística, refere apenas as atividades desenvolvidas pelos turistas, e omite os aspetos relacionados com a oferta. Privilegia o lado da procura e não revela o da oferta⁹.

Outra definição de turismo que compreende considerações em relação à oferta é a de Leiper (1990) «a indústria do turismo consiste no conjunto de todas as empresas, organizações e *facilities* que têm como intento satisfazer as necessidades e desejos dos turistas»¹⁰.

Durante décadas, aproximadamente cinquenta anos (desde meados do séc. XIX até ao início do séc. XX), o conceito de turismo foi usado apenas para designar lazer, sendo o termo aplicado aquando de uma viagem realizada sem fins lucrativos e tendo como objetivo a satisfação pessoal, quer fosse para aprendizagem ou conhecimento, observação de costumes exóticos ou puro prazer.

O facto é que o turismo envolve uma deslocação, uma viagem e conseqüentemente uma atividade que se realiza longe de casa e prevê oferecer uma experiência.

O turismo intrinsecamente associado a um processo de mobilidade, visa envolver o consumo de experiências (embora não as ofereça necessariamente), entretenimento e diversão e oferece atividades orientadas para a procura¹¹.

A abordagem ao turismo pode estrutura-se sob diferentes aspetos tais como: motivações, os seus modos de exercício, os seus espaços de prática e ainda o seu conteúdo social. Por isso,

⁸ Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo, 2006, pág. 21.

⁹ Cunha, Licínio, *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, Dep. Legal: 172944/01, pag. 29.

¹⁰ Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo, 2006, pág. 23.

¹¹ *Idem*, pág. 23

fala-se de turismo de negócio e profissional, turismo religioso, desportivo, cultural, de saúde, de aventura, verde, litoral urbano, rural, elitista, de elevada gama social, de massas, entre outros.

Podemos concluir, de uma forma geral, que turismo não são apenas as viagens realizadas por fatores de ordem económica mas também as de lazer. O conceito de turismo apresenta nos dias de hoje uma dicotomia: a económica e a humana-social. Se, de um lado, temos os operadores turísticos e serviços a valorizarem o fator económico, a parte humana- social acentua cada vez mais o espírito de valorização do património, podendo ser natural, cultural, monumental ou imaterial.

Os operadores turísticos tem uma preocupação crescente em encontrar locais únicos, que permitam aumentar a oferta junto do público cada vez mais exigente e melhor informado.

As autarquias tem procurado de forma incessante valorizar o seu património, qualquer que ele seja, numa tentativa de promover a sua rentabilização e dinamização junto do público.

Entre 2016 e 2017, o turismo tem crescido de forma significativa em todo o mundo, e Portugal não é exceção. Hoje, existe um variadíssimo leque de ofertas turísticas com pacotes que contemplam as mais diversas atividades, proporcionando experiências únicas e por vezes memoráveis.

O direito às férias remuneradas foi um contributo, inigualável para crescimento do turismo. Se em tempos longínquos eram apenas os nobres, a realizar viagens, estas hoje estão ao alcance de qualquer um. A rede viária, a informação, a formação, as companhias de viagem low-cost, são o motivo para a deslocação de milhões de pessoas.

«O ano de 2015 marca o sexto ano consecutivo de crescimento do turismo mundial. Este crescimento estende-se á Europa; a maioria dos destinos europeus reporta um aumento no número de chegadas de turistas internacionais nos primeiros oito meses de 2015, em relação ao mesmo período do ano transato»¹².

«O crescimento permanece sólido, confirmando desempenho positivo dos destinos europeus. Estes resultados seguros são impulsionados pelo aumento da procura, quer dos mercados inter-regionais, quer dos mercados intercontinentais. Assim, confirma-se a tendência de

¹² <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/barometrosdeconjuntura/Pages/BarómetrosdeConjuntura.aspx> (acedido a 10.11.15)

crescimento sustentado estimado para 2015 e comprovam-se os esforços continuados dos destinos no combate à sazonalidade»¹³.

Para este crescimento contínuo têm contribuído vários fatores e agentes envolvidos numa parceria de sucesso, desde a União Europeia, os estados membros, autarquias e campanhas de dinamização. Entre elas é de destacar o recente programa 2020.

«O desenho e a implementação de um referencial estratégico para o turismo no âmbito do período de programação comunitária 2014-2020 exige uma integração de escalas de intervenção - nacional, regional e local - e uma participação dos vários atores organizacionais envolvidos no desenvolvimento do Turismo em Portugal»¹⁴.

1.2. Turismo Cultural (e religioso)

O turismo cultural é hoje, uma realidade emergente que mobiliza milhões de pessoas, no mundo. Foi na Europa que, desde tempos remotos, se movimentaram pessoas na procura de aprofundar conhecimentos e erudição, ocasionando trocas de conhecimentos. Arquitetos, pintores, escritores, homens dedicados às mais diversas áreas, cruzavam fronteiras na busca de novas experiências.

O turismo cultural constitui um fenómeno vocacionado para o lazer e os tempos livres, mobilizando, às vezes, conjuntamente, interesses de carácter cultural, intelectual, físico, social e profissional¹⁵. O turismo cultural propõe novas atividades económicas e políticas inovadoras, estruturadas para enfrentar todo este processo turístico, vendo nele um mercado a dominar. Considerado um fenómeno complexo, multifacetado e multidimensional, este tipo de turismo emerge hoje como um forte “consumidor de culturas”¹⁶.

13 <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/barometrosdeconjuntura/Pages/BarómetrosdeConjuntura.aspx> (acedido a 10.11.15)

14 <http://turismo2020.turismodeportugal.pt/pt/plano-de-acao/cluster/> (Acedido em: 10-11-2016)

15 Lima, Cristina Maria Fiúza da Rocha de, *Á Descoberta do Castro Stº. Estêvão da Facha, Um Percurso pedestre no Caminho de Santiago*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2011, pag.7

16 Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, vol I, II Jornadas Internacionais de Turismo, pag 19.

A relação entre turismo religioso e cultural é irrefutável. O património cultural, que muitas vezes também é religioso, torna estes segmentos do turismo muito próximos e, conseqüentemente, dependentes um do outro.

Apesar disso, não há consenso sobre o próprio conceito de turismo religioso, sendo que, na prática, há uma relação quase umbilical entre ambos.

A religião e a cultura estiveram desde sempre ligadas. Segundo Durkheim, citado por Varico da Costa Pereira, a religião e os valores em geral estão na base dos factos sociais e são os alicerces da estrutura social. Os limites entre o sagrado e o profano, embora possam ser aclarados, estão muito próximos. Como argumenta o autor “ talvez não haja júbilo onde não exista algum eco da vida séria. No fundo, a diferença está mais na proporção desigual em que esses dois elementos se combinam.”¹⁷

Outros autores, como Rinschede (1992), entendem que o turismo religioso, embora deva ser classificado separadamente faz parte do turismo cultural, esta posição também é partilhada por outros. Orriy (1993) declara que o turismo cultural está associado à curiosidade, à procura, ao interesse pela “formação”, pela estética, pelo património cultural e pela criação cultural que desde sempre existiram no Homem. Wolf (1998), faz a comparação entre as catedrais medievais e os modernos centros de turismo cultural (museus, centros de arte) e encontra semelhanças. Os dois elementos, que atraem peregrinos e turistas – e, às vezes, ambos -, constituem um desafio para os arquitetos e, neste sentido, o turismo cultural é, por vezes, entendido como um culto que celebra a cultura como substituto moderno da religião¹⁸.

Assim, na perspectiva do autor Varico da C. Pereira, o turismo cultural e o religioso incorporam um único produto, porque a realização de uma viagem por motivos meramente religiosos, não deixa de ter, como motivos inerentes, interesses culturais. O simples facto de nos deslocarmos do nosso local de residência, para contactar com outra cultura, com uma realidade diferente da do nosso quotidiano, transforma a viagem numa experiência de carácter cultural¹⁹. Porque o património religioso, além da dimensão espiritual que lhe é inerente, possui frequentemente elementos de valor artístico, histórico, simbólico e paisagístico que o transforma num importante recurso turístico de uma região ou até de um país.

¹⁷ *Idem*, pag. 71.

¹⁸ *Ibidem* pag. 71

¹⁹ *Ibidem* pag. 72.

O turismo também pode ser encarado como um fenómeno sociocultural, captado por um vasto grupo de profissionais. O turismo representa o património captado pelos historiadores, historiadores de arte e arqueólogos, transformado num produto enunciado estrategicamente pelo marketing, pela análise económica e financeira, envolvendo gestores, marcas étnico-culturais dos sociólogos e antropólogos, e ainda a busca a satisfação pelas pessoas, estudada pela psicologia²⁰.

O turismo desencadeia uma energia social, cultural e económica que consegue deslocar centenas de milhões de pessoas pelo mundo. Esta mobilidade que não é meramente física, mas iminentemente cultural e social, gera uma dinâmica que altera as regiões envolvidas e origina impactos profundos tanto nas regiões emissoras, como nas de acolhimento²¹.

Desta forma o turismo cultural pode contribuir para a reorganização de identidades culturais; como cultura de permanência, de par com um tempo de fugacidade, pode contribuir para estimular a conservação e preservação de bens culturais.

Alguns autores consideram o turismo cultural como um turismo “experiencial” no qual o turista procura uma comunhão com as produções culturais, em geral, e com as do património.

No entanto, já no período do Império Romano, considerado por alguns autores, como o dos primeiros “turistas culturais”, a motivação destes assentava na descoberta da cultura Grega e do Egito.

Na Idade Média, as peregrinações originaram “itinerários culturais” que hoje conhecemos, de índole cultural, e espiritual, do que é exemplo o «Caminho de Santiago»²².

A realização de peregrinações compreende um tipo de património cultural comum a muitos povos, caracterizando-se como uma forma típica das suas formas de expressão religiosa em termos individuais e sociais²³.

A religião e cultura sempre estiveram ligadas, e, no caso dos peregrinos, frequentemente, ambas constituem um único segmento, um só produto, uma viagem com esses dois propósitos²⁴.

²⁰ *Ibidem*, pág. 19.

²¹ *Ibidem*, pág. 20.

²² Lima, Cristina Maria Fiúza da Rocha, *Á descoberta do Castro Stº Estêvão da Facha, Um percurso pedestre no Caminho de Santiago*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2011, pág. 7.

²³ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, vol I, II Jornadas Internacionais de Turismo, pág. 29.

²⁴ *Idem*, pág. 77

Segundo o autor Varico da Costa Pereira, a relação que poderá existir entre uma viagem por motivos culturais com aspetos religiosos é menos direta, no sentido em que estamos a participar num momento cultural ao visitar uma igreja, mas ao mesmo tempo podemos estar a contemplar, a rezar ou simplesmente a observar um espaço religioso²⁵.

Os centros de religiosidade que polarizam grande atração popular como mosteiros, igrejas, capelas ou até uma simples ermida são sinais de fé, de crença, de peregrinação e de romaria, mas são também espaços de cultura, nos quais se desenrolam práticas sujeitas à mudança e ao consumo que, associadas à forma como a religião se apresenta, podem contribuir para construir ou exprimir um novo tipo de organização social.

Esta problemática, ao nível nacional, resulta igualmente da necessidade de enquadrar a evolução que se faz sentir, por um lado, ao nível do modo de viver a fé e das motivações dos visitantes para visitar locais sagrados e, por outro, da própria mudança de atitude das instituições religiosas, entre elas, no caso que estudamos, a Igreja Católica.

É relevante que tenha sido a Igreja Católica a primeira instituição religiosa a usar a expressão “turismo religioso” no início da década de 1960. Usou-a enquanto atividade que movimenta peregrinos em viagens em busca de encontro com os mistérios da fé ou como forma de devoção a Jesus, Nossa Senhora ou algum santo.

Mas com o esbatimento entre peregrinação e turismo nos últimos anos, a Igreja Católica é aquela que tem estado mais ativa em explicar a relação entre turismo e religião²⁶.

A Igreja Católica, sentiu a necessidade de criar uma pastoral para o turismo e, desde 2007, o Vaticano disponibiliza transporte aéreo regular, para lugares sagrados dos católicos, como Lourdes ou Fátima.

O apreço da Igreja Católica pelas crenças de cada um, mesmo de não religiosos, e pela compreensão de novos modos de viver a fé, pelo acolhimento de todos os visitantes, tem contribuído para o incremento do turismo, numa perspetiva mais individual.

²⁵ Ibidem pág. 77

²⁶ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Passos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, volume 13, CEDTUR, nº 5, 2015, ISSN:1695- 7121, pág. 1147.

A diminuição da forma tradicional de ida à igreja na Europa não tem reduzido o interesse na religião e nas viagens, onde as pessoas buscam sentido para as suas vidas agitadas.

O crescimento do número de visitantes a destinos alvo de turismo religioso corresponde a uma diminuição proporcional do número de turistas que confessam ter uma motivação religiosa na sua deslocação a esses locais.

Recentes estudos têm unido o crescimento do turismo cultural ao aumento do interesse geral pela “cultura” na sua diversidade. O aumento do nível cultural das populações estimula um maior interesse no conhecimento de novas culturas.

Na Europa, assiste-se, presentemente, a um acentuado incremento da procura do turismo cultural, facto acompanhado pelo aumento da oferta de produtos turísticos assentes em bens culturais, patrimoniais e artísticos.

O Homem atual sente curiosidade pelo passado, procura a essência e a autenticidade, isto poderá significar viajar no tempo e no espaço, “o regresso às origens”.

Esta curiosidade crescente, associada à cultura e vinculada à história, tem levado a um aumento de ofertas culturais. Daí o incremento de outras ofertas culturais como teatro, artes visuais, visitas a museus, centros interpretativos, museus virtuais, rotas culturais, que têm vindo a aumentar gradualmente nos últimos tempos.

É de destacar o turismo do “espetáculo religioso”, que prevê a usufruição por uma assembleia de demonstrações de religiosidade, normalmente populares, como festas, romarias onde, por vezes, se reúnem milhares de espectadores. Alguns permanecem movidos pela fé e religiosidade, outros estarão presentes por razões mais prosaicas.

Numa época em que a religiosidade parece diminuir, um tanto paradoxalmente, o culto aos Santos persiste. Na Europa Ocidental e em sociedades modernas, a aceitação do pluralismo religioso, tal como a afirmação da laicidade dos estados, tem permitido aceitar diferentes opções religiosas.

O turismo religioso tem demonstrado iniciativas de desenvolvimento consistente entre elas a criação de itinerários e rotas que vão além das clássicas vias de peregrinação.

Portugal tem fortes tradições religiosas, um país onde a população ainda se considera maioritariamente religiosa e de cariz católico. O país está recheado de igrejas e templos, festas religiosas e manifestações de culto e de devoção.

Poderíamos traçar distintas rotas assentes no património religioso, centradas nos diferentes estilos arquitetónicos e no vasto e rico património material que aí se inclui.

Todavia, em Portugal existem outras religiões, ainda que minoritárias, e que congregam um património que o povo respeita e valoriza; exemplo disso é a Rota dos Judeus no centro do país²⁷.

A combinação dos fatores da procura e da oferta conduziu à identificação do turismo cultural como um importante mercado em crescimento na Europa, veículo de conhecimento e de troca de experiências entre os povos. Este facto torna-se evidente através do desenvolvimento de políticas de turismo cultural levado a efeito em muitas áreas. A partir dos anos 60, neste âmbito, têm vindo a ser assinadas sucessivas Convenções.

É em 1964, com a Constituição “Sacrosantum Concilium”, com a Carta da Congregação do Clero aos Presidentes das Conferências Episcopais, em 11 de Abril de 1971, e com a carta coletiva dos Bispos de Campania, de 1974, que a Igreja assume uma atitude mais condescendente com as festas religiosas, procissões, peregrinações e santuários. A partir de então enceta uma nova atitude de abertura dos seus espaços a atividades culturais e ao turismo. A Santa Sé criou na Cúria Romana “A Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico”. Em 11 de Abril de 1979, encaminhou para os bispos uma carta particular sobre esta temática. A 15 de Outubro de 1992, ocorre nova recomendação, onde revela a necessidade de formação de sacerdotes no sector do património artístico e histórico da Igreja²⁸.

²⁷ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/heranca-judaica> (acedido a 20.03.16).

²⁸ Rodrigues, Nuno Paulo Ferreira, Sé de Braga, *Reflexões para a Valorização da Herança Religiosa e Patrimonial*, 2005, Braga, Universidade do Minho, p.118.

Existem ainda outros documentos importantes neste sentido: Exortação Apostólica “Evangelii Nuntiandi” (1975) de Paulo VI e os documentos sobre estas questões dos Bispos Latino-Americanos reunidos em Puebla (1979). E aparece uma nova vaga de múltiplos documentos provindos de Roma.

Identicamente, em Portugal, os Bispos produziram documentos sob o tema criando um departamento de Migrações e Turismo. Em 1995, discutem este tema numa das suas Convenções.

De relembra, ainda, a carta internacional sobre turismo cultural do ICOMOS (Conselho Internacional de Museus e Sítios) de 1976, definindo-o como um facto social, humano, económico e cultural marcado pela irreversibilidade. O turismo cultural passa, assim, a afirmar como seu objeto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer outro elemento do património cultural.

Em 1990, no primeiro Plano de Ação para o Turismo, a Comissão Europeia identificou o turismo como um segmento de mercado importante, enfatizando ainda mais o fator cultura: Green Paper on Tourism (COMISSÃO EUROPEIA, 1995) e desenvolvimento do programa Rafael para o património cultural.

A carta da Vila Vigoni, de 1994, refere-se à Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos.

«Os bens culturais constituem a expressão mais forte da tradição cristã vivida por inúmeras gerações de crentes. Como tal, representam uma parte essencial da herança cultural da Humanidade. Do mesmo modo esse património é conjuntamente uma manifestação de Deus à Humanidade e uma elevação do homem para Deus, constituindo testemunhos da identidade e da tradição dos povos»²⁹.

A carta do Turismo Cultural de 1999, salvaguarda o turismo cultural, como património de uma comunidade.

“Como o turismo doméstico e internacional estão entre os principais veículos das trocas culturais, a conservação deve proporcionar oportunidades responsáveis e bem geridas para os

²⁹ <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadevillavigoni.pdf> (acedido a 20.03.16)

membros da comunidade residente e para os visitantes experimentarem e compreenderem em primeira mão o património e a cultura dessa comunidade”³⁰.

“L’ Organisation Mondiale du Tourisme a organisé à la de fin octobre 2007 à Cordoue (Espagne), la Conférence International sur le Tourisme , les religions et le dialogue des cultures. Le communiqué de presse final présenté par le Secrétaire général de l’OMT, Francesco Frangialli, insiste sur le fait que le éthique et, par conséquence, sous l’angle de sa contribution à l’alliance des civilisations. Comment cela va se traduire dans les faits? Quel est le possible après de la Conférence de Cordoue? Des réponses existent: elles sont dans les conclusions et les projets de recommandations de la Conférence”³¹.

Parece existir um consenso generalizado de que o turismo religioso registou um crescimento elevado nos últimos anos e que essa tendência irá manter-se no futuro próximo, a par da evolução do turismo em geral. Essa tendência vê-se igualmente na maior atenção que a Organização Mundial de Turismo tem dado à temática, no número crescente de eventos sobre turismo religioso, e, em termos de política pública em Portugal, a abarcar do turismo no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) é o reconhecimento da sua importância.

Assim, o turismo cultural representa hoje um leque de atividades multifacetadas, gerando oferta e procura turística. Por isso, qualquer cidade ou vila da Europa empenha-se no desenvolvimento de produtos turísticos culturais, reconhecendo e valorizando o património. Todos acham ter na sua localidade, município, região algo de diferente, atrativo e único para oferecer.

Numa época de globalização e de homogeneização da cultura, a cultura local é símbolo de identidade cultural.

O sector do mercado turístico é protagonista de desenvolvimento local e promotor de emprego. Mas o turismo não é apenas gerador de emprego e fonte de riqueza é, também, promotor de conhecimento e de educação.

³⁰ http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documentos/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf (acedido a 01.12.16).

³¹ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol.II, pág. 15.

Capítulo 2. Peregrinar. Caminhos. Pedestrianismo, marcação de caminhos, sinalização e elementos de sinalética a conceber.

2.1. Peregrinar

A peregrinação é antes de mais, uma das mais antigas tradições religiosas da Humanidade.

Na Antiguidade Clássica a palavra peregrino, exprimia qualquer forâneo e todo e qualquer viandante. Na atualidade designa apenas e só o transeunte que viaja por razões religiosas.

Peregrinar, termo que provem do latim «*peregrinare*» significa ir a lugares considerados santos ou de devoção. Peregrinar é caminhar *per agros*, pelos campos, a caminho de um lugar sagrado.³² Tem como objetivo venerar o local sagrado, pedir ajuda ou cumprir uma obrigação religiosa. O ato de peregrinar é considerado por muitos intrínseco à natureza humana³³.

Existiram alguns viajantes precursores que difundiram palavra, nas várias religiões: Abraão, Noé e Moisés no Judaísmo e no Cristianismo, Maomé no Islamismo e Buda na cultura budista; até Confúcio o fez.

As peregrinações remontam às civilizações antigas. Os Egípcios peregrinavam ao Oráculo de Amón, em Tebas; os Gregos ao Oráculo de Apolo, em Delfos; ao Templo de Ártemis, em Éfeso; ao templo de Pallas Atena, em Atenas; ou ao Templo de Zeus, em Olímpia. Os Astecas a Quetzalcôatl; os Incas á cidade de Cuzco e ao lago Titicaca³⁴.

Mas segundo alguns autores, foi a Odisseia de Homero que influenciou a ideia de peregrinação no Ocidente.

Cristo também andara pela Galileia. E terá sido esta itinerância que marcou S. Francisco de Assis e outros mendicantes.

³² Cardoso, António Homem, Almeida, de Lourenço, *O Caminho Português de Santiago*, 1º edição Outubro de 2005, S. João do Estoril, Cascais, pág. 14

³³ Eduardo, Glauber de Oliveira Santos, *Importância das Peregrinações para o Turismo Mundial*, 2000, vol. 11, S. Paulo, pág. 39.

³⁴ Idem, pág. 39.

Peregrinar, é o manifesto de uma procura espiritual que, se exprime exteriormente, mas é sobretudo uma indagação interior que, juntamente com a deslocação física, ocasiona muitas vezes uma jornada espiritual.

A realização de peregrinações constitui um património cultural comum a muitos povos, caracterizando-se como uma forma típica da sua expressão religiosa, em termos individuais e sociais.³⁵

Na Idade Média, na Europa, as peregrinações foram o grande fundamento das deslocações dos povos. Estas viagens viriam a tornar-se “itinerários culturais” tal como hoje os conhecemos. Em nome das peregrinações foram abertas muitas estradas, construídos muitas pontes e muitos hospitais e desenvolveram-se muitas cidades. Mas também geraram inúmeras guerras, de destacar, as cruzadas³⁶.

Os principais centros de peregrinação judeo-cristã emergem das suas raízes no Antigo Testamento, no Êxodo do povo eleito para a Terra Prometida. O êxodo dos Judeus do Egito a caminho da Terra Prometida foi uma peregrinação exemplar do Povo de Deus, conduzida por um guia, Moisés.³⁷

Porém, com o surgimento das várias religiões monoteístas as peregrinações ganharam outra dimensão. Aumentaram o número de locais a visitar e os objetivos também mudaram.

Mas, como é evidente, algumas ter-se-ão perdido, ou absorvido noutros rituais, e outras desenvolveram-se ao ritmo das sociedades.

As peregrinações são basilares nas três grandes religiões monoteístas Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. E também no Hinduísmo, politeísta.

A história do cristianismo no Ocidente é inseparável das peregrinações, especialmente após o século IV, quando se desenvolveu o culto das relíquias dos mártires e santos. No entanto, esta tradição, em todos os locais onde se instituiu, acabou por se associar com costumes e

³⁵ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol.I, pág, 29.

³⁶ Eduardo, Glauber de Oliveira Santos, *Importância das Peregrinações para o Turismo Mundial*, 2000, vol. 11, S. Paulo, pág, 39.

³⁷ Cardoso, António Homem, Almeida, de Lourenço, *O Caminho Português de Santiago*, 1º edição Outubro de 2005, S. João do Estoril, Cascais, pág. 15.

tradições locais, adaptando a cultura e acabando por transformar-se em diferentes doutrinas e valores.

De facto a relíquia não é só um simples objeto, um corpo ou parte de um corpo ou até uma imagem; ela está carregada de um sentido metafísico imenso. Possui um extraordinário caráter divino, e um conteúdo invisível.

No seio do mundo cristão, as relíquias tornaram-se objeto de procura, por milhões de peregrinos e a Igreja tinha honra em as ostentar. Por isso incentivava o seu culto e as peregrinações aumentaram consideravelmente em toda a Europa Ocidental.

Imbuídos de fé e receosos do Deus supremo, os fiéis começam a ter uma confiança absoluta no poder eficaz das indulgências e de outras ações para obter o perdão dos pecados.

Em 1215, o IV Concílio de Latrão estabelece qual deveria ser a atitude espiritual dos fiéis, impondo a confissão e a comunhão no dia de Páscoa.

Posteriormente, com o Concílio do Vaticano II, com a regulamentação canónica da igreja, passou a ser permitido aos devotos, irem em peregrinação certificada; nesta caminhada espiritual eram perdoados os pecados, isto se se cumprissem determinados preceitos.

Em certos casos, os crentes pecadores eram enviados propositadamente em peregrinação, numa atitude de busca pela absolvição dos pecados.

Assim, a peregrinação deixa de ser a expressão de um sentimento de fé e de devoção e passa a ser um ato utilitário, ou seja uma forma de conseguir o perdão dos pecados. Passam a existir dois tipos de peregrinação, as vigárias e as expiatórias; no século XIII estas atitudes estavam bem sedimentadas.

As peregrinações expiatórias, mais divulgadas no século XIV, serviam como compensação reparadora das ações maléficas ou pecadoras. Os peregrinos realizavam viagens longas e dolorosas e esperavam pelo perdão dos pecados, pelo alcance das indulgências e pelo cumprimento das promessas. Estas eram algumas das motivações espirituais que desde a Idade Média animaram os peregrinos³⁸. A peregrinação era considerada como uma das soluções mais eficazes para alcançar o perdão dos pecados.

³⁸ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, Jornadas Internacionais de Turismo, vol. II, pág. 252

Porém, no final da Idade Média as peregrinações tornaram-se alvo de especulação e corrupção e o número de peregrinos diminuiu sensivelmente em toda a Europa.

Os peregrinos adotaram os símbolos representativos da sua viagem de fé. Cada peregrinação passa a ter um símbolo particular. Os regressados da Terra Santa trazem folhas de palma e são designados de palmeiros e os de Roma romeiros³⁹.

Os peregrinos que faziam o Caminho de Santiago de Compostela têm como símbolo a vieira - concha associada à lenda: certo dia um príncipe, enquanto montava um cavalo, desequilibrou-se e caiu no chão; cavaleiro pediu ajuda a Santiago e de repente o seu corpo ficou todo protegido por conchas. Daí a concha ser o símbolo dos peregrinos a Compostela. Os peregrinos, numa atitude de humildade e pobreza, vestiam uma vestimenta do tipo túnica, uma capa pelos ombros, e uma sacola onde guardavam a documentação, atestado pelo padre ou pelo bispo, onde se aprovava a peregrinação. Na mão levavam um bordão ou cajado onde penduravam a cabaça com água ou vinho. O cajado é o apoio dos peregrinos nos caminhos difíceis e agrestes, e serve como proteção e defesa contra os animais selvagens. Com o desenvolvimento das peregrinações, as roupagens e os acessórios passam a assumir outras variantes.

Ao longo das grandes expedições os peregrinos precisavam de se alimentar, descansar, de cuidados de saúde e, por vezes, até de apoio financeiro para prosseguir a caminhada. As ordens religiosas exerceram um papel extraordinário nos cuidados prestados aos peregrinos. A par destas, surgem também os hospitais e nascem ainda um sem número de albergarias e hospedarias.

Já antes da fundação da nacionalidade portuguesa, como atestam as fontes, os monarcas protegiam os peregrinos. D. Afonso Henriques, na carta outorgada ao mosteiro de Paderne, Melgaço, em 1141, determina as condições de acolhimento aos hóspedes, pobres e peregrinos⁴⁰.

Vários foram os mosteiros do Entre Douro e Minho, que prestaram um trabalho modelar na assistência aos peregrinos. Entre eles o Mosteiro de Bouro, o Mosteiro de Paço de Sousa, o Mosteiro de S. Romão de Neiva.

As albergarias também deram um contributo fundamental. Em Guimarães existiam 10, a mais antiga estaria no mosteiro de D. Mumadona. Havia ainda a de S. Roque ou dos Peregrinos, a de S. Vicente, a Confraria dos Alfaiates, a dos Sapateiros, a do Goardal, a de Nossa Senhora do

³⁹ Idem, pag. 253.

⁴⁰ Ibidem, pag. 254.

Serviço, além de outras, e três a cargo dos terceiros franciscanos. Posteriormente, associados à circulação da rede viária, surgem as estalagens e as vendas; aqui os peregrinos podiam encontrar dormida e comida.

No século XV, não existe distinção entre albergaria, pousada, pouso, venda mesão e estalagem. A análise toponímica apenas realça termos relacionados com a assistência.

Com o aumento de peregrinos em determinados locais de culto assiste-se a uma crescente preocupação com o apoio a prestar-lhes por parte de algumas instituições, entre elas os hospitais.

O hospital da Foz do Lima, na atual Viana do Castelo, estava sempre aberto para dar assistência aos peregrinos e aos pobres, não estivesse este integrado nos caminhos de Santiago.

Numa comunicação apresentada pelos procuradores dos concelhos às cortes de Lisboa em 1459, foi estabelecido um pedido de atribuição de resíduos concelhios para hospital para ser atribuído a romeiros e peregrinos de Santiago de Compostela. Já a vila de Ponte de Lima, pelas informações de capítulos especiais apresentados em Cortes do reinado de D. Afonso V, seria dotada para o mesmo propósito⁴¹.

Todavia, a Reforma da Igreja, contribuiu para decadência das peregrinações, no seio do mundo cristão⁴².

Ainda assim no mundo existem milhares de centros de peregrinação das diversas religiões. Os estudiosos do tema têm verificado que as peregrinações não constituem uma prática do passado, mas continuam a ser um fenómeno atual que se adapta às mudanças sociais, ao progresso tecnológico e a novas orientações intelectuais. As peregrinações acompanham os infortúnios históricos e os processos sociais pelos quais passa a sociedade⁴³.

Meca é hoje centro de atração de cerca de dois milhões de peregrinos, a cada hajj, ou período de peregrinação. Um muçulmano deve ir a Meca pelo menos uma vez na vida; este facto torna este local o maior centro de peregrinação do mundo. A peregrinação a Meca ou “hajj” será talvez entre todas as peregrinações do mundo a mais complexa ao nível do ritual e dos preceitos.

⁴¹ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol II pag. 255

⁴² Eduardo, Glauber de Oliveira Santos, *Importância das Peregrinações para o Turismo Mundial*, 2000, vol. 11, S. Paulo, pág. 40.

⁴³ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol II, pag.126.

A missão do peregrino não acaba quando alcança a Cidade Santa, mas começa verdadeiramente aí. Chegado ao local, o peregrino cumpre uma série de ritos, em forma de etapas, que podem durar três dias (tawaf, sa' ee' talbyia'), até serem perdoados os pecados⁴⁴.

Jerusalém é considerada cidade sagrada pelas três religiões, "filhas" de Abraão: judaísmo, cristianismo e islamismo⁴⁵. Hoje é cenário de disputas entre judeus e palestinos mas, apesar dos conflitos, recebe anualmente milhões de peregrinos. Embora devido á intensidade de conflitos políticos no local, o número de cristãos seja cada vez menor.

Varanasi ou Bernares é a principal cidade sagrada do hinduísmo. Segundo a tradição os Hindus devem pela menos uma vez na vida tomar banho no rio Ganges. Apesar do elevado nível de poluição no rio, o ritual é um dos passos para atingir o nirvana ou o paraíso⁴⁶.

Na atualidade, continuam a existir outros grandes centros de peregrinação que mobilizam inúmeras gerações de peregrinos, Lourdes, Le Puy e Chartres, (França), Czestochowa (Polónia), Montserrat, Zaragoza e Ujué, (Espanha), Assis e Pádua (Itália), Canterbury (Inglaterra), Kashi (Índia), Shri Pada, (Sri Lanka), Lhassa, (Tibet), Ise e Shikoku (Japão) e ainda Tepeyac (México)⁴⁷.

Cabe ainda salientar, desde a fundação do Cristianismo no continente americano, os grandes santuários de peregrinação de Guadalupe (México), Aparecida (Brasil) e Lújan (Argentina).

Roma é o centro da Igreja Católica, a cidade eterna. Recebe anualmente milhares de peregrinos, movidos pela fé.

Santiago de Compostela é um local especial de peregrinação do mundo. Desde o século IX que se deslocam a esta cidade galega inúmeros peregrinos para venerar as relíquias do apóstolo S. Santiago, o Maior. O primeiro peregrino de destaque a chegar a Santiago de Compostela para visitar o túmulo do apóstolo terá sido Afonso II, rei das Astúrias, sensivelmente cerca de 834. Porém se, no passado, por aqui passaram peregrinos do mais humilde cidadão, a reis e príncipes, na atualidade são figuras públicas que percorrem e contribuem para a sua divulgação, como os atores Anthony Quinn, Shirley MacLaine e Michael Douglas, o jornalista Luis Carandell, o escritor Fernando Sánchez Drago, o treinador de futebol Jabo Irueta, Jenna Bush, filha de George Bush

⁴⁴ Ibidem, pag.245.

⁴⁵ Ibidem, pag. 41.

⁴⁶ Ibidem, pag. 41.

⁴⁷ Ibidem, pag. 42.

Junior e Don Felipe de Bourbon, atual ocupante do trono espanhol e muitos outros que permitem que Santiago de Compostela seja uma “Meca” das peregrinações na Europa.

O Caminho de Santiago foi visto como uma baliza da “Reconquista”, origem de desenvolvimento económico e social após o término do mundo romano. No fim deste império, vieram já outras “Europas”, como a de Carlos Magno, de Carlos V, de Napoleão, ou de Hitler, mas o Caminho sobreviveu, permaneceu e desenvolveu-se.

O Caminho de Santiago foi sempre promovedor de desenvolvimento; sem ele não teriam surgido novas cidades como Leon (1017), Burgos (1073), Nájera (1076), Logroño (1090), Pamplona(1129). O Caminho é sem dúvida ocasião de intercâmbios culturais.

Em 1987, o Conselho da Europa consagra o Caminho de Santiago como o «Primeiro Itinerário Cultural Europeu», sendo a parte espanhola e francesa do Caminho classificada como «Património da Humanidade» pela UNESCO (em 1993 e 1998, respetivamente), e a parte portuguesa encontra-se em fase de reconhecimento até 2021.

O Caminho de Santiago é de tal forma um fenómeno de êxito, que o organismo oficial do Vaticano de regulação das peregrinações, a Opera Romana Pellegrinaggi, oferece, através do JOSE- Journeys of the Spirit, entre outros destinos, dois outros caminhos de peregrinação, ambos inspirações “recentes”, a «Via di Roma» ou «Via Francigena» de Roma a Assis, que se realiza em 14 etapas, parcialmente a pé.

Mas se Santiago Compostela é ponto de encontro para milhares de pessoas, católicos e não só, o mesmo se tem verificado na Cova da Iria, Fátima, o assim denominado altar do mundo; é um exemplo máximo da peregrinação de raiz popular, nacional e internacional. Alguns dos crentes que se dirigem a Fátima em peregrinação poderão fazê-lo movidos por princípios muito próximos dos compostelanos. Embora aqui não haja uma componente de lazer, nem o marketing dos caminhos de Santiago.

Fátima é hoje o expoente máximo de peregrinação em Portugal. Ao local dirigem-se anualmente milhares de fiéis em peregrinação. De cidade-santuário onde a maioria dos visitantes eram nacionais, nas últimas décadas tem-se assistido a um aumento gradual do número de estrangeiros que se deslocam a este local considerado sagrado. Estudos recentes comprovam que dos cinco a seis milhões de visitantes que recebe anualmente, um milhão são peregrinos ou turistas internacionais.

Em Portugal, as peregrinações não se realizam meramente em locais onde alcançam larga expressão mas também a outros santuários, mosteiros, catedrais e outros templos, do que são exemplos os Santuários do Sameiro, (Braga), o Santuário da Peneda (Arcos de Valdevez), o Santuário de São Bento (Terras de Bouro) e a Igreja de Balazar (Povoa de Varzim), entre muitos outros ⁴⁸.

Vários são os fatores que terão contribuído para o desenvolvimento das peregrinações, no mundo, de destacar o crescimento da tolerância religiosa, a ética, a política e a cooperação das relações diplomáticas entre diversos países. Identicamente terá auxiliado a segurança das peregrinações no mundo⁴⁹.

A literatura contemporânea acaba também por ser um veículo de transmissão de locais de culto. Um exemplo disso é a obra “Diário de um Mago “ do escritor brasileiro Paulo Coelho onde este retrata, na personagem Petrus, o percurso do caminho francês em direção a Compostela. Na obra está patente a viagem física, mas sobretudo a navegação espiritual, extraordinariamente mística.

O desenvolvimento dos serviços, como a hospedagem, alimentação, informação e os transportes, serviram para estimular o desenvolvimento dos mais diversos centros de peregrinação. Os peregrinos partem dos mais diversos locais do planeta, levando consigo as mais diversas motivações. Dois elementos constituem, pois, indissolavelmente, a peregrinação: o processo itinerante e o lugar santo como objetivo interpelante⁵⁰.

As motivações pessoais que conduzem a esta procura espiritual, apresentam-se sob uma forma complexa, reunindo as mais diversas intenções, que vão desde a experiência mística à busca de diversas resoluções, até necessidades materiais⁵¹.

Se em tempos mais remotos as peregrinações se realizavam essencialmente a pé ou a cavalo, por falta de meios ou por motivos económicos, hoje assistimos a deslocações das mais diversas formas. Na sociedade atual, peregrino é aquele que se desloca a um centro de

⁴⁸ Rodrigues, Nuno Paulo Ferreira, *Sé de Braga Reflexões para a valorização da Herança Religiosa e Patrimonial*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pag 91.

⁴⁹ Ibidem pag.40.

⁵⁰ Almeida, C. A. Ferreira de, *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago, Itinerários Portugueses*, 1998, Xunta da Galicia, pag.282,

⁵¹ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol I, pag. 29

peregrinação, seja Meca, Roma ou Jerusalém, de avião, tanto quanto aquele que faz os Caminhos de Santiago. O peregrino é sempre um Homem do seu tempo e como tal peregrina com os meios de que dispõe.

«O peregrino é um caminhante que almeja chegar a um certo lugar»⁵². A peregrinação em si mesma não acaba no momento em que se chega ao destino. Toda a peregrinação supõe uma mudança. Nada fica na mesma.

Mas se, por um lado, o caminho físico, o roteiro, está traçado, o caminho espiritual pode conduzir ao culminar da experiência, o encontro com o sagrado.

Numa peregrinação existe sempre algo de profano, pois os peregrinos não ser seres celestes desprovidos de um corpo e de necessidades terrenas, mas na peregrinação, o sagrado tapa sempre o profano⁵³.

Curiosamente, a peregrinação não parece ser, segundo estudos sociológicos recentes, apenas fruto da religiosidade popular mas estende-se a uma população urbana; não é exclusiva das pessoas rurais e pouco escolarizadas. A peregrinação integra-se mais no rito e na magia que lhe está associada, abrangendo uma faixa mais larga da população não necessariamente praticante⁵⁴.

Para o autor José Augusto Maia Marques, existem três tipos de peregrinação: a que se faz por obrigatoriedade, como é o exemplo de Meca; a que se faz para agradecer uma graça, como acontece em Fátima; ou ainda a que se constitui num percurso, o chegar que se faz pelo próprio roteiro e em que, ao contrário dos dois anteriores, o chegar é apenas um dos momentos e não o momento, em que fazer o caminho, o caminho exterior, físico, mas também e, sobretudo, caminho interior, espiritual, que, para muitos, é o verdadeiro ato, central. Para o autor esta peregrinação é a mais completa.

⁵² Cardoso, António Homem, Almeida, de Lourenço, *O Caminho Português de Santiago*, 1^o edição Outubro de 2005, s. João do Estoril, Cascais, pág. 16.

⁵³ Idem pág. 15.

⁵⁴ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol II, pág. 260.

Para este autor, um dos exemplos mais acabados deste tipo de peregrinar é o Caminho de Santiago, uma caminhada pelos campos, pelas cidades, avistando monumentos e interagindo com pessoas⁵⁵.

Assim, a peregrinação conserva-se no mundo atual ativa e viva. Apesar de estarmos num período de grande desenvolvimento tecnológico, de acesso fácil à informação, estes meios tem permitido aos peregrinos partirem com mais segurança e munidos de equipamento para enfrentar as diversas etapas.

As peregrinações permanecem vivas no seio da sociedade. Apesar das mudanças, sociopolíticas das últimas décadas, a peregrinação assume-se como uma forma de religiosidade que se mantém.

No mundo atual convergem aos diversos centros de peregrinação, santuários e igrejas, os peregrinos instigados pela fé e os “peregrinos” do património, ambos constituem um desafio à Igreja.

A mensagem aos peregrinos para o ano de 2016 do Arcebispo de Braga D. Jorge Ortiga incentiva-os a que procurem ser verdadeiramente discípulos missionários.

Atentemos então num poema de Miguel Torga:

“E o peregrino vem.

Reza devotamente,

Põe no altar o que tem,

E regressa mais livre e mais contente.”

2.2. Caminhos

Nos dias de hoje assistimos a um crescente aumento de roteiros e caminhos muito bem delimitados, com sinalética, e que nos encaminham para as mais diversas direções. Todavia esta situação nem sempre foi assim, outrora os caminhos eram sinuosos e longos, fossem eles

⁵⁵ Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, II Jornadas Internacionais de Turismo, vol II, pag.121

caminhos de ligação entre locais, de peregrinação, caminhos de acesso a uma fonte, a uma ermida, ou a uma igreja.

O Homem, esse, sempre se deslocou, por diversas razões, até se tornar sedentário e continuou a deslocar-se depois. Mesmo com dificuldades não deixou de se movimentar, fazia-o sempre que necessitava.

Porém nos períodos mais calmos, sem guerras ou conflitos, o Homem, regra geral, nascia, vivia e morria no mesmo local e área circundante. Deslocava-se muito pouco, apenas para granjear rendimentos e, também, para peregrinações.

As comunidades organizavam-se e fruíam do território através de uma rede de acessos. Por essa razão os caminhos são o reflexo do tipo e do nível social e da sua economia.

Tal como afirma o Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, um caminho foi sempre um “marco” cultural de um local que nos transporta para as mais diversas culturas, uma forma de ligação nas e entre sociedades⁵⁶.

A importância dos caminhos e a sua utilidade fez deles um dos elementos mais dinamizadores de colaboração e união nas sociedades.

«Um caminho, qualquer que seja a forma com que se apresenta, seja uma pequena calçada ao serviço de um campo ou um escavacado acesso a um monte, desde um «caminho de missa» ou «da feira» até a um «carreiro da fonte», desde um caminho concelhio a uma «estrada real» e à recente «autoestrada», é sempre, na sua circunstância, um rico testemunho de civilização»⁵⁷.

«Os caminhos são marcas territoriais do Homem, das suas técnicas, das suas culturas do seu habitat, do seu ecossistema, do seu tempo e do nível de organização social da sociedade que os utiliza»⁵⁸.

Mas se os caminhos em tempos longínquos, eram muitas vezes em terra batida e tortuosos, depois nasce a rede viária do período romano, ligando grandes centros urbanos, que, em alguns casos, subsistiu até hoje, ainda que por vezes degrada e com destruições.

⁵⁶ Idem, pag. 339.

⁵⁷ Ibidem, pag. 339.

⁵⁸ Ibidem, pag. 339.

Posteriormente, na Idade Média, os caminhos, ligando localidades mais pequenas e criando acessos aos mais variados recursos, também tiveram grande dinamismo, não fosse esta uma época de grandes peregrinações.

Os caminhos eram de tal forma importantes, que a utilização destes bens comunitários, cedo permitiu a sua classificação e foram sujeitos a regras tradicionais; o povo, esse, é que, muitas vezes, cuidava da sua manutenção.

Contudo, juridicamente, na Idade Média, algumas vias são designadas de vias públicas, pressupondo que existiam outras que eram concelhias e locais, e outras afetas a regalias senhoriais.

Em Coimbra a expressão via pública, aparece documentada; no norte são as características e aspetos técnicos que dão nome aos caminhos. Assim carraria, carreira, carral (onde podiam movimentar-se carros), strata, estrada, ou calçada (via calcetada e, pelo menos, não inteiramente de terra batida) são nomes que indiciam a sua capacidade para transportes carrários.

Os termos *carraria antiqua* ou *via vetera* indicam que têm origem romana e são, pelo menos, anteriores ao século XIII. Os produtos transportados também davam nome às vias, pela sua importância, do que são exemplos os caminhos de sal, do pescado, do pão, da feira, dos almocreves, da missa ou caminhos de Santiago.

No norte de Portugal, os caminhos mais importantes eram quase sempre em calçada, não fosse a região abundante em granito. O clima chuvoso e o relativamente grande número de carros de bois levava a que grande parte dos caminhos mais importantes fossem calcetados com pedra.

Mas se, na Idade Média, aparecem documentadas algumas ações por parte da administração central, grande parte dos caminhos construídos tiveram intervenção dos cidadãos. Os concelhos e os comerciantes pagavam os mestres da obra, os lavradores davam os carros, a pedra e alguma mão-de-obra e só assim foi possível a elaboração de alguns caminhos.

Nos séculos XVII e XVIII os livros das visitas estão cheios de recomendações para arranjos destes acessos públicos por serem caminhos de missa, ou do Senhor dos doentes, arranjos cuja obrigação competia aos vizinhos e aos que possuíam terrenos confinantes com os caminhos. Às confrarias do sub-sino, instituição que existia quase em todas as paróquias, competia

cuidar dos caminhos de mais utilização pública. Esta situação manteve-se até ao século XIX, altura em que essa responsabilidade viria a passar para as juntas de freguesia

Os caminhos que serviam o quotidiano das populações eram os mesmos que os peregrinos ou os viajantes estrangeiros usavam para se orientarem.

Por isso muitos deles permitiram que muitas terras se desenvolvessem, como nos demonstra a distribuição geográfica das casas. Esta apresenta-nos, claramente, os grandes eixos viários da época que acompanhou ou sucedeu a criação de cada caminho e a sua relativa importância. As próprias leprosas situam-se sempre nos locais de maior passagem.

Os caminhos de peregrinação no nosso território não foram construídos de raiz; aproveitaram-se os itinerários pré-existentes, muitos deles construídos sob a administração romana e como resultado da sua política de administrativa e de fomento.

Os caminhos de peregrinação não eram fixos; os itinerários variavam de acordo com as conveniências dos peregrinos, embora fossem predominantemente regulares. Por vezes, podiam alterar-se por uma variedade de razões. A degradação de infraestruturas, nomeadamente, a danificação de uma ponte era motivo suficiente para alterar um percurso.

Por esta razão, não foram apenas os caminhos que tiveram extrema relevância, incentivando a cooperação das sociedades no seu desenvolvimento. As pontes eram um meio de ligação e de acesso mais rápido e, quase sempre, mais seguro e mais prático. Por isso, ainda nos dias de hoje, são motivo de preservação e os caminhos e pontes antigos, alguns com pouco uso atualmente, são preservados como testemunho de outras épocas e culturas.

Não foi apenas a civilização romana que construiu pontes; na Idade Média, nomeadamente nos séculos XII a XIV, foram edificadas muitas pontes. A construção de caminhos e pontes era considerada obra de piedade, carregada de valor religioso.

Os testamentos de alguns dos reis, deixam a construção de caminhos e de pontes bem documentada como obras pias, de par com o número de missas “por alma” e de esmolas para os pobres e confrarias. D. Afonso Henriques, no seu testamento, determina que se ajude a ponte

do Ave (Vila do Conde) e a de Coimbra. D. Sancho I coute os pedreiros que faziam pontes em Penamacor. D. Dinis deixa dinheiro para leprosos, para vestir pobres e para construir pontes⁵⁹.

Além dos reis, houve outras pessoas que fizeram dádivas deste tipo, como bispos e cónegos. Existem testamentos em Braga e Guimarães com donativos para a realização de pontes na Galiza, Ourém, Pontevedra, Sampaio de Árcade e estão bem explícitas a extensão da obra e a recolha de esmolas.

No século XIV, como a prática de cobrança de impostos para este fim passou a ser uma realidade, as vereações das cidades e vilas e os corregedores passam a assumir a função de cobrar impostos e de estabelecer taxas fixas. Com estas medidas, a atitude religiosa de doação para este fim vai desaparecendo. Nos testamentos de D. Afonso IV e de D. Pedro, já não há donativos para a realização de pontes.

Porém, esta prática à qual se atribuía um valor do ponto de vista religioso não era usual apenas no norte de Portugal; ela provém, quiçá, da Europa meridional e tem influência islâmica. Os papas e bispos concediam indulgências a quem desse esmolas para estes fins. Havia por isso pessoas que recolhiam ofertas, para a construção de uma ponte e formavam-se as «confraria[s] da obra da ponte»⁶⁰. Daí existirem santos a dar nome às pontes, porque encabeçaram uma destas concretizações. Em Portugal, a S. Gonçalo atribui-se a ponte de Amarante, e Frei Lourenço Mendes, a de Cavez.

As pontes, muitas das vezes, tornaram-se alvo de fiscalidade por parte dos senhores, mesmo sendo obras ao serviço de Deus. Assim, chegavam queixas às cortes por parte dos cidadãos, como foi o caso relativo à ponte de Almeira, na estrada de Aveiro para Águeda, no reinado de D. João II.

No século XVIII, o tesouro Régio pagou apenas calcetamentos e pontes, nunca a abertura de novos empreendimentos. Por isso, os caminhos de peregrinação são quase sempre, caminhos de origem medieval. Os roteiros existentes nos séculos XVII e XVIII serão, com certeza, de origem medieval.

⁵⁹ *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago, Itinerários Portugueses*, Xunta da Galicia, 1998, pág. 344.

⁶⁰ *Idem*, pág. 345.

Os caminhos percorridos pelos peregrinos não eram usufruídos somente por eles e ganhavam o estatuto de via de peregrinação apenas graças ao espírito devocional de alguns dos transeuntes. Os caminhos, à medida que o número de peregrinos aumentava, iam-se diferenciando e consagrando como caminhos de peregrinação.

Hoje, os caminhos de peregrinação estão, como se diz na gíria popular, na moda. Percorrê-los tornou-se um fenómeno comum.

Por isso, a revitalização de antigos caminhos de peregrinação perspectiva-se atualmente com o objetivo de atingir novos utilizadores que os percorrem com objetivos que estão para além da motivação simbólico-religiosa, da fé ou da promessa.

Muitas das vezes palmilhá-los não significa um simples ato de fé, mas uma caminhada, contemplado a paisagem, e culminando com a visita a um mosteiro, uma igreja, uma capela, uma ermida.

Desporto, lazer, aventura ou curiosidade são hoje em dia motivações igualmente válidas que confirmam a necessidade de apostar na preservação e dinamização turística dos caminhos pedestres de peregrinação.

Se, na Idade Média, os caminhos estavam cheios de peregrinos, numa expressão de devoção, com o objetivo de obter o perdão de pecados, como classificou um estudioso das mentalidades religiosas desse período, o Cónego Delaruelle, atualmente, nos caminhos de peregrinação não encontramos só peregrinos, mas um infinito número de pessoas que o fazem por questões de saúde e lazer.

Se a mobilidade e a vontade de conhecer são próprias da natureza humana, atualmente perspectivam-se grandes mudanças, aliadas não apenas à curiosidade mas também encorajadas pela grande rede de caminhos e rotas muito bem demarcadas.

A exemplificar isso temos os caminhos de Santiago, fruto de avultado investimento em infraestruturas, sinalética, marcação de percursos, bem como na construção de albergues de apoio aos peregrinos.

Na era da globalização e numa Europa sem fronteiras e cada vez mais unificada, os caminhos são um veículo de união, um meio de ligação que une as diferentes culturas.

2.2.1. Pedestrianismo

Se em tempos, andar a pé se fazia por obrigatoriedade pois quase não existiam outros meios, hoje a arte de andar a pé está na moda, até por se considerar uma opção saudável. Pedestrianismo é o exercício de andar a pé, ou de fazer caminhadas, geralmente enquadradas por um espaço de natureza ou usando caminhos tradicionais, no litoral, interior ou em meios urbanos.

Ao contrário de outras práticas desportivas, esta atividade realiza-se ao ar livre, não requer conhecimento técnico especial e não apresenta dificuldade para uma pessoa saudável e sem dificuldades motoras. Nestas condições, é uma atividade relaxante, e pode ser praticada dos 8 aos 80.

O vocábulo “pedestrianismo” parece difícil mas, quando procuramos a sua definição, rapidamente verificamos que pedestrianismo é o simples ato de fazer exercícios ou desportos que se centrem em andar a pé⁶¹.

Ainda de acordo com o Dicionário Prático Ilustrado, publicado no Porto, pela Livraria Chardron - Lello & Irmão, Lda, Editores, em 1928, sob a direção de Jayme de Séguier, pedestrianismo é o “systema ou costume de fazer grandes marchas a pé”⁶².

Mais antigas ou mais recentes, muitas são as definições de pedestrianismo. O mesmo se verifica em relação à prática do exercício. Pois os passeios organizados a pé, em família, remontam ao século XVIII e terão surgido no seio da Inglaterra.

No século seguinte, século XIX, a prática de andar a pé em passeios organizados estende-se a países como a Alemanha, a Áustria, a Polónia e aos países escandinavos. Deixa-nos disso testemunho o autor Henry David Thoreau (1817-1862), um dos grandes vultos da literatura e uma das figuras inspiradoras do movimento naturalista, no seu livro “Andar a Pé”.

O passeio pedestre teve a sua génese como atividade de um grupo de pessoas que habitavam na cidade e que, organizados em clubes e associações, aproveitavam os trilhos como

⁶¹ infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pedestrianismo (acedido a 12.06.16)

⁶² Braga, Teófilo, *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*, Açores, Edição Amigos dos Açores, ISBN 978-972-8144-27-2, pág. 9.

um terreno de jogo sem limites. A única regra básica era o prazer de andar, de percorrer caminhos envolvidos pela evolução da agricultura e da economia rural.

Após a Segunda Guerra Mundial e já nos inícios da década de 50 do século XX, em França, tem início a implementação de percursos pedestres.

Em Portugal, este tipo de ação viria acontecer na década de 80 do século XX. Contudo o número de percursos não tem parado de crescer, nas várias regiões do país, até porque, em geral, não obriga a infraestruturas complexas, ou dispendiosas.

A balizagem de percursos pedestres assinala quase um século de implementação e constitui um inegável património cultural.

Pelas ruas, nos parques, jardins, à beira-mar, junto ao rio, são centenas as pessoas que iremos encontrar a caminhar, incentivados pelos médicos, ou, simplesmente, como forma de relaxamento. Isto significa que ato de «andar» não tem hoje o peso «sacrificial» que tinha outrora.

É uma atividade de carácter desportivo e tem como objetivo principal, percorrer distâncias a pé, de forma saudável, a um ritmo calmo, observando a fauna e a flora, o património, as populações, enfim usufruindo de tudo o que vai avistando.

Este tipo de passatempo tem despoletado o envolvimento ativo dos turistas e visitantes, quer pelo culto da boa forma física, quer pelo interesse cultural e tem permitido a expansão das atividades ao ar livre. Esta envolvência com a natureza, tem levado ao surgimento de outras atividades, sendo de salientar bungee-jumping, trekking, rafting, rappel, slide, escalada e as expedições em alta montanha.

A prática do pedestrianismo não tem como objetivo a competição mas apenas o prazer de caminhar, desfrutando da paisagem, do cheiro da vegetação, do chilrear dos pássaros, do cantar dos grilos e das rãs ou simplesmente do bater das ondas.

Uma das fórmulas mais antigas do Turismo Cultural é o «pedestrianismo»⁶³. Mas também o turismo religioso está ligado ao pedestrianismo, pois era geralmente a pé que os peregrinos se deslocavam aos mais diversos locais de culto, no mundo.

⁶³ Lima, Cristina Maria Fiúza da Rocha, *Á Descoberta Do Castro de Stº Estevão da Facha, Um Percurso Pedestre no Caminho de Santiago*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2011, pág. 27.

Na verdade, muitos dos caminhos que se percorrem na atualidade na prática do pedestrianismo já existiam para ir de uma aldeia a outra, para chegar a uma pequena ermida ou para aceder a velhas ruínas, apenas reganharam a dinâmica que outrora tinham tido.

Na atualidade, o pedestrianismo e os percursos pedestres promovem a conservação do património viário e a preservação do património cultural das regiões envolventes, constituem motores de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da natureza, tornando-se assim veículos privilegiados de ligação e de intercâmbio cultural entre os povos.

Sozinho, em grupo, em família, entre amigos, são muitas as formas para a sua execução. Hoje existe um elevado número de percursos, caminhos, trilhos, que permitem aos caminhantes o contato direto com as populações, a interação com inúmeras particularidades, o que, de outra forma, seria inalcançável.

A motivação dos que se dedicam a esta atividade assenta no simples facto de andar a pé, alcançar um determinado sítio, local, delinear um percurso, pelo seu traçado pitoresco ou, simplesmente, pelo gozo de andar a pé. Os trajetos encaminham a sítios de grande beleza natural, ruínas, mosteiros, igrejas e, até, locais com diferentes costumes e tradições.

Para o pedestrianista, a aventura não se encontra no desafio ou na ultrapassagem de dificuldades, mas no simples desfrutar de um trajeto a pé; este poderá ser feito “à porta de casa”, num outra região do país, ou num país distante⁶⁴.

Os itinerários podem ser recreativos ou de lazer, de carácter explorativo ou de aventura.

Uma caminhada em terreno normal, mas por vezes e quase sempre irregular é um excelente exercício físico, ao alcance de qualquer um.

Um “passeio a pé” pode tornar-se um verdadeiro percurso pedestre, a diferença está nos quilómetros efetuados e nos obstáculos ultrapassados durante a jornada.

A prática do pedestrianismo tem ganho cada vez mais adeptos, e são muitos os grupos de pessoas, a realizá-los. O stress do dia-a-dia, as deslocações longas em transportes públicos ou privados, incentivam a que cada vez mais haja mais pessoas a procurem esta atividade como forma de relaxamento.

⁶⁴ <http://www.fcportugal.com/Pedestrianismo.aspx> (acedido a 7.02.16).

Identicamente, o pedestrianismo está associado ao bem-estar físico e a doenças como a diabetes, ou a obesidade ou doenças do foro cardíaco; muitos são os seguidores das caminhadas incentivadas por médicos especialistas.

Várias são também as iniciativas levadas a cabo pelas autarquias e outras instituições ao promover, não só o património, mas, também, ao garantir às populações um estilo de vida mais saudável. Unido ao turismo cultural e religioso, esta é uma atividade em franco desenvolvimento.

Esta atividade realiza-se geralmente em caminhos tradicionais ou antigos, como os caminhos medievais ou as estradas romanas; esta situação contribui para a preservação e valorização dos mesmos. São o testemunho vivo de heranças histórico-culturais.

Exemplo disso é o Caminho de Santiago reconhecido internacionalmente como caminho de fé e de peregrinação e, por outro lado, repositório de séculos de história, de passagem, ligado a memórias de vivências e experiências culturais.

É de realçar o papel desempenhado pelas autarquias no sentido de desenvolver caminhos, percursos, trilhos, bem como a reabilitação de antigos caminhos, em meios rurais, ou de caminhos históricos que permitam a realização da atividade pedestre.

Estes percursos pedestres pretendem dar apoio ao turismo na natureza e ao turismo cultural e religioso, procurando promover o património do concelho, uma atividade enquadrada numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

Estes itinerários, para além de constituírem uma forma prática e válida de preservação e conservação do património natural e humano, assumem a importante função de promoção e de animação ambiental.

Trata-se de percursos marcados e sinalizados.

Cabe ainda salientar o importante papel que deste uso social acresce no que respeita à vigilância civil na prevenção de incêndios florestais.

Um percurso pedestre devidamente marcado e sinalizado, poderá contribuir para a educação ambiental e pode aliar-se ao movimento pedestrianista nacional, na medida em que se procuram uniformizar os percursos no que diz respeito à sua marcação e sinalização.

Na definição dos itinerários recorre-se muitas vezes a caminhos já existentes. O aproveitamento desses diversos caminhos já existentes, caminhos rurais, caminhos agrícolas,

caminhos e estradas florestais, visa sobretudo minimizar os custos de implantação dos diferentes percursos pedestres. Do mesmo modo, procurou-se aproveitar aqueles caminhos que requerem uma menor intervenção ao nível de desmatção, limpeza e posterior manutenção ao nível do controlo de vegetação ou relativamente à necessidade de construção de infraestruturas.

Com o intuito de facilitar a localização do ponto de partida, os percursos pedestres partem de pontos notáveis e inconfundíveis e que permitem o fácil estacionamento, procurando evitar danos ambientais ou desorientação dos utentes pedestrianistas.

Os trilhos são atualmente uma realidade presente em diversas regiões dos países, permitem deslumbrar com paisagens únicas. Os homens do campo, conhecedores da região, contribuem para a sua definição. Estes caminhos atravessam ravinas, rodeiam densos matagais, vencem vertentes vertiginosas. Permitem, muitas vezes poupar tempo e esforços, são ecológicos e culturais.

Na Europa, os percursos, mesmo sendo por vezes longos, não são designados por “trekkings”, palavra de origem sul-africana. A diferença de designação reside em se estar noutro continente. Muitas vezes, neste caso, uma viagem organizada envolve transportadores e cozinheiro. Na atualidade, é possível participar num trekk nos Himalaias ou nos Andes. Estes percursos tem como objetivo de atingir o campo base do Everest ou fazer o *Circuito dos Anapurnas*, atingir Machu Picchu.

Nos Himalaias, existe uma notável porção de elevações que são consideradas trekking peaks e não é necessário qualquer documento ou visto para aí ascender.

Em África são por vezes designados por “safaris” e incluem, por exemplo, a ascensão do Kilimanjaro (5895 m). Existem ainda outras possibilidades de “trekkings”, que vão desde um dia a um percurso de vários dias a zonas mais distantes.

Como vimos, o pedestrianismo é uma atividade em franco crescimento, ligada às áreas do desporto, do turismo e do ambiente. Na verdade, atualmente, esta prática tem regras convenientemente estabelecidas e organismos institucionais, sendo hoje uma prática regulamentada.

A prática de pedestrianismo pode ser feita em percursos pedestres não sinalizados no terreno ou em itinerários balizados. Grandes Rotas (GR®), Pequenas Rotas (PR®) ou Percursos

Locais⁶⁵. O que diferencia estes percursos são as distâncias percorridas, até 30 km para PR, e mais de 30 km para a GR⁶⁶.

A legislação portuguesa define pedestrianismo como a “atividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.” (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro)⁶⁷.

De acordo com a Lei de Bases do Desporto, Lei nº 30/2004, de 21 de Julho, cabe à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal a representação nacional e internacional da modalidade, sendo também da sua responsabilidade a homologação dos percursos pedestres⁶⁸. O pedestrianismo está regulamentado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP).

A implantação destes percursos pedestres teve em consideração criar uma nova atividade que valorize uma região economicamente, dinamizar o turismo tradicional, diversificando a oferta turística e procurando quebrar a sazonalidade, promover o turismo de montanha, promover o turismo cultural, sobretudo o religioso, promover a atividade física e o contacto com a natureza, valorizar e potenciar a fauna e flora dos espaços florestais e perpetuar a salvaguarda do património local, atribuindo-lhe uma função turística.

Os percursos pedestres, para que, realmente, contribuam para o adequado desenvolvimento deste sector turístico, assentam ainda na necessidade de dar resposta a uma série questões. A procura destas infra estruturas tem aumentado exponencialmente, sendo de esperar que continue a aumentar. Em virtude deste aumento da procura e a sua concentração num reduzido número de percursos pedestres, há que responder de forma coordenada com um aumento de uma oferta qualificada, diversificada e dispersa. A oferta atual é pouco equilibrada em termos de distribuição, concentrando-se principalmente em áreas protegidas. Sendo assim, o desenvolvimento destes percursos pedestres baseia-se numa dinamização da oferta, apoiada em critérios de qualidade, diversificação e dispersão, na preservação e otimização dos recursos e na

⁶⁵ <http://www.fcportugal.com/Pedestrianismo.aspx> (acedido a(7.02.16)).

⁶⁶ <http://www.fcportugal.com/Pedestrianismo.aspx> (acedido 7. 2 16).

⁶⁷ <http://www.bttlazer.org/index.php/pedestrianismo> (acedido a 7.2.16).

⁶⁸ <http://www.bttlazer.org/index.php/pedestrianismo> (acedido a 7.2.16).

atenção e cumprimento dos respetivos cuidados a seguir, por estarmos a operar sobre áreas sensíveis ao nível do ambiente.

As definições dos traçados têm em linha de conta um conjunto de critérios: por norma, excluem-se as vias alcatroadas, salvo exceções no caso de extensões muito curtas; procura-se diversidade de itinerários, coerência do nível de dificuldade do itinerário, qualidade das paisagens e do ambiente (urbano *versus* campo), exclusão dos sectores potencialmente perigosos e de maior risco, sensibilizar os visitantes sobre o drama dos incêndios florestais. Como já dissemos, estes percursos assumem ainda a importância vital de recuperar caminhos antigos de modo a fazer face à grande procura deste tipo de modalidade recreativa.

Chamamos a atenção para o facto de que neste nosso projeto/estudo, o percurso é feito na sua maioria em troços alcatroados por serem as vias mais escolhidas, mais rápidas e mais utilizadas pelos peregrinos.

2.2.2. Marcação de caminhos

A marcação do itinerário deverá ser executada com tinta de água, obedecendo às diretrizes internacionais e normas nacionais de marcação.

O procedimento técnico da implantação da marca no terreno, efetua-se com raspagem e limpeza através de escova de aço, das impurezas, líquenes, musgos e outros; também deverá ser efetuado o acondicionamento e controlo vegetativo em volta da marcação, através de corte e desmatação.

As marcações serão colocadas para que sejam visíveis nos dois sentidos de marcha. Obrigatoriamente, as marcações deverão ser colocadas nos seguintes locais:

- 1) na entrada e na saída dos núcleos populacionais;
- 2) nos cruzamentos e caminhos de direção deve-se colocar a marcação de caminho certo ou de continuidade nos dez primeiros metros do itinerário correto e outra marcação de confirmação a cerca de cinquenta metros e, desde aí, espaçando-as de cem em cem metros;
- 3) nos cruzamentos e bifurcações deve-se colocar a marcação de caminho errado no ramal ou ramais que não fazem parte do percurso pedestre;

4) a marcação deve ainda ser colocada nos pontos de acesso e de saída do percurso a estradas e a caminhos.

2.2.3. Sinalização

A sinalização vertical constitui um elemento imprescindível ao percurso pedestre e serve de apoio às marcações. O recurso à sinalização vertical terá em linha de conta procurar um ponto de equilíbrio entre a máxima adaptação dos materiais ao meio e a máxima durabilidade dos mesmos.

Sendo assim, a sinalização vertical de percursos pedestres poderá ser feita em madeira de pinho tratado em autoclave, torneada e polida; o *lettering* deverá ser executado com a fonte Comic Sans MS em baixo relevo e pintado com tinta acrílica, com finalização contra a intempérie e envernizamento para exterior.

Na base de cada prumo, a qual fica enterrada, deverão ser colocadas duas cavilhas para dificultar o arranque ou a rotação indesejável da placa. A fixação dos elementos deverá ser executada com mistura solo-enrocamento.

As placas deverão ser fixadas aos prumos mediante o uso de parafusos inox.

2.2.4. Elementos de sinalética a conceber

1) Placa de Início de Percurso: indica a direção e o sentido a seguir no percurso, contendo o nome do percurso e a distância total a percorrer, os nomes dos pontos notáveis por onde o percurso passa e a distância a que se encontram esses lugares. Também podemos incluir a simbologia de estruturas existentes, uma breve descrição do percurso e a fauna e flora existente no mesmo.

O tipo de sinalética utilizada no território português para balizar percursos pedestres de Grande ou Pequena Rota, é exemplificado abaixo. Não são marcas internacionais mas sim internacionalmente reconhecidas e aceites. O que existe são semelhanças entre as marcas utilizadas pelos países da Europa do Sul, como é o caso da Espanha e da França entre outros.

Pequena Rota **PR** **GR** Grande Rota



Figura 1- PR e GR Fonte: <http://www.fcmpportugal.com/Percursos.aspx> (acesso 16.02.16)

As marcas encontram-se registadas pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com os números de registo 376397 e 376398. A qualquer uso abusivo e/ou não autorizado pela FCMP, por sujeitos coletivos e/ou individuais, serão aplicadas as normas e a legislação em vigor.

Grande Rota (GR)®

Fonte: <http://www.fcmpportugal.com/Percursos.aspx> (acesso 16.02.16)

Pequena Rota (PR)®

Pequenas Rotas - até 30 quilómetros. São registadas por concelhos, sendo-lhes atribuída uma numeração que se inicia no número 1, constituindo redes concelhias. Se um percurso decorre no espaço de divisão territorial de dois concelhos, é-lhe atribuído a numeração referente ao concelho com mais território abrangido. A numeração deve ser complementada com as letras designativas do concelho. Assim PR3 - ARC é o percurso pedestre de pequena rota, número três do concelho de Arouca. Portanto, não se admire de ver muitos "PR3", "PR2" e "PR1", pois podem existir tantos quantos os concelhos de Portugal.

Fonte: <http://www.fcmpportugal.com/Percursos.aspx> (acesso 16.02.16)

Capítulo 3. S. Bento e os santuários de peregrinação a S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro)

3.1. S. Bento (breves apontamentos sobre o santo)



Figura 2- São Bento

Fonte: <http://www.sbento.pt/santuاريو.php> (acedido a: 12.8.16)

S. Bento nasceu em Núrsia, na Umbria, Itália, no ano de 480. Era filho de uma família nobre. Foi estudar para Roma, mas pouco tempo terá permanecido na cidade, devido à imoralidade reinante entre os seus condiscípulos.

Refugiou-se, numa primeira fase, em Enfide, aldeia de Sabina e, posteriormente, numa caverna, no vale de Aniene, perto de Subiaco. Foi neste local que se dedicou à oração e à penitência. E foi esta gruta o seu refúgio relativamente à civilização.

Próximo da gruta onde se escondera S. Bento fundou doze mosteiros, em cada mosteiro colocou doze monges e um abade, em representação dos doze apóstolos sob a direção de Cristo. Equício e Tertúlio foram alguns dos nobres romanos que entregaram seus filhos, S. Amaro e S. Plácido. «Lá se iria formar o grande Seminário de Cristo, viveiro de Bispos, de Papas, de civilizações, de doutores e de mestres do mundo».

Passou vinte anos em Subiaco, berço da sua vida espiritual, mas foi obrigado a refugiar-se novamente, devido a intrigas. É na montanha de Cassino, que S. Bento irá fundar o mosteiro, que será o centro da Ordem Beneditina. De seguida, levanta outro em honra de S. Martinho e S. João.

Movido pela fé em Cristo, e inspirado na Sagradas Escrituras e principalmente na Regra de S. Basílio, fez dela uma adaptação pessoal, uma síntese adaptada ao espírito ocidental. É a regra da vida cenobítica (que significa vida em comum) e não da vida eremítica.

Para S. Bento, dois são os pilares nos quais assenta toda a vida comum num cenóbio: a obediência e o trabalho, *ora et labora*.

S. Bento morreu no ano de 547. Mas continua vivo no coração de milhões de cristãos. A sua obra não foi esquecida, e é considerado Doutor da Igreja.

O culto a S. Bento, em Portugal tem um passado que, segundo as crónicas, remonta a antes da fundação do reino de Portugal. O primeiro mosteiro a adoptar a Regra de S. Bento terá sido o de Lorvão⁶⁹. As ordens beneditinas em Portugal, foram sem dúvida, das mais ricas e mais prósperas.

Pio XII chamou a S. Bento “Pai da Europa”, e Paulo VI nomeou-o patrono da Europa em 1964. Uma das razões para isso foi o contributo da sua Regra e da Ordem que criou que, indubitavelmente, ao expandir-se à escala europeia criou neste vasto espaço laços de unidade, baseados na difusão do Cristianismo, em formas de vida e de transmissão cultural. Desta forma, podemos, de facto, como reconheceram Pio XII e Paulo VI, considerá-lo um dos construtores da Europa⁷⁰.

S. Bento, tendo em conta este papel de “construtor” de uma Regra, de uma Ordem e de mosteiros que, difundindo-se por todos os reinos cristãos da Europa, criaram uma rede de transmissão de formas de religiosidade e de cultura, é o padroeiro dos engenheiros.

⁶⁹ Faria, Dr. Molho, *S. Bento da Porta Aberta*, 3ª edição, Edição da Irmandade, Braga, 1985, pág. 76.

⁷⁰ Melgar, Luis T., *Os Santos de cada dia*, Editorial Estampa, 2002, pág. 140.

3.2. Mosteiro de S. Bento (Santo Tirso)



Figura 3- Envolvente do mosteiro de S. Bento, Santo Tirso

Fotografia própria

É no antigo Entre Douro e Minho, no atual distrito do Porto, que se encontra o mosteiro de S. Bento, Santo Tirso.

Ao contrário de outros monumentos, dedicados a S. Bento localizados no cimo dos montes, este mosteiro está implantado na margem esquerda do rio Ave, na zona baixa da atual cidade de Santo Tirso.

Presume-se que o mosteiro “foi fundado por D. Unisco Godiniz e seu marido Aboazar Lovesendes, primeiro senhor da Maia e ancestral desta família, em 978”⁷¹. O Couto do mosteiro foi criado e doado no ano de 1097 pelos condes D. Henrique e D. Teresa a Soeiro Mendes da Maia. Por sua vez, no ano de 1098 Soeiro Maia doou o mosteiro a um seu abade, D. Gaudemiro. Desta forma, o mosteiro tornou-se num dos mais poderosos do país, tendo obtido, inclusive, Bulas de proteção dos Papas: Inocêncio III e Honório III.

⁷¹ <http://www.cm-stirso.pt/pages/471> (acedido a: 5.6.2016).

Mas também recebeu numerosas doações de membros da aristocracia nortenha, nomeadamente da família da Maia.⁷²

Da igreja abacial primitiva não resta, provavelmente, coisa alguma. No século XI e XII a igreja foi remodelada, desta época restam alguns capitéis e frisos, guardados na Câmara Municipal. Ainda no século XIII, no primeiro quartel, o alferes-mor Martim Gil de Sousa, manda reconstruir e ampliar o convento. No entanto desta época apenas persiste um claustro gótico⁷³.

O edifício tal como hoje se nos apresenta resulta de sucessivos acrescentos e reformulações feitas ao longo dos tempos. No século XV, construiu-se um novo templo monástico “por benemerência de Martim Gil, conde de Barcelos. Desta igreja restam alguns vestígios arqueológicos”⁷⁴.

A atual igreja foi construída entre 1659 e 1679, sendo um projeto de Frei João Turriano, que era um monge da Ordem de S. Bento. Após a morte do monge-arquiteto, em 1679 e possivelmente por falta de recursos, o projeto não foi concluído. Esta situação provocou um empobrecimento artístico principalmente notório na frontaria do templo conventual⁷⁵.

No século XVIII, a fachada do mosteiro foi restaurada, em estilo rocaille, pelo arquiteto André Soares, o interior do templo beneficiou de trabalhos em lavra, do mestre talhador, Frei José de Santos António Vilaça. Em 1834 com a extinção das ordens religiosas em Portugal, todos os bens imóveis do convento foram vendidos em hasta pública, com exceção da igreja.

O conjunto inserido na margem esquerda do rio Ave é constituído pela igreja e zona monástica que inclui dois claustros adjacentes. A igreja possui planta em cruz latina, composta apenas por uma nave, flanqueada por torres sineiras e um transepto pouco saliente.

“A fachada principal virada a SO é rematada por um frontão triangular”⁷⁶. Esta por sua vez apresenta um corpo tripartido, ou seja, “com os eixos definidos por pilastras, no registo inferior, é marcada pelos três arcos de acesso à galilé, de volta perfeita e protegido por grades de ferro”⁷⁷. A

⁷² Almeida, Álvaro Duarte de, Duarte Belo, *Portugal Património, Guia- Inventário*, Viana do Castelo – Porto-Braga. Vol. I Circulo de Leitores, pág. 285.

⁷³ Idem, pag. 285..

⁷⁴ <http://www.cm-stirso.pt/pages/471> (acedido a 5.6.16).

⁷⁵ Almeida, Álvaro Duarte de, Duarte Belo, *Portugal Património, Guia- Inventário*, Viana do Castelo – Porto-Braga. Vol. I Circulo de Leitores, pág. 285.

⁷⁶ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145 (acedido a 20.03.16)

⁷⁷ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145 (acedido a 20.03.16).

zona superior da fachada possui três nichos de volta perfeita onde “estão alojadas as esculturas de Santo Tirso ao centro, ladeado por S. Bento e Santa Escolástica”⁷⁸, sendo encimados e rematados com janelas retilíneas e molduras simples em cantaria.



Figura 4- Fachada do Mosteiro de São Bento com as estátuas

Fotografia própria

A capela-mor está revestida “por painéis azulejares seiscentistas, executados a azul e a amarelo, evocando a vida de Cristo” No interior do templo podem-se contemplar variadas obras de grande importância, tais como o cadeiral que é encimado “por espaldares recortados, contendo painéis pintados com a vida de São Bento” entre outras cenas alusivas ao Santo. O cadeiral merece destaque não fosse o tema deste trabalho S. Bento. O órgão de tubos é composto por uma caixa de madeira, “assente em consola do mesmo material, sendo pintada de marmoreados fingidos”⁷⁹.

O mosteiro está classificado como Monumento Nacional desde 1910⁸⁰, pelo Dec. De 16-6-1910, Dec. 38 491 de 6-11.1951 e Dec. 28/82 de 26.

⁷⁸ <http://www.cm-stirso.pt/pages/471> (acedido a 21.03.16).

⁷⁹ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145 (acedido a 21.03.16).

⁸⁰ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70416/> (acedido a 21.03.16).

Este mosteiro de grandes dimensões oferece hoje várias valências e continua a ser um centro de culto, onde grande número de peregrinos se desloca para venerar o santo.

3.3. S. Bento das Peras (Vizela)



Figura 5- Antiga ermida de S. Bento

Fonte: <http://www.radiovizela.pt/noticias/local/11148-Confraria-Bento-das-Peras-tem-stio--line.html> (acedido a 12-3-16).



Figura 6- Ermida de S. Bento

Fonte: <http://www.radiovizela.pt/noticias/local/11148-Confraria-Bento-das-Peras-tem-stio--line.html> (acedido a 12.3.16).



Figura 7- Capela antiga de São Bento das Pêras

Fotografia própria



Figura 8- Atual igreja

Fotografia própria

A ermida e a igreja de S. Bento das Peras localizam-se no Noroeste de Portugal, num dos concelhos mais pequenos e recentes do país; localizam-se no cimo de um monte, a sensivelmente 410 metros de altitude⁸¹.

O nome do atual concelho deriva do nome do rio que o atravessa, o Rio Vizela, que nasce nas Serras de Fafe, e desagua no Rio Ave, depois de passar por cinco concelhos. O nome Vizela, por sua vez, é um diminutivo do nome Ave - e vem do latino Avicella.

É no ponto mais alto do concelho que se vislumbra todo o concelho. Aqui impera o silêncio. A ermida está edificada num dos mais belos sítios naturais de Vizela⁸².

Segundo, o Padre Jesus de Avelino da Costa, o culto ao S. Bento, data de 1192, uma vez que na referida data, S. Bento já tinha dado o nome ao monte⁸³, “*subtus monte de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela*”. A devoção a S. Bento terá emergido aquando da “Reconquista” Cristã. Os monges terão contribuído para fixar as populações na terra e ensinando-lhes técnicas agrícolas.

O culto a S. Bento, nestas terras de Riba de Vizela terá sido intenso. O Mosteiro de Pombeiro, beneditino, era, durante o século XV e ainda na primeira metade do século XVI, o mais rico mosteiro na arquidiocese de Braga e existem inquirições que atestam a existência de um outro convento, em Tagilde, também beneditino. As Terras de Riba de Vizela chegaram a ser um couto do Mosteiro beneditino de Roriz. Um dos ricos homens, D. Martim Fernandes terá doado, no século XIII, cinco casais ao mosteiro de S. Bento em S. Tirso⁸⁴.

A construção da ermida, onde os peregrinos gostam de se deslocar para rezar e pedir a sua graça especial, terá acontecido antes do século XVI, sofrendo ao longo dos tempos obras de restauro. A pequena capela situa-se na linha divisória de duas freguesias, S. Miguel e Tagilde, pertencendo assim a jurisdição aos dois párcos, o que se verifica ainda hoje.

Como atestam fontes documentais, no século XIX, por volta de 1831 e 1834 existia uma ermida, que devido ao mau estado de conservação sofreu um profundo restauro. Foi o párcoco,

⁸¹ Pinto, Eugénio Mendes, *Um olhar sobre Vizela*, Reviver-Editora, Vizela, 2003, pág. 12.

⁸² Idem, pág. 26.

⁸³ Pacheco, Maria José, *Das Margens do Vizela Memórias*, 1ª edição, Março de 2007, Editorial Magnólia, pág. 633.

⁸⁴ Idem, pág.633.

João de Freitas, que, quando assumiu a paróquia de Tagilde, decidiu construir uma capela em granito, mais espaçosa e condigna⁸⁵.

Assim, permanece a pequena ermida no meio das enormes rochas, o que leva alguns estudiosos a afirmar que a elas se deve o nome S. Bento das Peras. O aglomerado de rochas, em formato que lembra tais frutos, peras, terá dado o nome ao local. Muitos são os devotos que consideram as pedras sacralizadas e, por isso, as pintam de branco, persuadidos de que S. Bento gostaria da cor branca, em contraste com o negro das suas vestes.

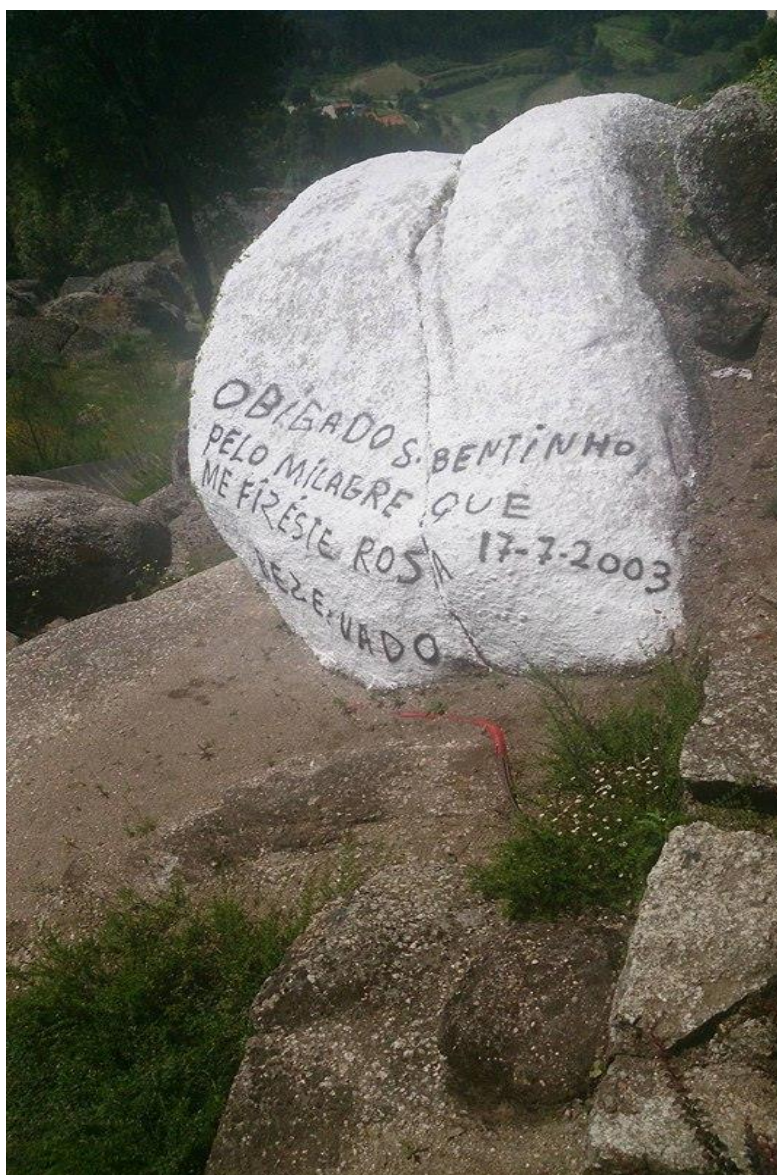


Figura 9- Pedra pintada de branco como testemunho de promessa cumprida e em agradecimento da graça concedida.

Fotografia própria.

⁸⁵ Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal*, 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000, pág. 73.

Também se atribui à cor branca um significado benfazejo e pacificador, quando as procissões sobem ao monte a implorar boas colheitas, ou qualquer outro tipo de graça. Com os penedos caiados de branco, instalou-se a tradição de que as oferendas ao santo seriam de cor branca, o que explica as ofertas ao Santo dos cravos brancos, ou outra flor, os frangos, e até sal, tudo branco⁸⁶. Os cravos não devem ser comprados, mas colhidos ao acaso ou oferecidos por outros devotos ao Santo⁸⁷.

Além destas promessas existiam outras. Aos serões, grupos de seis ou nove raparigas subiam ao monte, a cantar honras ao santo.

Tem S. Bento fama de justo para quem lhe faz uma promessa, mas tem de ser cumprida conforme o prometido. Esta regra é aceite pelos fiéis, para assim receberem o benefício do milagre.

O culto a S. Bento não parou de crescer e, por isso, começou a sentir-se a exiguidade da capela e, em 1965, iniciou-se a construção de uma maior que se inaugurou em 1970⁸⁸. Foi nesse mesmo ano que se instituiu a peregrinação, sob a forma de peregrinação ao monte de S. Bento. No interior da igreja encontra-se a imagem de S. Bento, ladeada pelas imagens de S. Cristóvão e S. Paulo.

⁸⁶ Pacheco, Maria José, *Das Margens do Vizela Memórias*, 1ª edição, Março de 2007, ISBN 978-989-95207-4-5, Editorial Magnólia, pág. 635.

⁸⁷ Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal* 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000, pág.72.

⁸⁸ Pacheco, Maria José, *Das Margens do Vizela Memórias*, 1ª edição, Março de 2007, ISBN 978-989-95207-4-5, Editorial Magnólia, pág.635.



Figura 10- Altar com imagem de São Bento

Fotografia própria

A festa religiosa em honra deste Santo realiza-se no concelho de Vizela no dia 11 de Julho e no sábado e domingo seguintes. Os principais pontos de partida da peregrinação são as Capelas de S. Miguel e de S. Salvador de Tagilde, alternando entre si e durante um ano a posse da imagem

de S. Bento⁸⁹, sendo que nos anos ímpares a procissão sai da igreja de Tagilde, e nos anos pares da igreja de S. Miguel. Neste dia de romaria, o espaço é pequeno para acolher tantos devotos e a confraria monta um enorme toldo no espaço envolvente, onde se realiza a missa em honra do Santo.

O lugar sofreu intervenções e os acessos foram requalificados, em 2010. A romaria acolhe centenas de peregrinos.

Durante todo o ano são muitos os que sobem ao monte de S. Bento das Peras, para cumprir uma promessa, ou apenas para venerar o Santo ou simplesmente contemplar a paisagem.

O monte de S. Bento das Peras, tem duas imagens de S. Bento.

Tal como refere Filomena Silvano, professora de Antropologia, o monte de S. Bento “produz emoção, o olhar unifica, há o efeito religioso, o ponto de vista coincide com o olhar do Santo”⁹⁰.

3.4. S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro)



Figura 11- S. Bento Porta Aberta Fonte: <http://www.sbento.pt/santuario.php>

⁸⁹ <http://saobento-vizela.blogspot.pt/2009/07/festas-em-honra-do-padroeiro.html>(acessido 09.02.16).

⁹⁰ Pacheco, Maria José, Das Margens do Vizela Memórias, 1ª edição, Março de 2007, ISBN 978-989-95207-4-5, Editorial Magnólia, pág.641.

É no concelho de Terras de Bouro, na freguesia de Rio Caldo, por entre a paisagem viçosa do Minho e com as águas da barragem da Caniçada à vista, que se encontra o Santuário de S. Bento da Porta Aberta.

A este Santuário acorrem milhares de peregrinos vindos de todo o país, mas também muitos turistas que, devido à proximidade do parque da Peneda/Gerês, resolvem ir também ao encontro do património religioso⁹¹.

Por aqui terão passado peregrinos que faziam o Caminho de Santiago, e o templo mantinha as portas abertas, de noite e de dia, como forma de acolhimento; daí advém o seu nome, S. Bento *da Porta Aberta*.

A origem do Santuário de S. Bento da Porta Aberta suscitou durante anos alguma controvérsia. Devido à falta de documentos, surgiram lendas e suposições explicativas.

Uma das lendas verbalizada pelo povo mais velho, de Rio Caldo, é que terá havido uma contenda entre dois vizinhos; o motivo era um terreno vago e, como forma de entendimento, um ficou obrigado a construir um pequeno oratório, e o outro a ceder o terreno. Outra das versões é a de que o santuário é anterior a 1640, época da Restauração, e que terá sido o senhor Tomé Pires quem mandou construir uma capela, em honra de S. Bento. Diferente versão é a de terem sido os monges Cistercienses de Bouro, a ordenar a construção da ermida para acolher os peregrinos que se deslocavam a nossa Senhora da Abadia⁹².

Contudo, segundo estudos recentes o santuário de S. Bento da Porta Aberta data de 1614 e terá sido um visitador de Entre Homem e Cávado, quem terá mandado construir uma ermida, em honra de S. Bento, porque a que existia localizava-se longe da população. «Para obviar a esta dificuldade, ordenou ao abade da freguesia, P. João Rodrigues, que, até ao Natal seguinte, mandasse construir uma ermida no referido lugar «por ser muito necessário e do serviço de Nosso Senhor»⁹³.

O templo não teve grande afluência de peregrinos até ao século XVIII, mas a partir deste período, essa afluência nunca mais iria parar.

⁹¹ Faria, Dr. Molho de, S. Bento da Porta Aberta, 3ª Edição, Braga 1985, Edição da Irmandade. pág. 76

⁹² Idem, pág.

⁹³ <http://www.sbento.pt/historia.php> (acedido a 11. 02.16)

A ermida foi substituída pelo templo atual, do século XIX. A construção teve início em 1880 e a capela – mor foi sagrada em 1885⁹⁴.

Porém, no final do século passado, o santuário volta a sofrer intervenções, constroem-se infraestruturas anexas para poder receber os milhares de peregrinos que ali se deslocam. Ao lado do templo foi construído um moderno recinto, de amplas dimensões, de arquitetura contemporânea, com colunas e paredes revestidas de mosaicos coloridos. O autor deste trabalho é o arquiteto Luís Cunha, que integrou colunas e painéis de azulejos, representando cenas bíblicas e da vida monástica.

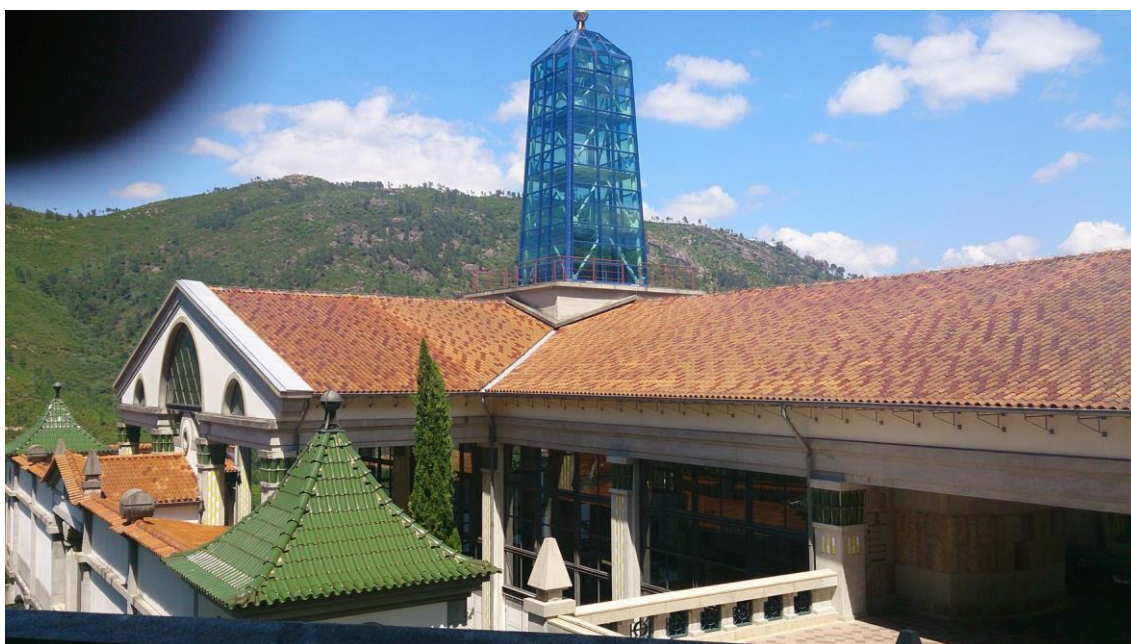


Figura 12-O novo Santuário.

Fotografia própria.

Para dar continuidade à tradição, a acomodação continua a efetuar-se. Por isso, do lado oposto do santuário, existe a casa da Irmandade e uma hospedaria. Por de trás da igreja encontra-se a casa do sal, onde os peregrinos podem entregar as oferendas, sendo este um produto considerado do agrado de S. Bento⁹⁵.

No interior da igreja, na capela- mor, deparamo-nos com a imagem de S. Bento ao centro, enquadrada por um pavilhão de talha dourada. Vestido de hábito negro, com sua mitra de abade,

⁹⁴ Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal* 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000,pág.67.

⁹⁵ Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal* 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000,pág.67

com orelhas um pouco grandes, franja a pousar na testa, e ar frágil, é esta a figura do milagroso S. Bento da Porta Aberta⁹⁶.

Completam a decoração artística do altar lindíssimos painéis de azulejos azuis e brancos, figurando cenas da vida religiosa, de S. Bento, que cobrem as paredes laterais. Os tetos da igreja estão ricamente pintados de querubins de bela elegância clássica.⁹⁷



Figura 13- Imagem de São Bento, S. Bento da Porta Aberta.

Fotografia própria.

⁹⁶ Almeida, António, Fernando, *Percursos de Fim-de – Semana*, 2ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994, pág.22, 23.

⁹⁷ Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal* 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000, pág.67



Figura 14- Um dos painéis de azulejos com cenas da vida de São Bento, S. Bento da Porta Aberta.

Fonte: Fotografia própria

É neste local de culto, que se realiza a festa em honra do Santo, entre os dias 10 e 15 de Agosto. Aqui se concentram centenas de peregrinos, vindos de vários pontos do país, para assistir ao majestoso espetáculo de fogo de artifício e à procissão. Ainda se comemora S. Bento nos dias 20 e 21 de Março, sendo o dia 21 o principal, pois celebra-se a morte de S. Bento em Montecassino. Nos dias 10 e 11 de Julho ocorre a celebração de S. Bento, patrono da Europa⁹⁸.

Devido ao aumento do número de peregrinos, em 1998, foi inaugurada a atual Cripta.

Foi neste ambiente de religiosidade e de festa, que recentemente, em 2015, ao celebrar os quatrocentos anos de história e de culto a S. Bento neste local, que este espaço religioso de Terras de Bouro foi elevado a Basílica Menor pelo então Papa Francisco.

«O facto de o santuário constituir um “centro de espiritualidade”, ao qual acorrem milhares de peregrinos devotos a S. Bento todos os anos, foi um dos motivos que mais pesaram na decisão tomada pela Congregação do Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, avançou o prelado. Também as exigências arquitetónicas indispensáveis para a elevação se mostraram reunidas»⁹⁹.

⁹⁸ <http://www.sbento.pt/festas.php> (acesso 13.02.16)

⁹⁹ <http://www.diocese-braga.pt/noticia/1/5665#sthash.9HBTA0.dpbs> (acesso 13.02.16)

Assim, se em tempos, a porta da igreja permanecia aberta para acolher os peregrinos que faziam os Caminhos de S. Tiago, terá hoje de continuar a abrir as portas para receber os seiscentos mil peregrinos que, anualmente, se dirigem a este Santuário. O nome parecia adivinhar os tempos que viriam, pois a devoção a S. Bento parece não ter fim.

3.5. Devoção a S. Bento e peregrinações a S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Pêras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro)

Os gráficos que seguidamente apresentamos têm por base um conjunto de entrevistas a oitenta peregrinos. A partir dessas entrevistas, construímos uma tabela Excel na qual registamos os nomes dos entrevistados, género, a idade, local de habitação, número de vezes que cada um peregrinou a cada santuário beneditino alvo do nosso trabalho de pesquisa, o(s) pedido(s) e a(s) oferta(s) que cada um fez ao longo do tempo, desde que começou a fazer estas peregrinações e até agora (2016). O carácter confidencial das entrevistas e, não fora essa a razão, o tamanho desta Tabela torna impossível incluí-la neste Relatório de Projeto, o que muito lamentamos. Na verdade, há um aspeto importante que emerge destas entrevistas e de todo o trabalho de campo que realizamos e que não vamos tratar nos gráficos mas que queremos deixar claro: as peregrinações aos santuários beneditinos aos quais dedicamos a nossa investigação são transversais, ou seja, há peregrinos de ambos os géneros, de uma grande variedade de idades (conscientemente agindo como peregrinos, pelo menos, *grosso modo*, dos 12 aos 80 anos) e de todos os meios sócio- económicos e culturais.

Os gráficos que se seguem pretendem apresentar o número de visitas nos três santuários, comparar a afluência de peregrinos no dia 11 de Julho com a que ocorre ao longo do resto do ano, reportar as motivações dos peregrinos (incluindo a comparação entre pedidos pela cura de doenças e cura de “cravos”) e as ofertas por peregrino.

Os valores incluídos em cada gráfico que se segue têm em conta a experiência de cada um (por exemplo, relativamente a cada peregrino contabilizam-se todas as práticas que relatou, sendo os valores totais reportados nos gráficos o somatório das experiências, por vezes, múltiplas do conjunto desses oitenta peregrinos entrevistados).

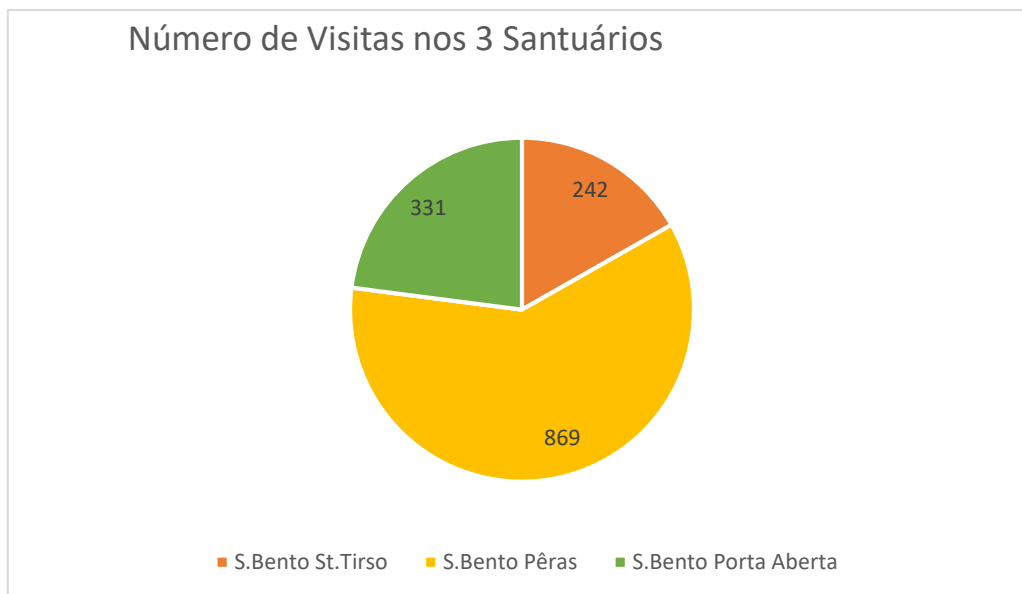


Figura 15- N° de visitas nos 3 santuários Fonte: própria

Tendo em conta, como já referimos, as entrevistas que realizámos e todos os tipos de trabalho de campo que levámos a cabo, o gráfico 1 (fig. 15) demonstra que o Santuário de S. Bento das Peras (Vizela) é o que recebe maior número de peregrinos. Embora muitos peregrinos que se deslocam a S. Bento das Peras também vão a S. Bento (Santo Tirso) e a S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro).

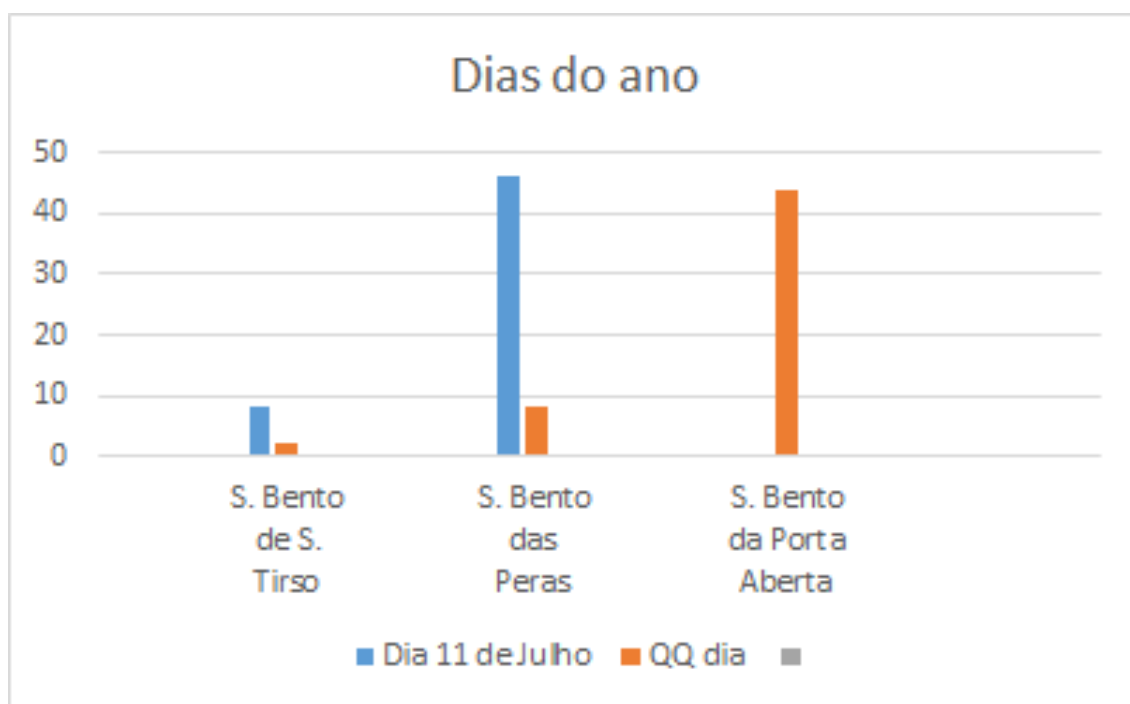


Figura 16- Dias do ano com o n° de visitantes Fonte: própria

O gráfico 2 (fig. 16) indica a afluência de peregrinos a cada um dos santuários em estudo no dia 11 de Julho e ao longo do resto do ano. É de salientar que existe especial afluência de peregrinos no dia 11 de Julho especialmente no caso de S. Bento das Peras (Vizela) e, em menor número mas também significativamente, no caso do mosteiro de S. Bento (Santo Tirso). Quando os peregrinos optam por qualquer outro dia do ano, fazem-no, sobretudo, nos meses de Maio, Junho, Julho e Setembro, não se escolhendo, nesse caso, qualquer data específica.

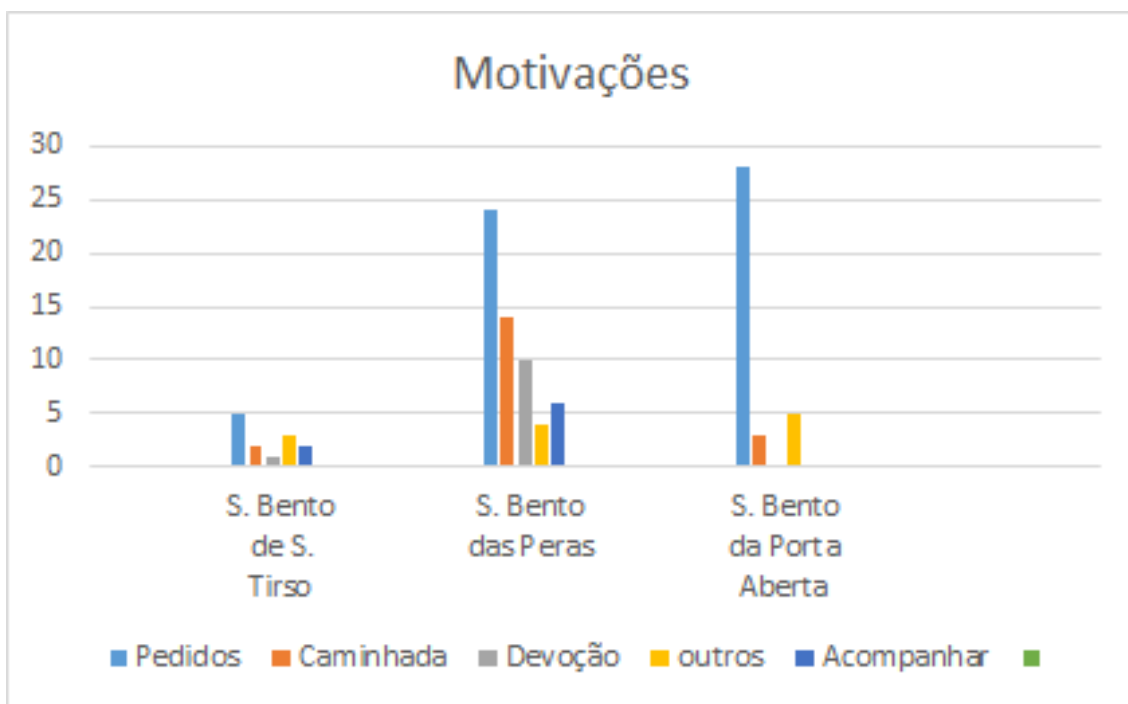


Figura 17- Motivações Fonte: própria

O gráfico nº 3 (fig. 17) enumera as motivações dos peregrinos ao mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), a S. Bento das Peras (Vizela) e a S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro). Designamos por “devoção” a atitude descrita por peregrinos como: “Venho a S. Bento, não para fazer um pedido por um motivo especial, mas para que me proteja ao longo da vida”. O *item* “outros” refere-se a diversas situações entre elas, a realização dos caminhos de bicicleta ou, então, ao facto de os peregrinos não terem querido revelar o motivo da sua peregrinação (o que aconteceu mais frequentemente com homens).

Como se demonstra no quadro, o mosteiro de S. Bento (S. Tirso) é aquele no qual se apresenta o menor número de pedidos e o mesmo se verifica relativamente a promessas de caminhada, etc..

Em S. Bento das Peras (Vizela), o destaque vai para as caminhadas, sendo muitos os peregrinos a fazerem o caminho. Aqui, a quantidade de pedidos feitos a S. Bento também é elevada. E o número de pessoas que se disponibiliza para acompanhar os peregrinos merece destaque.

S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro) é o local no qual são feitos mais pedidos ao Santo. Os devotos apelam ao Santo para as mais diversas situações.

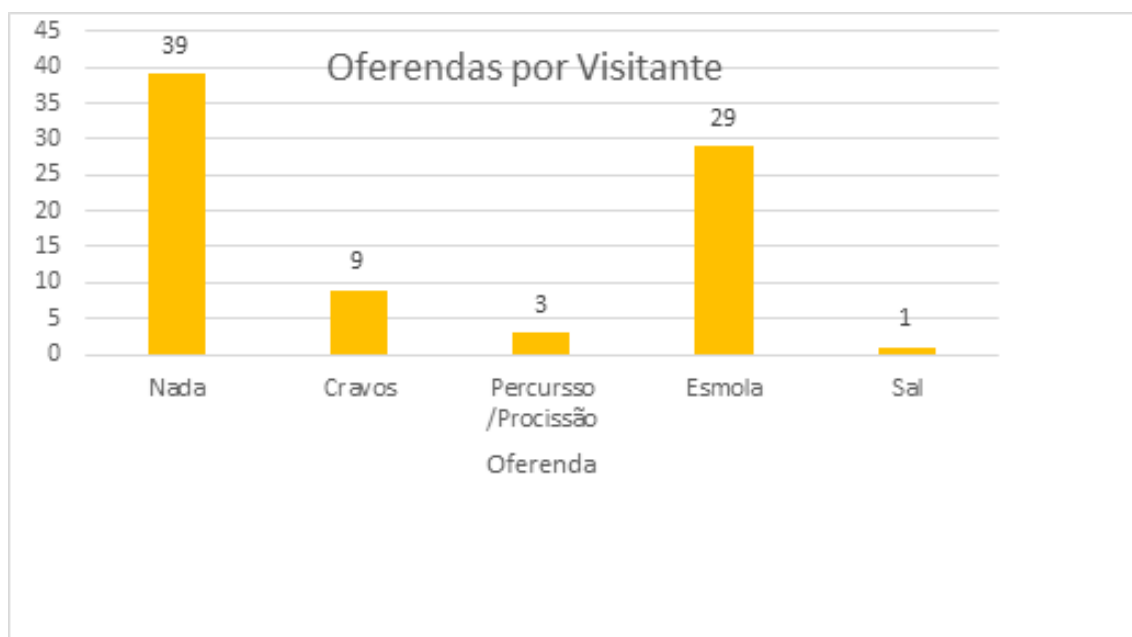


Figura 18- Oferendas por visitante Fonte: própria

No gráfico nº 4 (fig. 18) procuramos apresentar os tipos de oferendas a S. Bento, consideradas conjuntamente nos três locais de culto em estudo.

Grande parte dos devotos não prometem nem oferecem ao Santo qualquer objeto, sendo a sua oferta a própria peregrinação, enquanto ato de sacrifício que é. Como não se prometeu nem ofereceu nada de material, designamos esse tipo de atitude por "Nada", na verdade a opção mais frequente dos peregrinos, juntamente com a esmola.

O item que designamos como "Percurso/Procissão/Oferenda" reporta-se à atitude de peregrinos que, no mesmo ano, se comprometem a fazer a sua peregrinação num dia, a participar na procissão (noutro dia) e a fazer a oferenda prometida ao Santo.

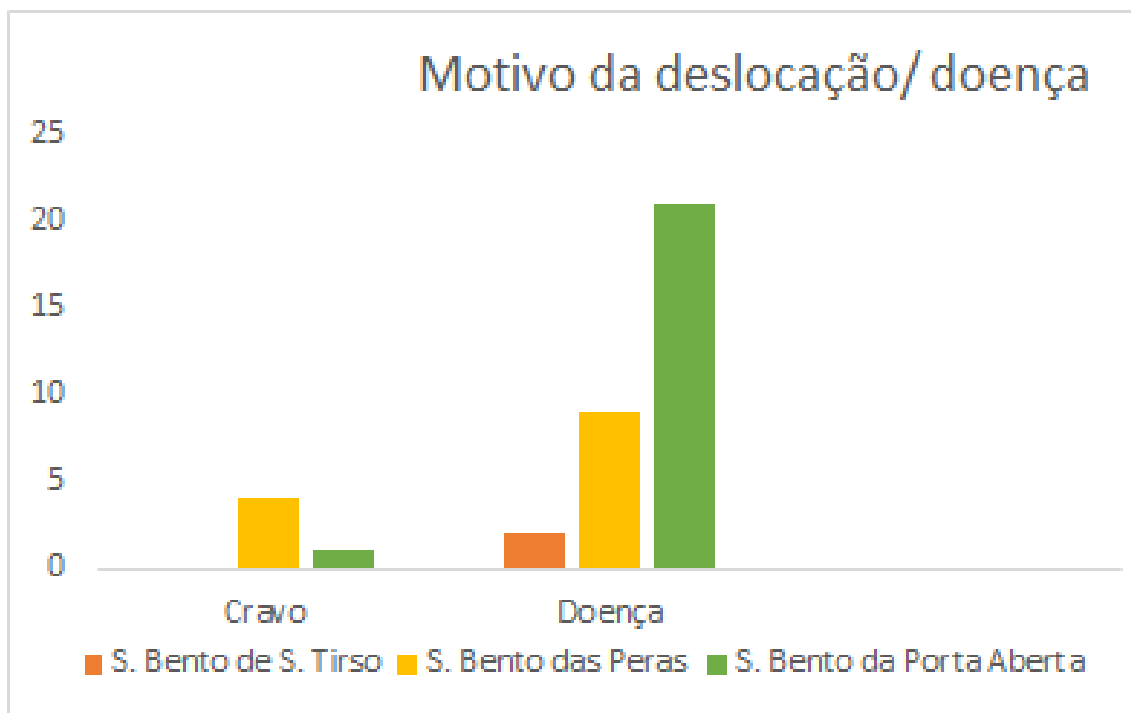


Figura 19- Motivos da deslocação (em questões de doença) Fonte: própria

O gráfico n° 5 (fig. 19) refere-se ao número de peregrinos que recorrem ao Santo por motivo de doença ou para a remoção de cravos (verrugas).

Como este quadro traduz, a Basílica Menor de S. Bento da Porta Aberta é a que recebe o maior número de peregrinos que apelam à intervenção do Santo por motivos de doença. Na nossa experiência de contato com os peregrinos verificamos que estes, em momentos difíceis da vida, quando aparece uma doença grave a um filho ou a um familiar, pedem ajuda a S. Bento. Nestes apelos, as pessoas pedem a cura do doente e prometem deslocar-se ao Santuário para venerar o Santo, quase sempre, ao longo da vida. É por isso que um grande número de pessoas que se desloca a estes diversos Santuários o faz quase sempre ao longo de anos.

De entre as muitas entrevistas que fizemos a peregrinos - e que nos emocionaram -, vamos destacar, como exemplo elucidativo, o caso de D. Joaquina Duarte. Esta senhora tinha um filho, ainda criança, muito doente, internado com vários problemas de saúde. O filho de D. Joaquina foi enviado para casa, para morrer. D. Joaquina pediu a ajuda de S. Bento: “Pedi-lhe que o salvasse, rezei-lhe e, ainda hoje, o meu filho está aqui”. D. Joaquina prometeu ir a S. Bento da Porta Aberta em peregrinação e, da ponte até ao Santuário, de joelhos. D. Joaquina mantém viva a fé a S. Bento; vai a S. Bento da Porta Aberta sempre que pode e também a S. Bento das Peras. D. Joaquina tem, atualmente (2016), 80 anos.

Capítulo 4. “Caminhos de S. Bento”: reflexões e propostas

Apesar dos caminhos de peregrinação ao Mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro) já serem uma realidade, pois são milhares de peregrinos a percorrê-los durante o ano, estes caminhos não possuem qualquer tipo de sinalética nem de marcação, o que dificulta a caminhada, acontecendo que, muitas vezes, os peregrinos, particularmente os que fazem os caminhos de noite, se perdem. Também acontece que os peregrinos percorram caminhos alternativos, à sua escolha.

Perante isto, antes de se poder implementar o que propomos neste Projeto como “Caminhos de S. Bento” e de iniciar a sua divulgação, é necessário ter em consideração vários critérios.

Na verdade, parece-nos que a elaboração de mapas e de sinalética é fundamental, assim como a seleção dos itinerários, sendo que, em alguns dos casos, não existem grandes opções de escolha. Só dispondo destes recursos, será possível que qualquer pessoa, sem o mínimo de orientação prévia, efetue o percurso sem qualquer dificuldade.

A nossa preferência por caminhos públicos será uma constante, embora as estradas asfaltadas tenham que ser uma opção ao longo de vários troços dos “*Caminhos*” por uma questão pragmática, isto é, quando para evitar as estradas asfaltadas isso obrigaria a fazer percursos muito mais longos ou atravessando propriedades privadas o que seria absolutamente inaceitável.

Quase todo o percurso que propomos é de grande interesse, abrangendo cinco concelhos do Noroeste, Santo Tirso, Vizela, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro, todos dispondo de sítios que merecem destaque. Ao longo de todo o traçado iremos salientar locais dignos de interesse, ainda que, por vezes, seja difícil essa seleção devido à profusão de motivos de elevado valor arquitetónico, rural ou paisagístico.

Nestas caminhadas, mesmo quando a sua principal motivação é a fé e a devoção a S. Bento, pelos caminhos vai-se descobrindo a fauna, a flora, as plantas medicinais e aromáticas, o povo, as tradições, a gastronomia, diferentes vivências culturais.

Assim, achamos que se podem encorajar os peregrinos (e/ou turistas) a explorarem uma variedade de valências e de recursos existentes nestes territórios concelhios, quer para que aproveitem mais completamente o(s) seu(s) dia(s) de peregrinação, quer procurando propor visitas

que contribuam para melhor aproveitar e rentabilizar os recursos destes territórios municipais e tendo em consideração os princípios do desenvolvimento sustentável.

*

Segundo a Federação Francesa da Montanha e da Escalada, o número de participantes deve ser tido em consideração. Sendo que nunca se deve caminhar sozinho; para percursos de menor altitude, devem constituir-se grupos com entre 15 e 18 pessoas. Também deve ser reduzido o número de pessoas para caminhadas com maior grau de dificuldade.

Nas caminhadas de fé, a coesão está quase sempre presente; ainda assim, alguns elementos, movidos pela ânsia de chegar ao seu local de peregrinação, deixam para trás pessoas do grupo; estas situações devem ser evitadas: a solidariedade e a motivação têm de ser mantidas como comuns a todos ao longo de todo o percurso.

Várias tem sido as companhas de sensibilização levadas a cabo pela Igreja e pelas autoridades civis como meio de alerta, a fim de evitar acidentes, por vezes trágicos, que ocorrem com alguma regularidade com peregrinos que se deslocam não só para santuários dedicados a S. Bento, mas, sobretudo, para Fátima. “Na missa das 11 horas, na Basílica da Santíssima Trindade, o reitor do Santuário de Fátima pediu, também, aos fiéis para rezar pelos familiares das vítimas que vivem um momento de dor e se interrogam sobre o porquê de um momento assim”¹⁰⁰.

A realização de passeios pedestres, ou caminhadas prevê um complexo conjunto de critérios de ética e conduta que devem ser seguidos por todos. Só assim se poderão evitar acidentes:

1. deve seguir-se a sinalética;
2. seguir sempre na berma, e em fila indiana;
3. ter cuidado com os animais selvagens;
4. evitar barulhos que perturbem a paz local;
5. não danificar a flora;
6. não abandonar lixo e colocá-lo nos dispositivos/serviços de recolha;
7. observar fauna à distância;
8. fechar cancelos, e portelos;

¹⁰⁰ <http://www.in.pt/local/noticias/santarem/ourem/interior/santuario-de-fatima-lembra-peregrinos-mortos-em-coimbra-4545596.html> (acedido a 5.10.16).

9. respeitar a propriedade privada;
10. ter cuidado com o lume;
11. não colher amostras de plantas ou de rochas;
12. ser afável com os habitantes locais e informar;
13. se caminhando de noite, usar faixa refletora;
14. não usar telemóvel enquanto se caminha na estrada;
15. não usar auscultadores durante o caminho;
16. não caminhar nas horas de maior calor;
17. não caminhar aceleradamente e não percorrer uma distância superior a 30 km por dia;
18. não beber bebidas alcoólicas antes de caminhar e enquanto se caminha;
19. programar, com antecedência, as paragens para comer e dormir;
20. se for necessário reunir com o grupo, fazê-lo sempre fora da estrada;
21. se possível, fazer um seguro de viagem, para prevenir despesas com eventuais acidentes.

O processo de elaboração de um percurso pedestre inclui a os seguintes aspetos:

1. Explicitação de quem é/são os Promotor(es) da obra/Entidade(s) promotora(s)/Executor(es) da obra.
 2. Memória descritiva (justificação da implantação do percurso).
 3. Características técnicas (limpeza, sinalização e apoio técnico).
 4. Caracterização (descrição do percurso, ficha técnica e perfil).
 5. Cartografia (implantação a 1:25000).
 6. Mapa de medições e orçamentação.
 7. Anexos.
- A) Declarações de autorização de equipamento e de passagem.
- B) Contrato(s) de cedência de passagem.
- C) Termo de responsabilidade do(s) técnico(s).
- D) Pareceres do(s) proprietário(s)/ gestor(es) do território.

É necessário ter ainda em conta as seguintes medidas legislativas:

- Portaria nº 1140/ 2006, Comissão de defesa da floresta contra Incêndios

- Decreto – Lei 317/97 relativo a responsabilidades de cada Câmara Municipal/
Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo
- Decreto Legislativo Regional n.7- B/ 2000/M, relativo à Marcação no terreno.

Capítulo 5. “Caminhos de São Bento”

5.1. Traçado dos “Caminhos de S. Bento”



Figura 20- Mapa ilustrativo dos Caminhos de S. Bento Fonte própria

O mapa indica o traçado dos “Caminhos de S. Bento” que propomos, incluindo a nossa proposta de trajeto desde Santo Tirso até S. Bento das Peras (Vizela) e deste santuário até S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro).

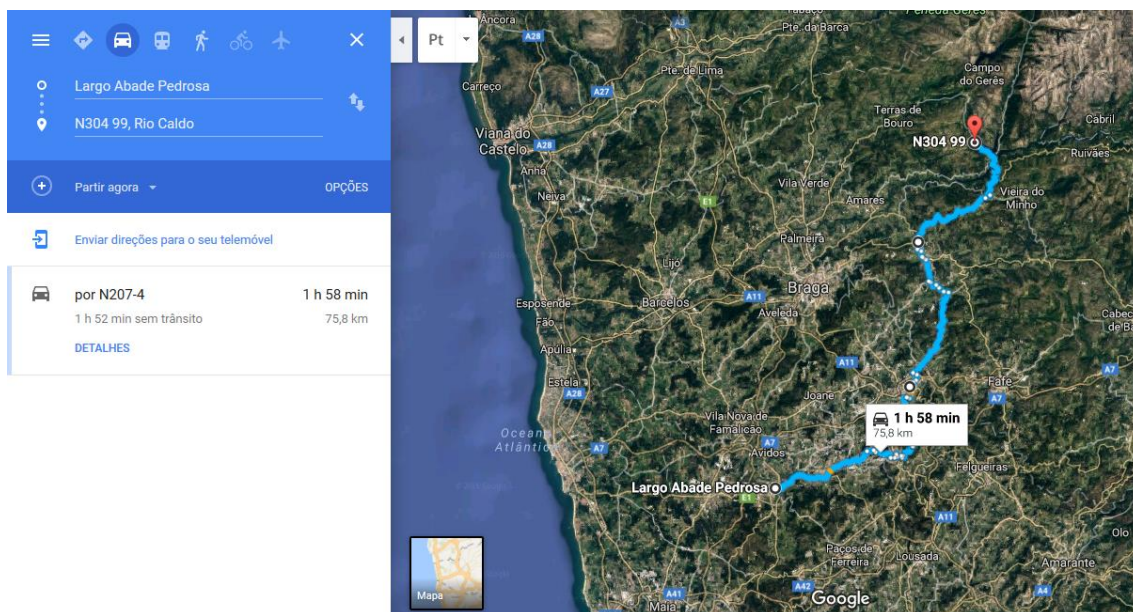


Figura 21- Itinerário carro

Fonte própria

Os “Caminhos de S. Bento” feitos na sua totalidade, têm início no concelho de Santo Tirso, mais precisamente no Mosteiro de São Bento, passando pelos concelhos de Vizela, Guimarães e Póvoa de Lanhoso e terminando no de Terras de Bouro, mais precisamente, na Basílica Menor de S. Bento da Porta Aberta. O itinerário total (do mosteiro de S. Bento, em Santo Tirso, até à Basílica de S. Bento da Porta Aberta) tem cerca de 80 km e uma altitude média de aproximadamente 420 metros, caracterizando-se por ser um percurso difícil e que exige um elevado nível de preparação física. Caso o itinerário seja feito de carro, demora cerca de 2 horas e, a pé, 16 horas, se for feito na totalidade. Como não se deve caminhar aceleradamente nem percorrer uma distância superior a 30 km por dia, os “Caminhos de S. Bento” devem ser feitos por etapas, havendo, ao longo do caminho, hotéis e restaurantes nos quais os peregrinos (ou turistas) se podem acolher.

Na verdade, atualmente, há muitos peregrinos que se deslocam apenas a um dos santuários, seja o mosteiro de S. Bento (S. Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) ou S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro). Portanto, fica ao critério de cada peregrino ou turista, fazer, a pé, os trajetos parcelares ou total, por etapas, que entender ou, no caso de usar transporte automóvel, o itinerário total.

Os “Caminhos de S. Bento” oferecem singularidades de paisagem, revelando a dicotomia serra/vale, mas também um vasto e variado património envolvente, seja este de cariz natural, artístico ou arquitetónico.

5.1.1. Propostas de itinerários complementares aos “Caminhos de S. Bento”

Como foi referido anteriormente, o percurso dos “Caminhos de S. Bento” que propomos tem início na cidade de **Santo Tirso** (41.344962, -8.474271), mais concretamente no **mosteiro beneditino**. Seguimos pela **Estrada Nacional 105**. A estrada, em grande parte do percurso, tem alguns passeios e, onde estes não existem, há bermas largas que permitem que as pessoas andem à vontade. O trajeto até à cidade de Vizela é praticamente plano. Em **Rebordões** será possível fazer uma pausa, aí existindo alguns cafés.

Em **Negrelos** vira-se à direita e a estrada continua a dispor ora de passeios, ora de bermas largas.

Chegados a **Vizela**, após percorridos 18km, a cidade encontra-se com as coordenadas GPS 41°22'30"N e 08°18'11"W (Vizela, Braga, Portugal) e tem uma diferença horária de 0.0 UTC/GMT.

À saída de **S. Bento das Peras**, percorremos a **Estrada Municipal até Covas**, em Guimarães. No início, esta estrada passa no meio de floresta durante uns metros, mas depois passa a ser acompanhada de habitações. Esta estrada, que foi requalificada, tem o piso em bom estado, mas não tem bermas; o peregrino tem que seguir com cuidado.

Partimos em direção a **Guimarães**, descendo pela encosta da **Penha**. Ao descer consegue-se ter uma vista panorâmica sobre esta cidade, considerada por alguns “berço da Nacionalidade”. O centro de Guimarães tem as seguintes coordenadas GPS: Largo do Toural: latitude: 41.4418°; longitude: - 8.29563°.

Deixamos o centro da cidade de Guimarães e partimos em direção a S. Bento da Porta Aberta. Seguimos pela **estrada em direção a S. Torcato**, a sete quilómetros do centro de Guimarães. Pelo caminho, encontramos uma **ponte medieval** e o **Campo da Ataca**.



Figura 22- Ponte Medieval

Fonte: Fotografia própria

A direção agora é **Arosa** e **Gonça**. A estrada é estreita, sem passeios e um pouco isolada, mas a paisagem é bela.

A partir de **Garfe**, a estrada é a descer em direção a **Póvoa de Lanhoso**.

Na Póvoa de Lanhoso existe uma **igreja**, da qual o padroeiro era **S. Bento**. Apesar de ser necessário ter que fazer um desvio do caminho principal, pensamos que seria um erro descartar um património importante, principalmente ligado a S. Bento.

Chegados à cidade de **Póvoa de Lanhoso**, seguimos a direção do **Castro/Castelo** e posteriormente a direção de Chaves/Gerês/Vieira do Minho, entrando na **Estrada Nacional 103**. Após alguns quilómetros, viramos à esquerda e seguimos em direção a S. Bento da Porta Aberta/Gerês/Parque Nacional pela **Estrada Nacional 304**, sempre em frente, até alcançarmos o Santuário de S. Bento da Porta Aberta, o nosso ponto final dos “**Caminhos de S Bento**” (41.690204, -8.204105).

Sendo caminho entre Santo Tirso e S.Bento da Porta Aberta bastante extenso, este nosso Projeto propõe a opção de o peregrino fazer o percurso por etapas, desdobrando os “**Caminhos**”. Assim, propomos os seguintes roteiros:

- 1) **Santo Tirso-São Bento das Peras**
- 2) **São Bento das Peras-Póvoa de Lanhoso**
- 3) **Póvoa de Lanhoso-São Bento da Porta Aberta**

5.2. Descrição detalhada dos roteiros propostos, assinalando objetos patrimoniais exemplares, oferta de atividades, de alojamento e de restauração

5.2.1. Santo Tirso

«Nasceu a que é hoje a cidade de Santo Tirso de uma dependência dos monges do Patriarca S. Bento. A casa religiosa, pode dizer-se, gerou a cidade. Mais, o mosteiro, através do couto de que era donatário, criou o concelho de Santo Tirso».¹⁰¹ Tal como afirma, o Doutor Francisco C. Correia, foi do mosteiro de Bento, que data de 978, que nasceu a cidade de Santo Tirso. Também será esta cidade um dos pontos de partida para os “Caminhos de S. Bento” que propomos.

Santo Tirso, encontra-se a poucos quilómetros da cidade do Porto. Rodeada de verde, e banhada pelo rio Ave, por aqui terão passado grandes nomes da História, não fosse esta terra localizada num importante caminho de ligação, uma estrada romana. «Três estradas recortam ou debruavam a área do Couto [do mosteiro de S. Bento, Santo Tirso]: Braga- Porto, via Lagoncinha, Braga- Penafiel, e Porto- Guimarães»¹⁰².

Pequena e esbelta, a cidade possui um variadíssimo leque de infraestruturas, para receber os peregrinos ou turistas que por aqui desejam passar. Aqui pode-se caminhar a pé, conhecer os belos **jardins** espalhados pela cidade e contemplar as diversas **esculturas espalhadas no espaço público**. São cinquenta e quatro as peças distribuídas pelas praças, parques e jardins de artistas como Pedro Cabrita Reis, Ângelo de Sousa, António de Campos Rosado, Carlos Nogueira, José Aurélio, Miguel Navarro, Rui Chafes e Fernando Fragateiro, entre outros. O projeto teve início á cerca de 26 anos, impulsionado por Alberto Carneiro, mas agora este vasto acervo ficou concluído e irá ser colocado no Museu Internacional de Escultura Contemporânea, num edifício projetado pelo arquiteto Siza Vieira¹⁰³.

¹⁰¹ Correia Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978º 1588*, volume I estudo, Edição Camara Municipal de Santo Tirso, ISBN 978-972-8180-23-2, Janeiro de 2009, pag.126.

¹⁰² Idem pag. 125

¹⁰³ *Revista Evasões*, semanal, nºn50, 11 a 17 de Março de 2016,pag.43.

Depois de caminhar, o peregrino (ou turista) pode e deve descansar o corpo, na **Casa de Chá**; da esplanada avista o belo jardim circundante mas também o **mosteiro de S. Bento**, monumento nacional desde 1910, e que a autarquia pretende candidatar a Património Mundial.

Dentro do antigo convento beneditino, na ala conventual é hoje o local do **Museu Municipal Abade Pedrosa**. Neste museu arqueológico encontram-se coleções do início do século XX do Abade Joaquim de Pedrosa, de Carlos Faya Santarém, dos anos 50. Aí se conserva um marco miliário romano a Magnêncio que assinalava uma determinada milha do itinerário XVI entre Braga e Lisboa.

Ainda, pode visitar a **Confeitaria Moura** e deliciar-se com os seus pastéis típicos, os afamados jesuítas e, adequadamente, num tamanho mais pequeno, os seminaristas, bem como com os limonetes. Os jesuítas e seminaristas são pastéis de massa folhada e estaladiça e com um glace crocante de açúcar e canela. A **Confeitaria Moura** é um negócio de família que data de 1892.¹⁰⁴

Ao lado desta casa, a cerca de três minutos a pé, encontra-se outra afamada **confeitaria**, **A tarte de S. Bento**. O bolo que deu o nome à casa é de massa folhada, recheado com creme de pasteleiro e coberto de chantilly, uma especialidade com cerca de setenta anos de comercialização. Além dos afamados doces típicos, a cidade tem diversos restaurantes com gastronomia portuguesa.

Para dormir a localidade dispõe de **hotéis**, e **residenciais** com qualidade.

Se quiser permanecer na cidade pode ainda percorrer o **Parque Urbano da Rabada**, com cerca de 1, 4 Km de extensão, localizado junto ao rio, perto do mosteiro.

Aqui pode apreciar, uma mancha verde de carvalhos e sobreiros com nove hectares. No regresso pode visitar o **Parque da Ribeira do Matadouro**, que recentemente, em 2014, a revista Landscape Architecture considerou uma das mais interessantes obras de arquitetura paisagística em todo o mundo.

A cidade está localizada no Vale do Ave, centro histórico do têxtil e não poderia deixar de ter um **Centro Interpretativo do Têxtil**.

¹⁰⁴ Idem pag.43.

Se se quiser, pode-se sair do centro da cidade e deslocar-se para sudeste do concelho, para a **freguesia de Monte Córdova**, onde está situado o **santuário da Nossa Senhora da Assunção**. Também encontrará um **castro, o Monte Padrão**, classificado como monumento nacional desde 1910 e beneficiando de Zona Especial de Proteção desde 2011; possui ainda, desde Abril de 2008, um **Centro Interpretativo**. Aqui encontram-se elementos cronológicos estratificados identificados que documentam uma longa ocupação que teve início no Bronze Final e se prolonga até ao 2º quartel do século XVII. Na mesma freguesia, no monte sobranceiro, está o **Santuário de Nossa Senhora da Assunção**. Este templo foi erigido em 1919, um projeto do arquiteto Ernesto Korrodi, inspirado no estilo arquitetónico “romano-gótico”. No interior, pode deparar-se com uma bela imagem de Nossa Senhora da Assunção, da autoria do escultor João da Fonseca Lapa¹⁰⁵.

Ainda dentro do concelho, nas cercanias, destacamos a belíssima **igreja românica de Roriz**, datada do século XIII. A **Citânia de Sanfins de Ferreira** talvez fosse habitada no século VI a.C.¹⁰⁶.

Saindo de Santo Tirso e seguindo na direção de Vizela, pela Estrada Nacional, iremos deparar com uma bela paisagem minhota.

Já na pequena **Vila das Aves**, encontra-se o **mosteiro da Visitação**, sendo o seu padroeiro S. Francisco de Sales, também padroeiro dos jornalistas. Nesta vila existem locais onde se pode alimentar e pernoitar.

Mas, se estas terras foram habitadas já de tempos remotos, como atestam as fontes, o mesmo sucede com a permanência de ordens religiosas por estas bandas, não fosse Santo Tirso terra mosteiros. Assim, ainda dentro do concelho, mas nos “Caminhos de S. Bento”, em direção a Vizela, localiza-se, em Roriz, o **Convento de Singeverga**. Este mosteiro de frades beneditinos, data de 1892 e, recentemente, em meados do século XX, sofreu intervenções. No interior do convento existe um lindíssimo e valioso espólio de arte sacra, com destaque para a imagem de S. Bento, colocada na sala do capítulo, de madeira policromada, seiscentista. Aqui é produzido o famoso **licor de Singeverga**¹⁰⁷.

Caminhando em direção a **Vizela**, pode deparar-se com a **atividade agrícola, em regime predominantemente de minifúndio, a pastorícia, a exploração de recursos**

¹⁰⁵ <http://www.cm-stirso.pt/pages/477> (acedido 03.04.16)

¹⁰⁶ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/santo-tirso> (acedido a 30.03.16)

¹⁰⁷ <http://www.cm-stirso.pt/pages/475> (acedido a 03.04.16)

florestais, não fossem as qualidades do solo, a abundância de águas e o clima de tipo atlântico com influência mediterrânea. Mas, de par com esta atividade rural, uma densa população e um conjunto de fábricas têxteis, algumas abandonadas, do que é exemplo a **Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela**, que se pode ver do caminho.

5.2.2. Vizela

Um dos mais jovens concelhos de Portugal, **Vizela** fica situada em pleno coração do Vale do Ave. Esta bela cidade encostada a uma pequena montanha está, rodeada de pequenas encostas que descem para vales e planaltos férteis. Vizela é banhada pelo rio num percurso longo.

O rio Vizela nasce em Fafe, no alto de Morgair, e vai desaguar depois de quarenta quilómetros de trajeto na margem esquerda do rio Ave. Vizela foi a primeira cidade no Norte de Portugal a ser classificada como *Cittaslow*, um movimento internacional cujo objetivo é identificar vilas e pequenas cidades com menos que 50,000 habitantes que oferecem maior qualidade de vida e um ritmo mais saudável para as suas populações¹⁰⁸.

É no cimo do monte, no local mais alto do concelho, que se deslumbra todo o concelho; aqui impera o silêncio. A **Ermida de S. Bento** está edificada num dos mais belos sítios, naturais de Vizela¹⁰⁹.

No centro da cidade, encontra-se a **Praça da República**, com a sua afamada **Bica Quente** que, segundo a lenda, quem beber daquela bica fica preso a Vizela para sempre. Foi neste local que foram encontrados vestígios de ocupação romana; aqui apareceram fragmentos de antigas termas.

Antes de subir para o monte de S. Bento, pode conhecer esta urbe que apesar de pequeníssima, possui serviços que a distinguem, não fosse Vizela terra de termas. As **termas de Vizela** remontam ao período romano, porém o atual balneário começou a ser construído em 1870 e foi oficialmente inaugurado em 1892. Este balneário é dos maiores de Portugal. A arquitetura é característica da época, com pormenores riquíssimos. Situada junto ao rio, onde o barulho da água lhe confere ainda mais entusiasmo. Ao redor ficam os **jardins e o parque**; esta envolvência traz tranquilidade.

¹⁰⁸ <http://www.cm-vizela.pt/cittaslow> (acedido 09.02.16)

¹⁰⁹ Pinto, Eugénio Mendes, *Um olhar sobre Vizela*, Reviver-Editora, Vizela, 2003, pág. 26.

As termas de Vizela são afamadas devido às características específicas da água que a diferenciam pois são águas sulfurosas. Estas águas pertencem à classe das sulfuradas-sódicas da classificação de Durand Fardel. São mineralizadas pelo sulfidrato de sódio, como as afamadas águas dos Pirinéus, de Bagnères de Luchon.

As indicações terapêuticas, como é evidente, são as mesmas, ricas em flúor, como atesta o relatório do Instituto Superior Técnico. As análises realizadas revelam uma notável concentração de flúor como afirma o Dr. A. Herculano de Carvalho¹¹⁰.

As águas termais do balneário de Vizela servem para curar várias patologias, entre as quais afeções das vias respiratórias, afeções reumáticas e músculo-esqueléticas, doenças de pele e patologias dermatológicas¹¹¹. Contudo, não são indicadas para cardiopatias.

No balneário efetuam-se os seguintes tratamentos: ingestão de água, banhos de imersão hidromassagens, duches diversos, sauna, lamas medicinais, irrigações, pulverizações nasais e inalações¹¹².

Depois ter desfrutado deste complexo termal, pode-se passear pelo parque, mandado construir entre 1885, 1886 pelo então floricultor e horticultor, José Marques Loureiro. Considerado o pulmão da cidade, pode apreciar árvores centenárias, admirar o sumptuoso lago, ou tomar um café no belo **chalé do parque**.

Pode caminhar junto ao rio e conhecer a fauna e a flora do local. O percurso é denominado **“Rota Margens do Rio Vizela”**. É um itinerário cheio de paisagens compartimentadas entre espaços agrícolas e o rio Vizela. Ao longo da trajetória, pode encontrar os plátanos, as tílias prateadas, sequóias, tulipeiros, camélias, áceres negundos, carvalhos alvarinhos, liquidâmbares, faias, cedros, magnólias, araucárias angustifólias, eucaliptos, ciprestes-dos-pântanos, Podocarpos Totara e tabaqueiras que vão decorando as longas margens do rio Vizela e seus ribeiros. No que diz respeito à fauna, podem ser avistados coelhos, esquilos e vários tipos de aves como patos-reais e gansos, trepadeiras, perdizes, gaios, melros e pica-paus.

A aguarela de cores da paisagem está presente ao longo de todo o ano, sendo um espaço como que um cenário excepcional de natureza.

¹¹⁰ Pinto, Eugénio Mendes, *Um olhar sobre Vizela*, Reviver-Editora, Vizela, 2003, pág. 40.

¹¹¹ [Http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/Caldas%20de%20Vizela](http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/Caldas%20de%20Vizela) (acedido 12.04.16)

¹¹² Pinto, Eugénio Mendes, *Um olhar sobre Vizela, ...*, pág. 40.

5.2.2.1. Percurso já implementado: “Rota Margens do Rio Vizela”

Entidade Promotora: Câmara Municipal de Vizela

Localização do Percurso: Concelho de Vizela

Carta Militar: n.º 99

Tipo de Percurso: Pequena Rota

Âmbito do Percurso: Paisagístico e ambiental

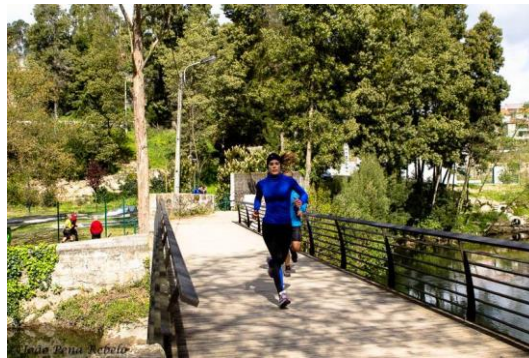
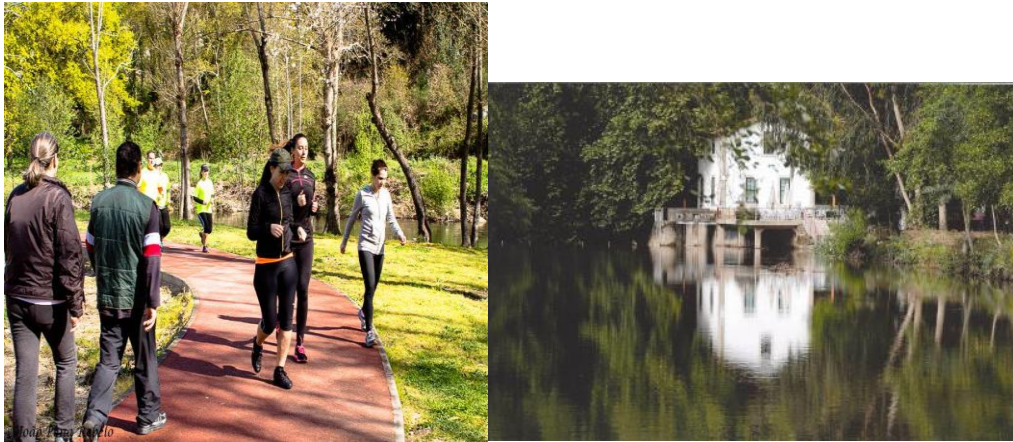
Ponte de Partida: Zona Ribeirinha

Distância Percorrida: 4,2 Km

Duração do Percurso: 1h30

Grau de Dificuldade: Fácil





Figuras 23- Atividades em Vizela

Fonte: Câmara Municipal de Vizela

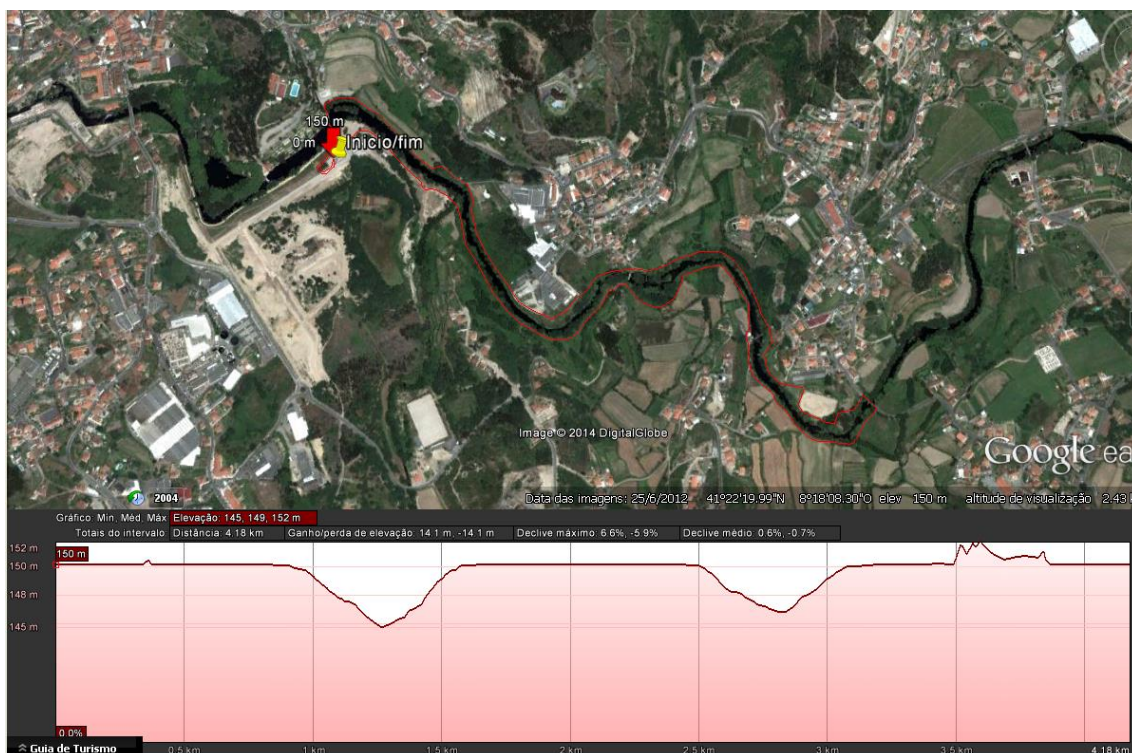


Figura 24- Implantação cartográfica e elevação do percurso

Fonte: Câmara Municipal de Vizela

As termas gozam ainda de um **Hotel**, recentemente restaurado e com ótimas instalações. Além deste, a cidade tem outros tipos de alojamento e variada oferta gastronómica.

Em Vizela, é de destacar o famoso pão-de-ló de Vizela, o **bolinhol**. Este bolo já era apreciado pelos aquistas que frequentavam as termas no século XIX. O bolinhol caracteriza-se pelo seu formato retangular e suave cobertura de açúcar que ajuda a conservar a massa levemente húmida, conferindo-lhe um sabor inigualável.

A receita deverá ter nascido a partir de uma religiosa do Minho. «É que em nenhum lugar como o Minho há uma tal devoção pelo pão-de-ló»¹¹³. No entanto, a primeira referência ao pão-de-ló coberto data de 1884¹¹⁴, confeccionado por D. Maria dos Prazeres Ribeiro e D. Maria Mendes Lucas, da Rua D. João I. Por esta altura o pão-de-ló teria o formato redondo. Passaram-se longos anos sem que haja referências escritas a este bolo. Quem irá retomar a arte é a Vizelense, D. Joaquina Pedrosa Ferreira da Silva. Por volta de 1874, D. Joaquina terá pedido a um vizinho, o Sr. Cunha, mestre na arte de funilaria, que fabricasse uma forma de lata em forma retangular,

¹¹³ Oliveira, Eduardo Pires e Salgado, M^o de Fátima, *O pão-de-ló de Vizela: A arte da doçaria e D. Maria da Conceição da Silva Ferreira*, Vizela, Pastelaria Kibom, 2001, Pág. 13.

¹¹⁴ *Idem*, pág. 14.

para executar a receita doada por um amigo espanhol que frequentava as termas. Foi esta doceira que desenvolveu a receita e que a passou para as gerações seguintes.

D. Joaquina, transportava o bolo embrulhado em linhol; lá ia para as festas e romarias com o seu novo doce, o bolinhol. Foi assim que surgiu o nome, o bolo mais o linhol, pano tosco em que ia embrulhado, daí o nome bolinhol.

Foi este o legado deixado por esta senhora Vizelense. Hoje é comercializado em três casas da cidade. O pão-de-ló de Vizela é apreciado por muitos, não só na região. Uma das casas, a **Kibom** tem vindo a ser distinguida com alguns louvores, nomeadamente da Confraria Gastronómica da Panela ao Lume, com prémio em concurso nacional, em 2003, que lhe valeu o epíteto “Património Gastronómico Nacional”.

«E porque de arte se trata e património é, o bolinhol é tão património como uma igreja românica, um cálice de prata ou uma igreja quinhentista»¹¹⁵. Assim sendo, o Estado Português decidiu considerar a gastronomia portuguesa como um bem imaterial integrante do património cultural de Portugal.

Depois de se deliciar com o bolo típico de Vizela, junto às pastelarias que o comercializam, situa-se o **Jardim Manuel Faria**, com a sua **fonte e a alegoria da rainha das termas**, do escultor José Barata Feio.

Ao deambular pela cidade, pode visitar a **igreja matriz de S. Miguel**. Esta terá sucedido outra, de origem românica, isto porque a paróquia é uma das mais antigas da diocese de Braga.

Na **igreja de S. João** o interesse vai para o retábulo do altar-mor que pertencia ao convento de S. Bento de Ave Maria do Porto, retirado aquando da construção da estação de S. Bento, no século XVIII¹¹⁶.

Ainda se pode avistar a **ponte romana**, também conhecida como ponte velha, que, outrora, fez parte da via militar romana que ligava Braga a Mérida. Esta ponte é um dos *ex-libris* da cidade e está classificada como monumento nacional desde 23 de Junho de 1910.

¹¹⁵ Fernandes, Isabel, “Discorrendo sobre a arte do Bolinhol Vizelense”, in *Revista NEPS: boletim informativo*, ICS, 2002, s. Pág. 14.

¹¹⁶ Pinto, Ricardo Santos, *Vizela: 600 anos de História*, 1ª edição, Netbe publicações, 1998, pág.121.

Saindo da cidade, a sensivelmente dois quilómetros do centro, encontra-se o **Paço de Gominhães**. Esta moradia, de raiz medieval, deu, durante séculos, nome à freguesia, designada, até ao século XVIII, como S. João de Gominhães. Tem uma capela seiscentista, e o portão ostenta as armas esquarteladas da família. O jardim que envolve o solar é de grande beleza.

A **Casa de Sá** é outra das casas brasonadas do concelho, cujas origens datam do século XVI e também de estilo barroco, embora a fachada seja oitocentista. Este solar encontra-se em fase de qualificação.

Se quiser permanecer no concelho, pode ainda visitar na **freguesia de St.º Adrião**, a capela em honra de **Nossa Senhora da Tocha**. A sua construção data do século XVIII. Tem trinta e nove merlões, decorados com motivos românicos. No interior existe um arco triunfal ogivado que separa o corpo do templo da capela-mor. Em frente à capela, encontra-se o cruzeiro de Nossa Senhora da Tocha, totalmente em granito.

Além desta capela, nas freguesias circundantes encontram-se outros monumentos de interesse, do que é exemplo o **padrão da Freguesia de Tagilde**. Este monumento é evocativo da aliança entre Portugal e Inglaterra e data de 1953.

Mas o nosso caminho é o de S. Bento, é para lá que nos dirigimos. No alto do monte, fica **S. Bento das Peras**, como é designado em Vizela. Teremos de subir um pouco, cerca de 410 metros, mas o lugar é mágico.

Do alto do monte pode contemplar toda a cidade. O espaço foi alvo de intervenção, através da reestruturação da zona envolvente ao santuário, dotado de infraestruturas que permitam a salvaguarda do meio ambiente.

No local existe uma **ermida** e um **santuário**, em honra de S. Bento. A mais antiga, data do século XVI, é a preferida dos devotos para cumprirem as suas promessas. A mais recente é de 1970, e o último restauro - que modificou o interior e a fachada principal - terminou em 2004. No local subsiste ainda um altar para a realização de missa campal, loja de recordações, jardins para o convívio em família, parque de merendas e ainda uma cista romana.



Figura 25- Zona de lazer em S.Bento das Pêras

Fonte: Fotografia própria

Aqui estão ainda dois miradouros que proporcionam uma vista deslumbrante para a cidade. O espaço de lazer está provido de mesas, instalações sanitárias, parque de estacionamento e diversos arruamentos.

Este local é também ímpar, devido á quantidade de penedos pintados de branco em toda a encosta que expressam o agradecimento dos devotos a S. Bento pelas graças concedidas.

Para os amantes da natureza e do desporto, o **monte de S. Bento** oferece um **trilho**, devidamente elaborado pelo município.

O percurso tem início na zona ribeirinha, junto ao Campo Municipal de Minigolfe-Fonseca e Castro.

É um itinerário acidentado, mas repleto de património religioso, cultural e natural, com vista para paisagens e sobre a cidade. Reflete a elevada biodiversidade de fauna e flora, sendo possível observar e ouvir uma elevada diversidade de espécies.

O primeiro ponto de passagem será pela principal via da cidade, a **Rua Dr. Abílio Torres**. Aqui poderão ser admiradas casas com as suas belas fachadas, símbolo da dinamização económica de outrora. O itinerário atravessa ainda a da **Praça da República**, e após alguns metros dentro da cidade, começa o trajeto mais montanhoso que irá conduzir ao **monte de S. Bento das Peras**.

O trilho percorre o antigo caminho usado pelos peregrinos. O regresso é feito por outro trilho muito pouco movimentado, tornando o percurso circular.

5.2.2.2. Percurso já implementado: “Trilho de S. Bento”

Entidade Promotora: Câmara Municipal de Vizela

Localização do Percurso: Concelho de Vizela

Tipo de Percurso: Pequena Rota

Carta Militar: n.º 99 e 85

Âmbito do Percurso: Paisagístico, ambiental, turístico e religioso

Ponte de Partida: Zona Ribeirinha

Distância Percorrida: 12,2 Km

Duração do Percurso: 4h

Grau de Dificuldade: Médio/Difícil

Cota Máxima Atingida: 454 mts.

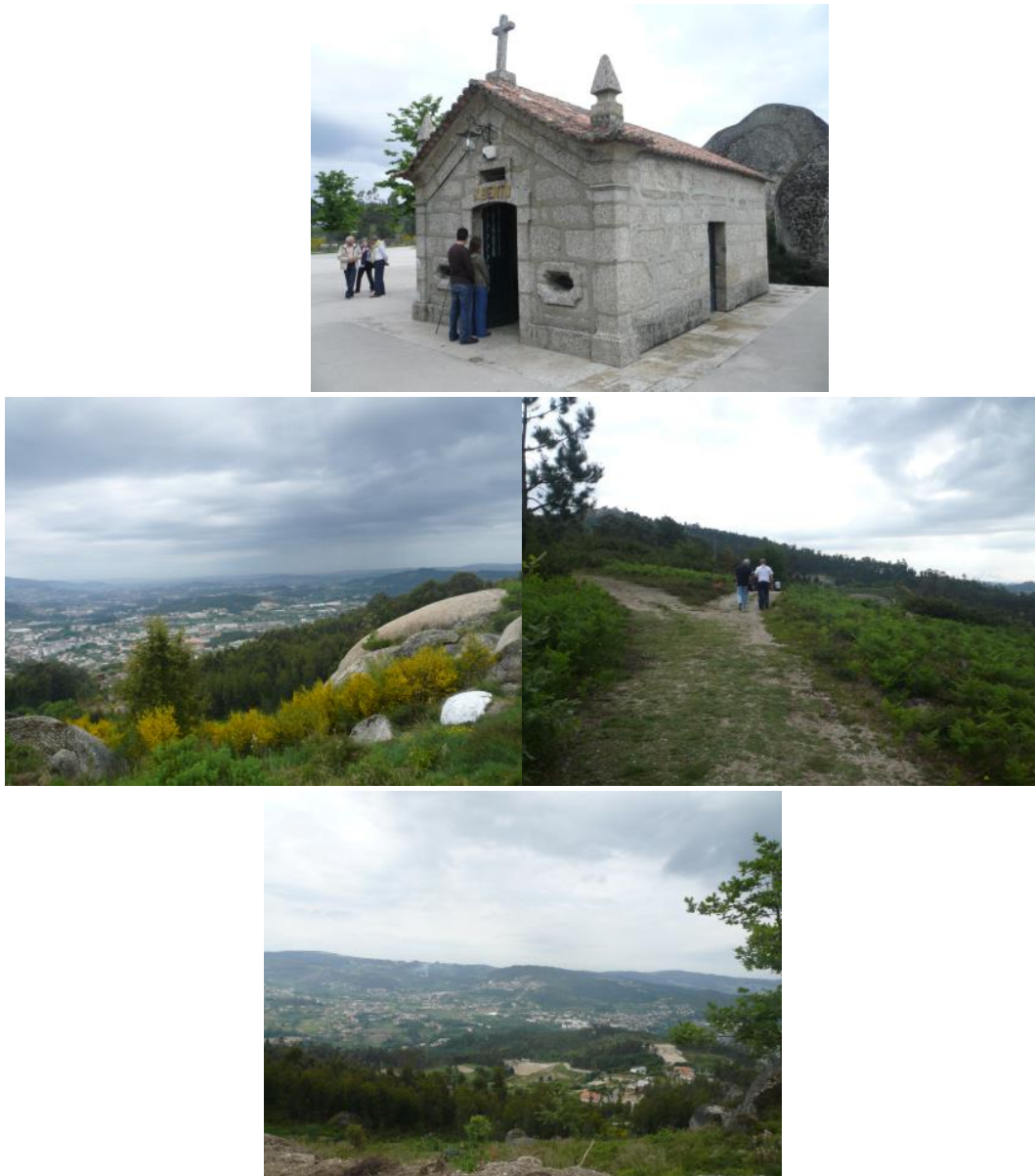


Figura 26- S. Bento das Pêras (Vizela)

Fonte: Câmara Municipal de Vizela

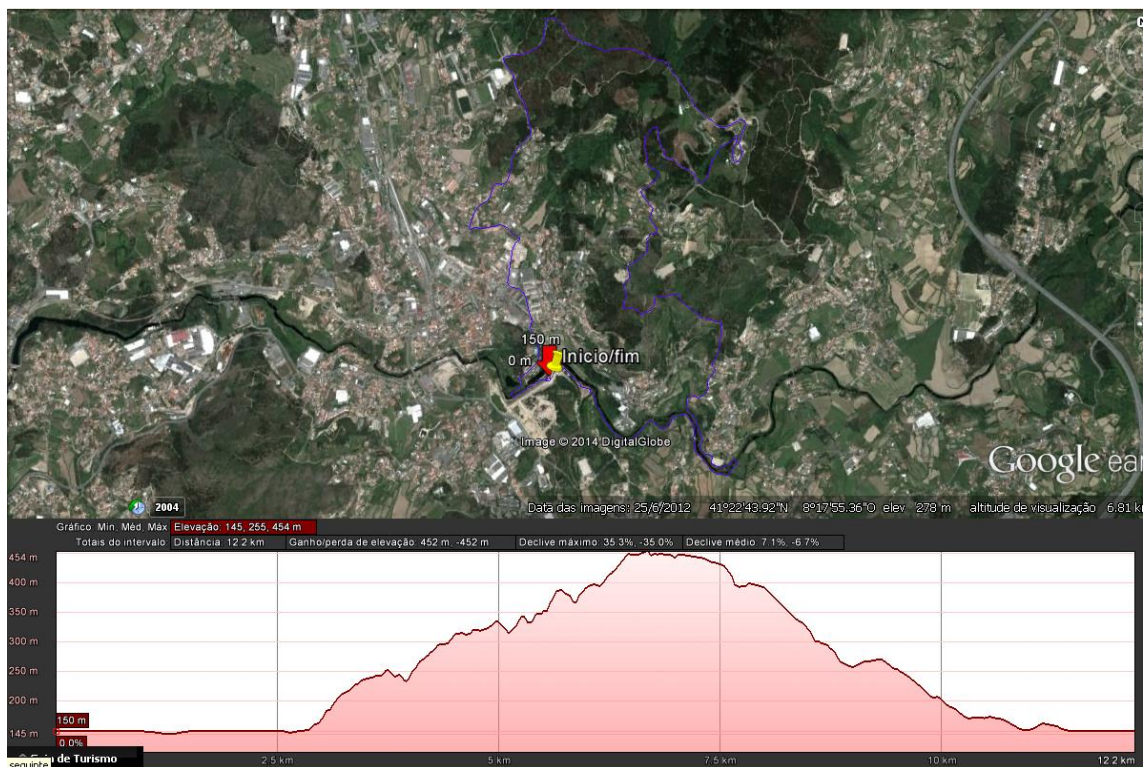


Figura 27- Implantação cartográfica e elevação do terreno-

Fonte: Câmara Municipal de Vizela.

5.2.3. Guimarães

O centro histórico de Guimarães foi classificado como Património Mundial da Humanidade pela Unesco em 2001.

Guimarães é uma cidade de origem medieval e tem as suas raízes no século X. A Condessa Mumadona Dias, viúva de Hermenegildo Mendes, que funda um mosteiro, dando origem à fixação da população. Paralelamente, para defesa deste aglomerado, a Condessa manda construir um castelo próximo ao mosteiro, na colina. Posteriormente, o mosteiro transformou-se em igreja colegiada e adquiriu grande importância devido aos privilégios e doações que vários reis e nobres lhe foram concedendo.

Guimarães cresceu em torno de dois núcleos: cresceu à volta do mosteiro e à volta do castelo.

Entre os séculos XVI e XVIII a vila de Guimarães sofreu profundas transformações. A transformação mais notória consistiu na eliminação das muralhas, pois ultrapassada a necessidade de defensiva, tornavam-se num mero empecilho em termos urbanísticos.

A muralha era um dos elementos mais importantes do burgo medieval. Para além de proteger fazia parte da sua identidade. Não teve o mesmo destino que os outros monumentos da fundação. Foi progressivamente demolida embora dela subsista boa parte.

O castelo de Guimarães terá tido o seu início por volta dos séculos XII e XIII.

Nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis o castelo teve alterações. Contudo, manteve-se intacto o perímetro inicial.

Antes e durante o reinado de D. Dinis as obras prosseguiram, sendo este o grande responsável pela conclusão da obra. Talvez tenha sido concluída em 1328. Ainda em 1322, deu-se o cerco da vila pelo infante D. Afonso (futuro Afonso IV), em luta com o seu pai, o rei, D. Dinis. Os cercos continuaram e, em 1369, dá-se o cerco à vila por D. Henrique II de Castela. Em 1385, é a vez do rei D. João I. Este reinado de D. João I (1385-1433) é marcado por guerras devido a problemas de sucessão. É a este rei a que se deve a unificação da vila alta e da vila baixa, por volta de 1389. D. João I une jurisdicionalmente as duas comunidades. À vila alta (em torno do castelo) e à vila baixa o rei ordena que ambas sejam um só povo e um só concelho. Em 1420, dá-se a demolição do muro transversal que separava as duas vilas. Guimarães passou a ter uma única muralha reforçada com torres. Nos finais do século XIV, D. João I mandou colocar um padrão na rua dos Gatos, hoje denominada rua D. João I, como forma de agradecimento a Nossa Senhora da Oliveira pela vitória alcançada na batalha de Aljubarrota. Esta rua situava-se já longe da muralha. No século XV, D. Manuel I propõe uma zona *non – aedificandi*, de salvaguarda, afastada dois tiros da besta da muralha. Os conventos de S. Francisco e de S. Domingos foram deslocados para outras zonas por se encontrarem demasiado próximo das muralhas. Isto demonstra a importância da muralha neste período.

No século XVI, Guimarães seria ainda uma urbe rodeada de muralhas. Embora os constrangimentos militares fossem perdendo sentido e as cercas urbanas progressivamente deixassem de possuir significado¹¹⁷.

A muralha possuía oito portas identificadas por qualquer vimaranense. Estas portas eram as portas de S. Domingos, Nova, da Torre Velha, do Campo da Feira, do Castelo, da Garrida e de Santa Luzia.

¹¹⁷ Fernandes, Isabel, Correia, Jorge, *Guimarães Moderna*, Universidade do Minho, 2012, pag. 12.

No século XVIII, a muralha prejudicava o desenvolvimento da urbe, no entender dos ideais urbanísticos vigentes. Ficou determinado pelos dirigentes de então que a muralha seria demolida. Por solicitação da igreja colegiada, a cantaria da torre da Senhora da Guia foi utilizada nas obras da **igreja de Nossa Senhora da Oliveira**.

A **cerca urbana muralhada**, a 16 de Junho de 1910, foi considerada monumento nacional, no entanto continuou a ser demolida sempre que necessário. No século XIX, foi demolida a torre de S. Bento. E, em 1943, foram demolidos vários troços da muralha ao longo da Avenida General Humberto Delgado. No total, foram demolidos 150 metros.

Atualmente, restam partes da muralha na Avenida de Alberto Sampaio, aqui uma parte significativa. Também está visível uma parte da **torre da Alfândega**, onde se pode ler “Aqui nasceu Portugal”. Foram conservados outros troços da muralha dentro de casas, exemplo disso é o pano existente no Largo da Condessa do Juncal, no antigo edifício Polícia Municipal.

No século XX, o município, com o intuito de manter viva a memória das portas da cidade, marcou no pavimento o local onde essas existiam.

A mais importante dessas portas, era a porta da vila, assim vulgarmente conhecida. Esta era a porta por onde entravam os ilustres que chegavam à vila. Terá sido por esta porta que entrou D. João I, em 1385, para agradecer a vitória na batalha de Aljubarrota a Nossa Senhora da Oliveira. Foi também por aí que entrou na vila D. Maria II em 1852.

Chegamos ao **centro histórico**, depois de ter atravessado parte desta linda cidade medieval. Aqui encontra um vasto património que vai desde as mais belas igrejas, a casas senhoriais, a museus, etc.

A **Praça da Oliveira** foi durante séculos a “Praça Maior” de Guimarães. Nos seus primórdios era conhecida como Praça de Santa Maria para mais tarde passar a ser designada como Praça da Oliveira. Esta mudança de nome está ligada a um milagre feito por Santa Maria. Diz a tradição que há muito, muito tempo atrás, foi plantada defronte da Igreja de Santa Maria de Guimarães uma oliveira vinda de S. Torcato. A oliveira, entretanto, secou, mas voltou a dar folha e fruto, quando, em 1342, Pero Esteves, um comerciante vimaranense radicado em Lisboa, mandou colocar uma cruz normanda junto da oliveira. A notícia espalhou-se como sendo um milagre de Santa Maria e, desde aí, a praça passou a chamar-se Praça da Oliveira, a Santa Maria acrescentou-se-lhe o epíteto “da Oliveira” e a igreja ficou a ser conhecida como Igreja de Nossa

Senhora da Oliveira. A oliveira do milagre permaneceu na praça aproximadamente até 1870, data em que foi removida por decisão da Câmara Municipal de Guimarães mas contra a vontade do povo vimaranense. Todavia, em 1985, aquando do restauro da praça, aí foi de novo colocada uma oliveira. No polígono de pedra que a envolve encontram-se marcadas as três datas mais importantes da sua história: 1342, 1870 e 1985.

Foi neste local que ocorreu a construção do mosteiro fundado por Mumadona Dias, cerca de 950, em honra do Salvador do Mundo, da Virgem Santa Maria e dos Santos Apóstolos. No início do século XII, a mando do Conde D. Henrique, este mosteiro deu lugar à **Igreja Colegiada de Santa Maria de Guimarães**, uma das mais importantes e ricas instituições religiosas portuguesas da Baixa Idade Média. A igreja adopta o nome de **Nossa Senhora da Oliveira** após 1342, devido ao milagre relacionado com a oliveira situada na praça.

A edificação atual demonstra as sucessivas remodelações e acrescentos, integrando elementos de diversas épocas. No século XIV, procedeu-se a uma remodelação gótica impulsionada por D. João I, em agradecimento pela vitória obtida na batalha de Aljubarrota.

O portal ogival é composto por três arquivoltas de arcos quebrados e seis colunelos com capitéis lavrados. Sobre ele rasga-se um enorme janelão de calcário. Em nichos rendilhados vêem-se bustos de frades e anjos, com livros abertos, e, em plano inferior, da esquerda para a direita, as estátuas de vulto do Anjo da Anunciação, de S. Tiago, de S. Pedro e, no lado oposto, as de S. Paulo, S. João e Nossa Senhora. Num dos arcos do janelão está um conjunto de anjos músicos.

A lápide que se encontra ao lado da porta de entrada da igreja, apesar de não ser a original (que se encontra no **Museu de Alberto Sampaio**), indica a data, ainda segundo a era de César, do início da reconstrução gótica. Do lado esquerdo do portal da entrada ocidental da igreja, ergue-se uma torre manuelina mandada construir pelo Dr. Pêro Esteves. A obra foi concluída entre 1513 e 1515 pelo seu filho, o prior D. Diogo Pinheiro. Na torre de três pisos destacam-se dois janelões manuelinos protegidos por grades de ferro. Estas grades são decoradas com figurinhas humanas que segundo a tradição apelam ao silêncio e à oração. No interior da torre abre-se a capela tumular com as estátuas jacentes dos pais deste prior – o Dr. Pêro Esteves e sua mulher, D. Isabel Pinheiro.

Do lado esquerdo da torre, é ainda possível ver uma curiosa peça de mobiliário urbano utilizada, noutros tempos, para alertar a população sobre a deflagração de incêndios. Localizado na principal praça da cidade medieval, a **Praça de Santa Maria** - centro nevrálgico do burgo

desde, pelo menos, o século XII -, o “**Padrão do Salado**” é um dos mais emblemáticos monumentos de Guimarães e uma das obras de maior simbolismo do Portugal medieval.

A sua construção remonta a 1340, ano da Batalha do Salado, em que tomou parte D. Afonso IV, conjuntamente com exércitos de Castela e de Aragão, contra tropas muçulmanas do reino de Granada e do Norte de África. Este feito, que estará na origem do cognome "o Bravo" de D. Afonso IV, motivou uma série de construções comemorativas, em várias partes do reino, sendo esta de Guimarães uma das mais célebres. Diante da principal instituição da cidade - e uma das que estava seguramente conotada com os períodos condal e de autonomização do reino - o Padrão do Salado é uma obra gótica relativamente modesta. Compõe-se de um espaço quadrangular abobadado, aberto nas suas quatro faces através de arcarias quebradas, assentes em colunas adossadas, a partir das quais partem as nervuras da abóbada.

Estilisticamente, é uma obra relacionada com o gótico da primeira metade do século XIV, ainda conotado com o período dionísio, recorrendo a um aspeto demasiado compacto e reforçado das estruturas, com pilares de colunas adossadas, nervuras bem vincadas e uma abóbada relativamente baixa. Também a decoração reforça este sentido austero do monumento: os capitéis, de decoração vegetalista, mas também antropomórfica, foram esculpidos de forma bastante rude. Por outro lado, os arcos são decorados por uma solução dentada, que acompanha toda a sua curvatura, existindo ainda ténues sequências de bolas. A monumentalidade do conjunto é dada pela existência de gabletes bastante apontados a coroar as aberturas para o espaço central, que se elevam praticamente à mesma altura do abobadamento, e em cujo tímpano se colocaram escudos reais.

Nove anos depois de construído o padrão, o seu espaço central foi ocupado por um pedestal, em cujo topo se colocou a cruz, que ainda hoje subsiste. A sua compra deveu-se ao mercador vimaranense Pedro Esteves, que, ao que tudo indica, a adquiriu na Normandia (FERREIRA, 1996, 10). Trata-se de uma cruz gótica, representando, de um lado, a Crucifixão de Cristo e, do outro, a figura da Virgem. O fuste foi enriquecido com as representações de São Vicente, São Torquato, São Filipe e um anjo, figuras que pouco ou nada se relacionam com a história de Guimarães ou com a Batalha do Salado, revelando, assim, tratar-se esta obra de uma clara importação, originalmente concebida para outro fim e outro território.

O padrão da vitória do Salado, mercê da sua localização em relação à igreja colegiada e da imagem de devoção no interior, foi procurado por verdadeiras multidões em dias de romarias e de festas.

Nesta Praça de Nossa Senhora da Oliveira encontram-se os **Paços do Concelho**.

Tudo indica que, ao longo de toda a Idade Média, existiu a ideia da construção de um local exclusivo para reuniões do concelho. Um primeiro edifício, edificado somente para esse fim, surge em 1384, com grande probabilidade no local onde hoje se ergue este antigo paço municipal.

Os antigos Paços do Concelho estão classificados como Monumento Nacional. Este edifício foi construído no reinado de D. João I, nos finais do século XIV, posteriormente remodelado pelo arquiteto João Lopes de Amorim no século XVII. Trata-se de um exemplar típico de algumas vilas e cidades do Noroeste do país. As semelhanças entre o edifício em questão e os de Barcelos e de Viana do Castelo não passam despercebidas, permitindo observar a existência de um modelo aplicado a estes edifícios durante grande parte do século XV e primeiros anos do século XVI.

O seu piso térreo possui um alpendre aberto de arcaria gótica ogival (quatro arcos), que liga as duas praças mais emblemáticas do centro histórico de Guimarães: a Praça de Nossa Senhora da Oliveira e a **Praça de Santiago**; este espaço ficaria reservado ao mercado, ou parte dele.

O segundo piso é coroado por merlões (consequência da reforma do século XVI), tendo grande destaque a escultura do século XIX, localizada no centro da fachada, símbolo que segundo Barroso da Fonte, jornalista e historiador, que refere no livro "Guimarães e as duas caras" que esta estátua representa as duas frentes de batalha em Ceuta, em 1415: uma para os vimaranenses e outra para o povo de Barcelos. Segundo esta versão, "os vimaranenses teriam cumprido a sua missão e, devido à falta de coragem do povo de Barcelos, teriam ainda dado apoio na "cara" que lhes dizia respeito".

Atualmente, neste edifício está instalada a Delegação do Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios, da Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal. No entanto, desde que deixou de exercer as funções de Câmara, esteve lá instalado o Arquivo Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira, de 1934 até 1963, e, posteriormente, localizou-se lá a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e depois o Museu de Arte Primitiva Moderna.

À volta desta encantadora praça existem casas medievais bem preservadas, não tivesse Guimarães sido recentemente, em 2012, “Capital Europeia da Cultura”. Na Praça de Santiago existem muitas esplanadas, onde o convívio se cruza com o usufruir do património arquitectónico e urbanístico.

Mas seguimos em direção à **Rua de Santa Maria**, não sem antes passar pela **Praça de Santiago**, com as esplanadas que já referimos e as suas tradicionais casas. No centro da praça existe no chão um marco, que assinala a igreja que ali terá existido, em honra de S. Tiago. Por isso, ainda hoje, este é um local de passagem dos Caminhos de Santiago.

Num dos lados da praça, encontra-se recentemente uma extensão do Museu Alberto Sampaio, onde decorrem exposições, ao longo do ano.

Dirigimo-nos, então, para a **Rua de Santa Maria**, uma rua medieval, estreita, cheia de lojinhas de artesanato que a tornam peculiar. A Rua de Santa Maria foi uma das primeiras ruas abertas em Guimarães, uma rua medieval, o que ainda se nota pela sua estrutura estreita. É chamada Rua Direita, pois ligava a “direito” dois polos importantíssimos na época medieval: o mosteiro, mandado construir por Mumadona Dias, que se localizava na que, depois, foi a vila baixa e o Castelo, localizado na vila alta. Era uma rua das elites, pois as famílias mais ricas de Guimarães escolhiam-na para local de habitação. Como exemplo disto temos a Casa do Arco do Conde de Azenha e a Casa dos Peixotos (localizada no cimo da rua).

No início do século XX (1910), foi rebatizada pela Câmara Municipal, adotando o nome de Elias Garcia. No entanto, em 1943, recuperou o nome pelo qual os vimaranenses nunca deixaram de a nomear, Rua de Santa Maria.

É nesta rua que atualmente se encontra a **Biblioteca Municipal**, a Casa do Arco e a **Câmara Municipal**.

O **Convento de Santa Clara**, situado em pleno coração da cidade, a meio da rua de Santa Maria, tem em frente o largo Cónego José Maria Gomes, que em tempos tinha um cruzeiro no lugar da fonte atual. Teve origem no século XVI, mais precisamente em 1548, e foi fundado pelo “mestre-escola da Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira, Baltazar de Andrade.”¹¹⁸. A partir 1564, com a entrada das clarissas, o convento foi-se tornando cada vez mais conhecido por causa

¹¹⁸ FERNANDES, Isabel Maria, OLIVEIRA, António José de, *Boletim de trabalhos históricos: Convento de Santa Clara de Guimarães*, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães, 2004, pg. 15.

dos doces conventuais, confeccionados por elas, nomeadamente as tortas de Guimarães e o toucinho-do-céu, mas também pela sua riqueza e uns dos exemplos é a talha dourada que decorava o interior da igreja do convento. Nos anos 30 e 40 do século XVIII o convento é alvo de obras de ampliação, como se pode comprovar pelas cartas trocadas entre as religiosas e os mestres vimaranenses. O convento fecha as suas portas em 1891, com a morte de Antónia Amália da Ascensão, a última religiosa. É importante salientar que isto aconteceu por causa da extinção das ordens religiosas em 1834; as casas de ordens femininas só se deviam extinguir com a morte da última religiosa. Após isto, o convento é ocupado para aí se cumprirem várias funções, entre elas, a de Seminário da Nossa Senhora da Oliveira (1893), a de Liceu de Guimarães (1896) e a de Arquivo Municipal de Guimarães (instalado na Igreja do Convento em 1934). Em 1968, assume as funções que tem hoje, ou seja, as da Câmara Municipal de Guimarães.

A fachada principal do edifício foi construída no século XVIII e é, portanto, de estilo barroco. Encontra-se dividida em 3 módulos assimétricos, mas as atenções são direccionadas para o tramo central. Este é marcado pela porta principal do edifício e, em cima desta, a estátua da padroeira num nicho rematado por um frontão. A coroar Santa Clara existem dois anjos que seguram uma cartela com a data de 1741, ano em que a fachada atual do edifício foi construída. O remate do frontão repete-se nas duas janelas que o ladeiam nas molduras de cantaria esculpida.

Relativamente ao claustro, sabe-se que é de estilo clássico, sendo um exemplo de partes referentes ao ciclo quinhentista sereno.

A igreja deste convento, como já foi salientado, era conhecida pela sua rica talha dourada e era considerada uma das mais belas de Guimarães. No século XIX, foi esvaziada sendo o altar-mor levado para a Igreja da Penha, na qual existiu um incêndio que o destruiu. No entanto, podemos ver ainda algumas das suas talhas no Museu Alberto Sampaio.

Subindo até ao final da rua, seguindo o caminho de S. Bento, vamos ver o Paço dos Duques de Bragança, a **igreja de S. Miguel** e, no ponto mais alto, o **castelo de Guimarães**.

O lançamento da obra do Paço dos Duques de Bragança ocorreu na primeira metade do século XV. Esta majestosa casa foi mandada edificar pelo filho bastardo de D. João I, D. Afonso, oitavo Conde de Barcelos e, depois, primeiro duque de Bragança, por volta de 1442. O Duque era um homem culto, apontado como modelo de cidadão. D. Afonso casou, num primeiro casamento,

com D. Beatriz, filha de Nuno Álvares Pereira; mais tarde, sendo nomeado duque de Bragança tornar-se-ia fundador da Casa de Bragança¹¹⁹.

D. João I dotou a futura nora de garantias, como prova de compromisso. Estávamos no ano de 1422. D. Afonso volta a casar, com D. Constança de Noronha. Dedicou-se à construção do palácio e à política. D. Constança dedicou-se à vida religiosa. D. João I apressou o casamento deste por temer que o filho caísse no concubinato.

Pretendia que D. Afonso se unisse a D. Constança de Noronha, filha do conde de Gijon e de sua sobrinha D. Isabel. D. Afonso teria, por essa altura, 49 anos e D. Constança, 16.

Passados treze anos D. Afonso escreve ao pai e vários autores deduzem que já habitasse o paço. No entanto, 1438 é a data apontada como a do início da ocupação.

Em 1460 morre o seu filho mais velho, por isso o segundo filho herda o título. No ano seguinte, 1461, D. Afonso morre em Chaves. Após a sua morte, o Paço dos Duques de Bragança entra num período de grande declínio.

D. Constança continua a viver em Guimarães, no Paço dos Duques, e com ela terão vivido muitos doentes, transformando o paço em hospital-enfermaria. Ainda distribuiu os seus bens pelos mais pobres. D. Constança passou a adotar o modelo de S. Francisco. Morreu a 26 de Janeiro de 1480.

Após a morte de D. Constança o paço caiu no abandono. Os filhos de D. Afonso nunca viveram com o pai e nunca se interessaram pelo majestoso palácio.

Os tempos áureos deste Paço foram breves. Contudo, em 1429, D. Fernando, segundo filho do conde, terá casado no paço. Em 1462, o segundo filho confirma as rendas e os reguengos à vila de Guimarães. Neste mesmo ano, lavraram-se as escrituras de casamento do filho, duque de D. Fernando, com D. Isabel de Noronha.

Em 1483 foram confiscados os bens à casa de Bragança e o paço de Guimarães entra assim na posse da Coroa.

¹¹⁹ D. Afonso era um homem que gostava de viajar. Terá sido das viagens que lhe veio o gosto pela construção do paço de Guimarães. Por volta de 1414 a sua esposa D. Beatriz morre, aquando do nascimento da sua filha D. Isabel. Deixa três filhos. Este acontecimento trágico terá acontecido um ano antes de D. Afonso ter partido para o Norte de África. Ai amealhara fama e proveito, e muito espólio deverá ter vindo para os seus palácios: Barcelos, Chaves e Guimarães.

Foi o rei D. Manuel I quem devolveu os bens da Casa de Bragança a D. Jaime, quarto duque de Bragança. Em 1603, D. Teodósio II, casa no Paço. Este terá sido o último grande evento, realizado no palácio, antes do abandono.

Vários autores colocam a hipótese de no local do majestoso Paço ter existido um outro românico e que o duque terá demolido e construído um gótico. Contudo não existe nenhum documento que o comprove.

Igualmente surge a dúvida de quem terá sido o mestre deste majestoso palácio.

As opiniões não são unânimes, ainda que o nome Antom seja uma possibilidade. Também não se sabe a origem deste mestre. Tudo indica que o estilo arquitetónico provenha da região francesa de Loire, possuindo uma mistura com outros estilos da época de países periféricos. As janelas retangulares cruzetadas são um valioso exemplar gótico puro¹²⁰. O pórtico da capela palatina é formado por três arcos quebrados apoiados em colunas de mármore branco. Do lado exterior, para nascente, é a fachada mais notável do edifício. Alinhando uma frontaria de três corpos salientes, ligados por outros reentrantes. Os das extremidades terminam por uma larga varanda, sustentada por cachorros de pedra. O corpo central é quase todo ocupado pela soberba janelas. Os elementos pertencentes ao paço original são a capela e a fachada do rés-do-chão e 1º andar do lado esquerdo e das traseiras.

Rogério de Azevedo (1942) foi o arquiteto responsável pelo restauro. Elaborou uma pesquisa exaustiva no sentido de tentar perceber como teria sido o paço original. As portas iam-se fechando, até que esbarrou com falta de informação. A possível documentação existente sucumbiu no terramoto de 1755. O arquivo da Casa de Bragança encontrava-se na Casa do Infantado, que D. João IV havia criado em 11 de Agosto de 1654.

O Paço encontrava-se muito arruinado não só pela ação dos séculos, mas também pela ação do homem. Rogério de Azevedo teve várias dificuldades na reconstituição do Paço. Não se sabe quantos carpinteiros, pedreiros, entre outros, terão trabalhado no Paço. Tudo indica que este nunca chegou a estar completamente concluído.

A Casa de Bragança deixa o palácio ao abandono, concentrando-se no sul do país.

¹²⁰ Este tipo de janelas também existe no Paço de Barcelos. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1139

Muitos foram os interessados na pedra do Paço. Em 1611, a Câmara Municipal informa as freiras de Santa Clara sobre a utilização da pedra dos muros junto ao paço para a construção do seu mosteiro. No ano de 1666 viria o maior descalabro: a provisão que os frades capuchos conseguiram do rei, na qual obtinham autorização para retirarem a pedra do Paço para a construção do convento. O povo vimaranense revoltou-se e criou uma comissão para uma vistoria para apresentar ao rei. Mas os frades concretizaram o seu objetivo. Em Julho do ano seguinte o juiz de fora mandou abrir devassa a fim de averiguar quem furtava pedra, junto à porta de Santa Cruz e dos Paços. Em 1672 a Câmara manda o mestre de pedraria, Gonçalo Vaz Sampaio, consertar a porta do paço sob pena de coima, pois esta tinha sido consertada à cerca de quatro meses e já se encontrava novamente em mau estado.

Contudo, verifica-se que a pedra existente é diferente ao longo das fachadas, numa linha horizontal. Isto indica que terá havido diferentes intervenções. A primeira fase de construção será a correspondente á iniciada pelo primeiro duque. A segunda fase poderá ter correspondido à adaptação a quartel militar, que se prolongou entre 1807 a 1935. Em 1910, o Paço é classificado monumento nacional.

Salazar foi o mentor do restauro que teve início na primavera de 1937. O restauro profundo decorreu entre 1937 e 1959, sendo gerador de grande controvérsia.

Atualmente é residência oficial da Presidência da República e Museu Nacional. Alberga um espólio importantíssimo, com várias peças dos séculos XVII e XVIII, de que são exemplos porcelanas da Companhia das Índias, conjuntos de armas, quadro de D. Catarina de Bragança; têm especial destaque as réplicas das tapeçarias de Pastrana, conjunto de quatro peças que representam conquistas dos portugueses no Norte de África. Atualmente, este museu é um dos Monumentos Nacionais que mais visitantes recebe.

Esta colina é um ponto de paragem obrigatório na cidade, o antigo “monte latito”, aqui se encontrando alguns dos monumentos mais importantes de Guimarães.

Ao lado do Paço fica a **igreja de S. Miguel**. Uma corrente historiográfica nacionalista, e que ideologicamente prolongou o Romantismo do século XIX, perpetuou a lenda de que foi nesta capela de São Miguel do Castelo que teve lugar o batismo de D. Afonso Henriques. Esta perspetiva visava relacionar diretamente o monumento com um facto histórico, tão ao gosto de uma visão politicamente comprometida, em que as obras de arte apareciam como cenário da História. Esta

mesma lenda, ao exaltar a ancestralidade da igreja, recuava também a datação do templo que atualmente subsiste. Por esta via, a tardo-românica capela de São Miguel teria feito parte do primitivo complexo palatino de D. Mumadona Dias, na viragem do século IX para o X, e teria permanecido como principal templo da Guimarães condal, ao tempo de D. Henrique e de D. Teresa.

Afastada esta linha de interpretação, a atual igreja de São Miguel do Castelo é um edifício do século XIII, construído durante as primeiras três décadas desta centúria e em condições particularmente difíceis para os seus promotores. Longe de qualquer época de pretense esplendor condal, a sua edificação aconteceu por iniciativa da Igreja Colegiada de Guimarães, aquando da querela que colocou frente a frente esta instituição e o poderoso Arcebispo de Braga, contencioso que levou mesmo ao confronto armado entre as duas partes (GRAF, 1986, vol. I, p.157). A construção da igreja justificou-se pela necessidade da Colegiada dispor de um templo, decisão que escapou à autoridade do titular de Braga.

Estilisticamente, o edifício parece confirmar esse estatuto secundário. Manuel Monteiro, um dos nossos principais estudiosos da Arte Românica, ao realçar a simplicidade da capela, caracterizou-a como tendo aparelho de silhares pouco cuidados, quase total ausência de decoração, aspeto demasiado compacto dos muros, iluminação escassa, proporcionada por estreitas frestas, e planta muito simples, composta unicamente por nave única e capela-mor justaposta, à margem da ação promotora e normalizadora do arcebispado de Braga.

Tal facto, contudo, não impediu que o templo tenha sido sagrado pelo próprio Arcebispo, em 1239, data que evidencia a sua avançada cronologia, numa altura em que o gótico começava a despontar por todo o país e em que o Românico se preparava para ser uma linguagem artística de resistência, acantonada, preferencialmente, nas regiões do interior norte e centro.

Em ruína quase total na década de 70 do século XIX, uma comissão de habitantes notáveis de Guimarães, reunidos em torno da Sociedade Martins Sarmento, procedeu a uma ação de restauro, que manteve as características essenciais que a igreja adquiriu ao longo da época moderna. Já no século XX, a DGEMN empreendeu aqui uma das suas primeiras ações de restauro, de acordo com as teorias de unidade de estilo então em voga. Todos os elementos não-medievais da igreja foram suprimidos, especialmente os altares barrocos da nave. De entre as numerosas obras então efetuadas, salienta-se ainda a supressão do campanário, o entaipamento de portas e

de janelas aleatoriamente abertas no século XIX, ou a colocação dos modilhões que suportam o tímpano do portal principal.

Na atualidade, a igreja de São Miguel integra-se num dos mais importantes conjuntos monumentais do país, no mesmo núcleo que o Castelo de Guimarães e o Paço dos Duques de Bragança.

Finalizando, o **castelo de Guimarães**, foi a primeira estrutura militar, mandada construir por Mumadona Dias, para defesa do mosteiro, no século X (950-951), tendo constituído um bom exemplo de castelo condal¹²¹. Em 968, o castelo, agora designado como Castelo de S. Mamede, foi doado ao mosteiro de Guimarães. Deste castelo nada sobrevive, podendo-se deduzir que seria uma estrutura rudimentar, “talvez feita com recurso a materiais de fácil recrutamento na zona (como madeira), aproveitando os afloramentos graníticos que ali existiam para encaixar, entre e sobre eles, as suas frustes estruturas”¹²².

No século XI, a presença dos condes portugalenses – D. Henrique de Borgonha e D. Teresa - em Guimarães, levou à primeira reforma do velho castelo, dando origem à estrutura arquitectónica que viu nascer o reino. Toda a estrutura do velho castelo mandado construir por Mumadona foi desmontada e substituída por outra mais forte, já em pedra. Deste castelo - que tinha um perímetro quase coincidente com o atual –ainda há vestígios que podem ser observados na zona leste, junto à porta de acesso, onde as primeiras fiadas de silhares são diferentes, e também noutras zonas da cerca muralha¹²³. A única diferença em relação à configuração posterior seria na zona sul que talvez não alcançasse a torre meridional.

Ao longo do século XII, o castelo de Guimarães sofre uma reforma românica, que o dotou das muralhas que hoje conhecemos. Não podendo precisar uma data, terá sido entre a segunda metade do reinado de D. Afonso Henriques ou já no reinado de D. Sancho I, e afetou todo o perímetro e conferiu ao castelo a sua particular estrutura triangular. As muralhas eram nessa altura mais baixas do que as que vemos agora. Não é possível afirmar se existiria ou não uma torre de menagem.

¹²¹ file:///C:/Users/gps/Downloads/MasterThesis_final.pdf. (citado a 2.9.2016)

¹²² Baroca, Mário, Lourenço, Paulo B., *O Castelo de Guimarães*, Braga, Reitoria da Universidade do Minho, 2013.

¹²³ São visíveis alicerces românicos do castelo românico. O restante do edificado já é gótico.

No final século seguinte ou nos primeiros anos do século XV, ocorreu mais uma reforma, muito devido à difusão do estilo gótico, e dela resultou a estrutura sensivelmente idêntica à que hoje nos habituamos a ver. Foi nesta campanha que foram erguidos oito torreões – dois pares ladeando as portas e outros quatro em zonas mais vulneráveis. Foi num desses torreões que se ergueu o sino de correr, do qual ainda sobrevivem dois pilares, que são, erradamente atribuídos, pela tradição popular, a uma força. O sino era tocado antes do fecho das portas da muralha.

Foi também nesta altura que se deu o alteamento dos muros: foram em média, acrescentadas três fiadas de pedras. Foi também criado um novo caminho de ronda ou adarve, rematado com parapeito ameado – estas ameias são de um estilo largamente difundido nos castelos do norte de Portugal.

Outra novidade desta reforma foi a construção da torre de menagem, que é a terceira torre mais larga e a nona mais alta que o reino conheceu. O seu interior divide-se em rés-do-chão e três pisos, apoiados num pilar central. O última intervenção militar foi a construção da barbacã de Santa Bárbara que foi demolida no século XVII.

O **Paço do Alcaide** foi construído quando o castelo estava já a perder valor militar. Era uma residência com quatro pisos. Piso térreo e primeiro andar eram de serventia doméstica, os dois superiores eram a área senhorial. Residiu aqui o Alcaide-Mor do Castelo, e a construção será do século XV. O último piso, aquecido por lareira, ocupava inicialmente menos de metade da área dos restantes pisos, tendo, porém, sido ampliado no século XVI.

O castelo de Guimarães sofreu algumas alterações posteriores, como por exemplo, foi construída uma capela dedicada a S. João Baptista, porém o restauro da DGEMN em 1937, retirou todos os acrescentos modernos, uma vez que pretendia devolver ao castelo a estrutura original, que seria a estrutura do castelo gótico. O castelo de Guimarães é um dos monumentos, que integra as “Sete Maravilhas Nacionais”.

Junto ao castelo, na parte traseira encontra-se o **campo de S. Mamede** onde, segundo algumas teorias, terá sido o local onde ocorreu a batalha de S. Mamede.

Pela estrada fora, seguimos em direção a **S. Torcato**, embora o caminho ainda seja longo. Contudo se se desejar ficar na cidade, atrativos não lhe faltarão. A gastronomia é variada e rica, típica do norte. Muitos são os restaurantes afamados em Guimarães. Na doçaria, o destaque vai para a torta de Guimarães, um dos doces típicos.

Para dormir a oferta também é alargada, existem hotéis de três e quatro estrelas, hotéis de luxo, pensões económicas, turismo rural, pousadas, do que é exemplo, a pousada de Santa Marinha da Costa.

É difícil aconselhar um visitante em Guimarães: é que tudo aqui é belo. Porém, na minha opinião, há locais que não pode deixar de visitar, como a **Rua da Rainha**. Esta rua anteriormente era denominada por Rua Sapateira e era uma das ruas nobres da vila. Atualmente chama-se Rua da Rainha D. Maria II.

Na vila convivia a nobreza que residia em casas de maior dimensão do que as do povo. A nobreza local, intimamente ligada à Coroa e ao poder local, deixou a vila marcada com as suas habitações faustosas, nomeadamente nesta rua. Aqui o visitante pode-se deixar fascinar pela **Casa dos Lobos Machado**. É uma moradia nobre típica do século XVII. Apresenta-se como um expoente máximo do barroco de transição para o Rococó, sendo um dos edifícios civis vimaranenses com maior destaque, quer na época, quer na atualidade. A fachada rompe totalmente com a fachada medieval. Em 1754, o proprietário do edifício, Rodrigo de Sousa Lobo, pretendeu “conferir à sua casa um frontispício digno e que diluísse as reminiscências dos três lotes que originalmente conformavam a sua propriedade”¹²⁴ e, para isso, contratou os mestres pedreiros Amaro José Farto e Vicente Carvalho. Importa salientar o facto de não se saber ao certo se a ideia original do desenho é da autoria de André Soares ou se os mestres foram influenciados pela sua obra. O granito é o elemento predominante na fachada. O relevo desta é «altamente» saliente, contornado por traços de grandes dimensões, onde predomina o relevo e graça equilibrada. O piso térreo caracteriza-se por ser mais contido em termos decorativos. Possui quatro janelas amplas com conchas esculpidas na parte superior. Daqui parte uma profusão decorativa que marca o piso superior. Neste andar nobre dominam as janelas de sacada, ornamentadas com elementos florais. Ao centro, localiza-se o brasão do século XVIII. A rematar este andar encontra-se uma expressiva cornija que aparenta ser um frontão contracurvado e que fornece uma sensação de movimento. O segundo piso é recuado e foi acrescentado posteriormente. Contudo, já não possui uma elevada decoração, como ocorre no piso anterior. Após ser alvo de obras de restauro entre 2003 e 2008, passou a albergar a sede da Associação Comercial de Guimarães até à atualidade.

¹²⁴ Fernandes, Isabel Maria, Correia, Jorge, *Guimarães Moderna...*, pag. 64.

Existe outro edifício do barroco civil, embora com menor peso arquitectónico, que é a **Casa dos Bragança de Cete**. Desde 1977 que é um Imóvel de Interesse Público.

A **Casa dos Coutos** também merece destaque. O Arcebispo de Braga comprou algumas casas seiscentistas no gaveto dos atuais Rua da Rainha e Largo João Franco para nelas instalar o seu Paço Episcopal. Estas casas foram alvo de uma profunda beneficiação, transformando-as num edifício único. O conjunto tem uma planta irregular, com um pequeno pátio interior e possui um corpo principal quadrangular e um corpo secundário. Importa referir que a casa é de dupla fachada e cada uma tem uma pedra de armas no exterior. Na fachada voltada para a atual Rua da Rainha, observam-se, ao nível do piso térreo, janelas com molduras em granito, de perfil convexo e um pórtico maneirista seiscentista, com entablamento dórico, rematado por um frontão triangular. Contudo, o edifício sofreu profundas alterações, como é notório na composição da fachada oeste, voltada para o atual Largo João Franco, onde há uma riqueza de elementos que não constam na frente sul, voltada para a Rua da Rainha, tendo-se a primeira transformado na fachada principal do edifício. O pórtico de feição Rococó “existente nesta frente enobrece a fachada, constituída por um dintel constituído por uma padieira reta guarnecida, com uma coroa circular, composta por elementos de cariz vegetalista como folhas e flores, e um escudo com heráldica que a encima, com as armas dos Coutos”. O pórtico é nitidamente ao estilo rococó em contraposição com o estilo barroco e joanino do edifício. Outra alteração foi a construção de um segundo piso acrescentado à construção original, separado do andar nobre por uma cornija arquivada.

Mas se as casas brasonadas merecem ser mencionadas, de igual forma abundam as igrejas. Na Rua da Rainha encontra-se a **igreja da Misericórdia**. Esta instituição desempenhou um importante papel assistencial. As obras de construção da igreja iniciaram-se ainda no século XVI, mais concretamente em 1588, sendo inaugurada em 1606. Trata-se de “uma *fachada-retabular* do tipo das de Mateus Lopes, com colunas coríntias e pilastras lisas enquadrando um nicho da titular, devendo-se esta fachada ao arquiteto Gonçalo Lopes”. A fachada foi erguida a partir de 1607 e somente concluída em 1640, com o objetivo de reconstruir a fachada aí existente. A fachada foi desenhada por João Lopes de Amorim, tendo a colaboração de outros mestres como Gonçalo Lopes e Pedro Afonso de Amorim. Esta fachada obedece à utilização de uma nova linguagem arquitectónica, o *Maneirismo*. Note-se que João Lopes Amorim teve em conta o Tratado flamengo de *Hans Vredeman de Vries*. Importa referir que a igreja da Misericórdia de Guimarães

é similar às Misericórdias de Aveiro e de Braga. A frontaria da fachada principal apresenta “dois medalhões, enquadrados por duas colunas coríntias e, na parte superior, um nicho envidraçado com a escultura de Nossa Senhora da Misericórdia”¹²⁵. A fachada também se encontra dividida em dois níveis/registos relacionados proporcionalmente entre si, “compondo-se de uma sobreposição clássica de plinto, base, fuste e capitel nos dois pares que ladeiam o pórtico de entrada e o óculo superior. No terço inferior das colunas coríntias surgem saliências esculpidas em forma de ponta de diamante e óculo”¹²⁶. É encimada por pináculos. A igreja apresenta uma planta longitudinal, constituída por uma nave única e capela-mor retangular, sendo a cobertura da igreja em abóbada de berço. Quanto aos elementos decorativos, o retábulo-mor é do século XVIII, os púlpitos de 1781 e destaca-se a caixa do órgão ibérico.

No **pátio da Casa do Despacho da Misericórdia**, o arquiteto João Lopes de Amorim, genro de Gonçalo Lopes, que continuou com a empreitada, construiu “uma ondulante escadaria granítica e um varandim de inesperado e erudito efeito”. O edifício anexo à igreja é a **Casa do Despacho** e que completa o conjunto edificado. A Casa também é da autoria de João Lopes de Amorim e só ficou concluída em 1640. Foi o primeiro hospital da Misericórdia construído com esse objetivo em Guimarães e aqui permaneceu até 1840. Foi classificada como imóvel de interesse público em 1974.

No largo João Franco existe uma escultura recente de D. Afonso Henriques.

Descendo a resto da rua, irá encontrar o **Largo do Toural**. Considerado hoje como o coração da cidade, no século XVII era um largo extramuros junto à principal porta da vila, onde se realizava a feira de gado bovino. E, segundo alguns autores referem, era aqui que se realizavam “corridas com o Touro em dias festivos”¹²⁷, daí a Praça chamar-se “do Toural”. Ainda no século XVII, três elementos vieram ajudar o processo de definição do Toural: a edificação da Igreja de S. Sebastião, a implantação do chafariz, ambos do lado Sul e o posicionamento do cruzeiro a norte.

No Século XVIII, mais concretamente em 1791, a Câmara aforou o terreno junto à muralha para edificação de prédios. Posteriormente, é construído o Jardim Público, rodeado por um gradeamento de ferro, que abre em 1878. Com a implantação da República, o Jardim Público é transferido para outro local, sendo então colocada no centro do Toural a estátua de D. Afonso

¹²⁵ http://www.guimaraesturismo.com/pages/153?geo_article_id=106. (Acedido a 28.12.2014)

¹²⁶ Fernandes, Isabel Maria, Correia, Jorge, *Guimarães Moderna...*, 2012, p. 58.

¹²⁷ Memórias de Araduca, [on-line], <http://www.araduca.pt/index.php/toural> (acedido a 28.12.14).

Henriques. Alguns anos depois esta vai para o Parque do Castelo e é substituída por uma vistosa “fonte artística”. Atualmente, regressou ao Toural, o chafariz renascentista, pois tinha sido transferido para o Largo Martins Sarmiento entre 1873 e 2011.

Na frente sul do Toural aparece a **Basílica de S. Pedro** como um dos edifícios de maior majestade que para a praça se abre. O ano de 1737 coincide com o lançamento da primeira pedra das obras que levantaram o corpo da igreja. O Prof. Arq. Bernardo Ferrão juntamente com o Dr. José Afonso referem “*A planta da igreja é longitudinal, com capela-mor e nave única retangulares, tendo esta junto ao cruzeiro os cantos cortados e arredondados. A fachada, tem no nível inferior uma galilé a que se acede por uma escadaria com três arcos de volta perfeita e sobre eles corre uma varanda de balaústres para onde abrem três janelas de sacada. Duas pilastras ladeiam este conjunto, sustentando o entablamento dórico sobre o qual assenta o frontão triangular com um escudo no tímpano e, no remate, a cruz pontifical de três braços. À esquerda ergue-se a torre sineira, com um pináculo de granito na cúpula, antecedida por um jogo de cornijas molduradas entre as quais se colocou o relógio*”.

No século XVIII, “*muitas casas desaparecem para a construção de um Palacete que o povo viria a conhecer como a casa do fidalgo do Toural. O fidalgo era Jerónimo Vaz da Silva Vieira e Alvim, então titular morgado do Toural, conhecido pelas suas ideias liberais. Seu filho, António Alvim, herdeiro, também ficou conhecido na vida política local. O último morgado ficou conhecido por ter vivido rodeado de fausto e ostentação, que foi retirado todo o património. Este património seria levado à praça em 1878, numa execução judicial a favor do Banco de Guimarães*”¹²⁸. O **palacete do Fidalgo do Toural** afirma-se na praça através de uma fachada organizada em dois andares horizontais. Ao inferior estavam destinados serviços, realçando-se o piso nobre através de uma simetria assinalada pela interrupção da cornija por ondulação contracurvada.

No Toural, para além da arquitetura religiosa, também as fachadas de perfil civil começavam a oferecer uma nova exposição retórica à urbe. São testemunhos de uma consequência do barroco que a vila vivia na segunda metade do século XVIII, principalmente.

Na segunda metade do século é construído o Jardim Público, envolvido por um gradeamento de ferro, que abre em 1878. Para esta área é criado um mobiliário urbano enquadrado na nova arquitetura do ferro: coreto, bancos e candeeiros, *conhecido por pavilhão*

¹²⁸ <http://araduca.blogspot.pt/2011/05/o-toural-em-imagens-detalhes-7.html> (Acedido a: 3.7.2016).

*acústico*¹²⁹. Com a Implantação da República o Jardim Público é transferido para outro local, assim foi colocado no centro do Toural a estátua de D. Afonso Henriques. Alguns anos depois a estátua vai para o Parque do Castelo e é substituída por uma vistosa “fonte artística”.

O chafariz foi colocado no Toural em 1585, dois anos após a encomenda ao mestre Gonçalo Lopes. Trata-se de uma peça em granito, com três taças escalonadas, encimadas por esfera de bronze dourada e seis bicas, sendo rodeado por banco corrido, e que, à época não só servia água à população, como funcionava como espaço de socialização. O chafariz quenhentista é um dos mais evidentes sinais do Maneirismo erudito em Guimarães. Era servido de água por cano que descia desde a Igreja de S. Paio atravessando subterraneamente a Porta Nova. Como refere um Dicionário, “*no século XVII, o padre Torcato Peixoto de Azevedo faz a seguinte descrição do chafariz, que esteve no Toural durante trezentos anos "Tem esta Praça entre si e as casas que a cercam da parte do Sul, um chafariz de seis bicas, que correm de taças de pedra bem lavradas, e tem no alto uma esfera de bronze dourada, e ao pé dela um escudo com as armas de Portugal e, nas costas deste, outro com uma Águia negra coroada de ouro, com um leiteiro aos pés que diz: Anno de 1588"*¹³⁰. No seguimento das obras de melhoramento que o Campo de Toural viria a receber nas últimas décadas do século XVIII, foi ordenada a sua transladação, vindo a ser instalado no Largo do Carmo onde permaneceu até 2011. Contudo, foi recentemente recolocado na sua posição original, após a requalificação da Praça.

Mas a cidade oferece muitos outros monumentos, que são dignos de visita. Visitar Guimarães é regressar à Idade Média, aqui encontra um vasto património que é quase impossível de descrever na sua totalidade referindo todos os monumentos e aspetos de interesse.

De destacar ainda a **igreja de S. Francisco**. Situada na atual Alameda, a poucos metros do Toural, esta igreja possui uma beleza impar. O templo de raiz gótica, teve autorização de construção pelo rei D. João I, por volta de 1400. A sua estrutura arquitetónica, ao longo dos tempos, foi sofrendo alterações, nomeadamente nos séculos XVI a XIX. Teve inicialmente a disposição de uma cruz latina, iniciada na capela-mor, aberta nos braços no transepto e desdobrada a toda a extensão de uma só nave . O interior do templo está revestido de ricos azulejos, e a sacristia é um dos espaços que merecem visita, ostentando uma mesa com

¹²⁹ Memórias de Araduca , [on-line], Disponível em: <http://www.araduca.pt/index.php/toural>

¹³⁰ Memórias de Araduca, O Dicionário O Chafariz do Toural, [on-line], Disponível em: <http://www.araduca.pt/index.php/dicionario-1/135-o-chafariz-do-toural>.

mármore embutidos coloridos, ao estilo Italiano. A capela-mor é coberta por um sumptuoso retábulo de madeira dourada e policromada. Da imaginária destacam-se esculturas de Santo António de Lisboa, S. Francisco de Assis, e a Árvore de Jessé. Aqui também se encontra o túmulo de D. Constança de Noronha, segunda mulher de D. Afonso, primeiro Duque de Bragança.

Saindo deste local, pode ainda visitar outras igrejas, todas elas dignas de interesse.

A cidade possui ainda casas de espetáculo, como a **Plataforma das Artes** ou o **Palácio e Centro Cultural Vila Flor**.

Mas pode-se, simplesmente, passear pela cidade, admirando os belos jardins, fazendo compras ou simplesmente descansar para retomar a viagem.

Se pretender pode subir à montanha da **Penha**, basta comprar um bilhete de **teleférico**. No local irá encontrar o **Santuário de Nossa Senhora da Penha**, onde, no segundo domingo de Setembro, acorrem centenas de peregrinos, em devoção a Nossa Senhora. Pode ainda desfrutar de magníficas paisagens, de miradouros naturais e partir à descoberta das inúmeras grutas que o local proporciona. São duas as grutas mais conhecidas, a **Gruta de Nossa Senhora do Carmo**, recortada na junção de dois blocos rochosos, em cuja entrada se encontra uma pequena imagem de Elias (a dormir). A outra das grutas mais conhecidas é a **do Eremitão** que foi transformada em típica adega regional. No cimo das rochas ergue-se a **Capela de S. Cristóvão**, venerado pelos motoristas. Outros monumentos embelezam o local, como a escultura de Pio IX, no ponto mais alto da montanha, a sensivelmente 617 metros do nível do mar. Existe ainda a escultura de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, gravada na rocha, homenagem aos pioneiros aviadores Portugueses. O espaço dispõe de um vasto leque de infraestruturas, para acolher os visitantes; entre elas destacam-se o parque de campismo de montanha e uma pensão, um campo de mini-golfe, circuitos de manutenção, um centro equestre, áreas de passeio e picnic, restaurantes, bares e cafetarias¹³¹.

Saindo de Guimarães em direção a **S. Torcato**, é nesta freguesia que se encontra um majestoso monumento que se impõe, pela sua solenidade e grandeza, causando ao peregrino um grande impacto, o **Santuário de S. Torcato**.

¹³¹ http://www.guimaraesturismo.com/pages/154?geo_article_id=122 (acedido a 19.06.16)

Terá sido nesta freguesia do concelho de Guimarães que S. Torcato foi martirizado em 26 de Fevereiro de 719, juntamente com 27 companheiros, quando Murça, general de Tarik, avançava com o seu exército sobre Guimarães e Braga¹³². S. Torcato seria natural de Toledo e descendente da nobre família Torcatus Romanus . Em jovem terá exercido funções de Arcipreste na Sé de Toledo e, mais tarde, foi nomeado Arcebispo de Braga e Dume. Posteriormente o seu corpo terá sido encontrado por um monge beneditino, sob um monte de pedras. É neste local que hoje se ergue a Capela da fonte do Santo . O autor do projeto foi o arquiteto Russo Ludwig Bohnstedt. Foi em finais do século XIX, que teve início a construção do Santuário de S. Torcato, Monumento Nacional, um edifício de granito, com elementos de inspiração gótica, românica e clássica¹³³. A construção estendeu-se até aos dias de hoje; vários foram os arquitetos que por ali passaram. As obras do Santuário tiveram o grande contributo da escola de Cantaria da Irmandade de S. Torcato. A fachada é constituída por duas torres e um corpo central. O templo tem a forma típica da cruz latina. No interior desta igreja encontra-se o corpo incorrupto de S. Torcato, um dos evangelizadores da Península Ibérica, no século VIII.

Mas, a freguesia de S. Torcato tem outros atrativos, possui um **museu** com um espólio diversificado ligado à vivência da região, à devoção no seu Santo e o seu **Mosteiro**.

Esta terra também é conhecida pelas suas festas e pelo seu folclore. É no primeiro domingo de Julho que, desde 1852, se realiza umas das maiores romarias do Minho, a **Romaria Grande de S. Torcato**¹³⁴.

Em frente ao majestoso santuário existe um **parque** com um lago onde se pode passear ou descansar antes de seguir viagem.

Além deste património arquitetónico, S. Torcato, possui uma série de **casas senhoriais setecentista ou oitocentistas**, muitas delas com capelas e armoriadas. Entre elas estão as da Agra, Formiga, Orfão, Souto e Subdeveza, mas muitas outras poderia referir.

Esta terra minhota não é só rica em património arquitectónico, é também rica em **gastronomia**, local onde encontrámos restaurantes de renome.

¹³² Cachada, Guimarães, *Roteiro Turístico, zona de turismo de Guimarães*, 1992, Depósito legal n.º 56638/92, pág. 149.

¹³³ http://guimaraesturismo.com/pages/154/?geo_article_id=124 (acedido a 04.07.16)

¹³⁴ http://guimaraesturismo.com/pages/154/?geo_article_id=124 (acedido a 04.07.16)



Figura 28- São Torcato

Fonte: Fotografia própria

5.2.4. Póvoa de Lanhoso

O concelho da Póvoa de Lanhoso é um concelho de passagem, nos “Caminhos de S. Bento”, em direção a Terras de Bouro. Apesar disso, não deixa de ter interesse para por quem ali passa. Com uma longa tradição histórica e com património diversificado, o concelho tem cerca de 130 Km² de área. É constituído por vinte e duas freguesias, e união de freguesias que, desde 2013, integram este município do coração do Minho¹³⁵.

Esta terra do norte do país faz fronteira com cinco concelhos, Vieira do Minho (a leste), Fafe (a sul), Guimarães (a sul), Amares (a norte) e Braga (a oeste). Geograficamente localiza-se entre a margem esquerda do rio Cávado e a margem direita do rio Ave¹³⁶.

É em pleno coração do Minho que, com certeza, depois da longa jornada de caminho, irá sentir necessidade de descansar, de beber, ou até de comer, tal como aconteceu comigo, quando percorri os “Caminhos de S. Bento”. A cidade dispõe de **hotéis** e de variadíssimas **casas de turismo rural** (TER), onde o peregrino (ou turista) se pode alojar, usufruir da qualidade dos serviços e, em simultâneo, disfrutar da bela paisagem verdejante da região. Alguns destes locais para alojamento permitem usufruir de serviços especiais como andar a cavalo ou de charrete, dispondo de monitor, caso se pretenda.

Mas se por estas terras a oferta de alojamento não escasseia, o mesmo se verifica com a restauração, havendo um vasto leque de restaurantes com pratos típicos. Aqui o visitante poderá apreciar o “**Cabrito à S. José**”, considerado o prato típico da festa de S. José, ou o bacalhau assado na brasa com batatas a murro. Na **festa de Nossa Senhora de Porto D’Ave**, uma das romarias mais antigas do Minho, será a vez de comer o “**bife à romaria**”. No campo das doçarias, são de salientar o **pão-de-ló, as cavacas, os charutos e as rosquilhas**. Os **vinhos** também são um excelente cartão de visita da região. O vinho verde tinto é excepcional no acompanhamento destes pratos típicos.

A Póvoa de Lanhoso tem uma forte ligação à fundação da nacionalidade pois, segundo a lenda, foi no castelo desta cidade que o primeiro rei de Portugal, D Afonso Henriques, terá preso a sua mãe, D. Teresa, após a Batalha de S. Mamede. Mais antigos ainda são os vestígios

¹³⁵<http://www.mun-planhoso.pt/freguesias> (acedido a 27. 11. 2016)

¹³⁶ Idem (acedido a 27.11. 2016)

arqueológicos datados da Idade do Ferro (I Milénio a.C. , séc. IV d.C.) encontrados no Monte Pilar, que comprovam a ocupação humana. Mas foi o bispo de Braga D. Pedro que, com a finalidade de proteger a diocese de Braga, mandou construir o **Castelo de Lanhoso** no séc. XI, ficando assim assegurada a continuidade da ocupação destas terras¹³⁷.

Localizado num grande maciço rochoso, o castelo de Lanhoso é o monumento mais importante da cidade. Estudos recentes demonstram vestígios da ocupação pré e proto-românica, ou seja anterior ao período da construção da torre de menagem, outro dos aspetos que o distingue dos castelos medievais. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, os alicerces da alcáçova, de planta quadrangular, com torres nos ângulos e antemuro na parte de fácil acesso, demonstram inspiração em modelos bizantinos e árabes. No interior, o seu espaço quadrangular tinha dois alinhamentos de pilares, parecendo uma estrutura tripartida da área ¹³⁸ . Outra das particularidades é ter gravada uma epigrafe. O ditongo “ae”, na palavra “aepiscopus” revela erudição do “ordinator” que elaborou a inscrição, este aspeto além de ser pouco utilizado nas inscrições medievais portuguesas, remete para a semelhança da assinatura manuscrita do bispo.

O castelo românico de Lanhoso tem uma cerca pequena de planta irregular, barbacã elíptica, com torre de menagem quadrangular , adossada a um dos extremos, envolve o pequeno pátio, com adarve e merlões, onde se abre uma única porta em arco quebrado. O abarcamento da torre de menagem, saliente da cerca, e a organização da porta principal, ladeada por duas torres, aproximam o castelo das soluções defensivas do período gótico. O castelo de Lanhoso está classificado de monumento nacional.

Esta terra foi palco de várias lutas. Em 1121 duas meias- irmãs lutam pelo domínio do território e, por conseguinte, é assinado o tratado de Lanhoso. No final do mesmo século, o Castelo de Lanhoso é local de um crime passional, em que o alcaide, D. Rui Gonçalves Pereira (tetravô do Condestável Nuno Álvares Pereira) incendiou o Castelo com a sua esposa, Inês Sanches e o seu amante, um frade beneditino do Convento de Santa Maria de Bouro, no interior do edifício¹³⁹.

¹³⁷ Gonçalves, José Manuel Lopes, *Rota das casas Brasonadas da Povia de Lanhoso*, 2012, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, pag. 6.

¹³⁸ http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=298 (acedido a 30 .11.16).

¹³⁹ Idem, pp. 6

Considerado um estratégico posto militar, a 25 de Setembro de 1292, D. Dinis, concede foral a esta terra, com a finalidade de garantir e controlar a região. A 14 de Janeiro de 1514, foi a vez de D. Manuel I, renovar o foral e dar assim continuidade ao povoamento.

Posteriormente, e já em 1809, na segunda invasão napoleónica, as tropas francesas antes de se retirem, queimaram e pilharam tudo no seu caminho.

Ainda no séc. XIX, em 1846, a Póvoa de Lanhoso volta a ser palco inicial de mais uma revolta, que se estende a todo país, a revolução de Maria da Fonte, contra as medidas de Costa Cabral.

Todavia, será no séc. XIX que irá nascer um dos impulsionadores, desta terra fértil, António Ferreira Lopes. Foi este homem que fez fortuna no Brasil que, de regresso à terra, irá investir grande parte do seu dinheiro em edifícios e equipamentos, até então inexistentes na Póvoa de Lanhoso. Exemplo disso é o **Hospital** e o **Theatro**.

Terão sido as lutas e os grandes impulsionadores da terra, que geraram uma dinâmica que não mais parou. Atualmente existem um aglomerado de indústrias em diversas áreas que impulsionam a terra. As indústrias de extração e corte de granito são conhecidas, tal como as têxteis e da ourivesaria, particularmente a do trabalho de filigrana¹⁴⁰.

Para o turista ou forasteiro, o **Diverlanhoso Adventure Park** é um parque que engloba atividades desportivas de aventura e natureza, dispõe de alojamento, restaurante e salas multiusos. Localizado no cimo de um monte, proporciona vistas fascinantes sobre o vale. Está aberto 24 horas por dia, durante todo o ano.

Outra das empresas de animação é a **Terra Pedestre**, vocacionada para o turismo de natureza. Com uma vasta gama de produtos atrativos inovadores, promete sensações únicas. Organiza circuitos pedestres de Wild Trekking e outras atividades¹⁴¹.

O município tem também vários percursos pedestres que atravessam locais únicos. O povo, esse, soube preservar os rios e, por isso, existem três **praias fluviais** no concelho, a da Rola, da Oliveira e de Verim.

¹⁴⁰ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/p%C3%B3voa-de-lanhoso> (acedido a 27. 11. 16)

¹⁴¹ <http://www.mun-planhoso.pt/turismo/o-que-fazer/empreendimentos.html> (acedido a 27. 11.16)

Se pretender conhecer um pouco da cultura deste povo visite o **Museu do Ouro de Travassos**, na Aldeia de Baixo de Travassos.

Outro ponto de interesse situa-se numa das aldeias próxima, **Fonte Arcada**, uma **igreja em estilo românico** do séc.XIII.

Se gosta de explorar, tente localizar as **dezoito casas brasonadas**, espalhadas pelo concelho e muitas outras apalaçadas. Outro dos monumentos de interesse é o **Aqueduto dos Caleiros**. Mas a **ponte Mem Gutierres** e o **pelourinho de Moure** merecem passagem, ambos classificados como Monumento Nacional¹⁴².

Todavia se o concelho é rico em património cultural e paisagístico, o mesmo se verifica com o património religioso. Deve visitar-se a **igreja de Verim**, a de **Fontarcada**, classificada como monumento nacional, ou a de **S. João Batista de Rei**, imóvel de interesse público e a **igreja de Moure**. Esta igreja matriz tem a sua fundação nos princípios do século XVII, com uma espaçosa capela-mor, forrada de azulejos.

É neste concelho, mais propriamente na freguesia de **Águas Santas**, que se localiza uma **pequena igreja, cujo padroeiro é S. Bento**. De planta longitudinal, com uma só nave e capela-mor, possui ainda um excelente trabalho de cantaria lavrada. Por estas terras também terá existido um convento beneditino que os muçulmanos terão destruído aquando das invasões: «Houve ahi, no tempo dos suevos, um convento de monges beneditinos, que os arabes arrasam por ocasião da sua invasão»¹⁴³.

Mas não se pode deixar de visitar o **Santuário Mariano de Porto D’Ave**, nos “Caminhos de S. Bento”. Terá que se fazer um curto desvio. No séc. XVIII (1740) terá sido construído um oratório; posteriormente, D. José de Bragança manda edificar o Santuário provido de uma escadaria. Foi elevado á categoria de Santuário Real, a 14 de Abril de 1874, por carta Régia. O interior da nave está revestido de azulejos joaninos, azuis e brancos, do século XVIII, que descrevem cenas da vida da Virgem e do nascimento de Jesus. Os altares estão revestidos de talha dourada, estando bem patente a arte barroca¹⁴⁴. É dentro do Santuário, que se localiza o **Museu de Arte Sacra** que abriu as portas ao público a 29 de Julho de 2001. O Museu alberga

¹⁴²<http://www.mun-planhoso.pt/turismo/o-que-visitar/atraccoes.html> (acedido a 03.12.16)

¹⁴³ Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresca*, Tomo I, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, 1886, pag.499.

¹⁴⁴ <http://www.confraria-portodave.pt/page.php?link=2> (acedido a 03.12.16)

um vasto espólio, oferecido pelos devotos. Fazem dele parte **setenta e dois quadros, ex-votos**, também designados como “tabulae votivae”, cuja cronologia medeia entre o século XVIII e as últimas décadas do século XIX¹⁴⁵.

A romaria neste Santuário Mariano realiza-se no primeiro domingo de Setembro e são muitos os fieis que ali se deslocam para celebrar Nossa Senhora.

Mas se desejar permanecer por aqui, pode visitar o **Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos**, ou o **Centro Interpretativo Maria da Fonte**. Pode ainda ver as **caves do vinho verde**.

Portanto, ainda que a Póvoa de Lanhoso seja um concelho de passagem no âmbito dos “Caminhos de S. Bento”, razões não faltam para permanecer nesta localidade.

5.2.5. Terras de Bouro

Este é o ultimo concelho dos caminhos de S. Bento, Terras de Bouro. Para trás ficam longos quilómetros. Chegados aqui, inicia-se a descida que levará até à albufeira e ao Rio Cávado; para o atravessar terão de se utilizar duas pontes e de ambas se desfruta de magnífica paisagem que se estende ao longo do vale.

Este concelho nortenho, está situado no distrito de Braga; é constituído por dezassete freguesias que circundam os vales dos rios Homem e Cávado, e pelas serras adjacentes, Gerês e Amarela. A sua área tem cerca de 270 Km²¹⁴⁶.

Aqui, nesta terra de montanha, não se vai encontrar só a recente Basílica Menor de S. Bento da Porta Aberta mas também um leque de ofertas turísticas que poderão reter o peregrino (ou turista) durante alguns dias.

Depois de ter visitado S. Bento e de ter cumprido os seus objetivos devocionais, pode apreciar-se a paisagem envolvente, sempre magnífica, em redor do templo. Pode ainda admirar-se, através do miradouro que se encontra junto da Basílica, o rio e a serra.

Se se pretender descansar após a longa viagem, em frente ao Santuário há um hotel de grande qualidade e muitas lojas de artesanato e produtos regionais. Mas se se preferir,

¹⁴⁵ Idem (acedido a 03. 12. 16)

¹⁴⁶ <http://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/autarquia> (acedido a 17.11 16)

simplesmente, relaxar, pode descer-se a estrada em direção ao rio, e saborear a tranquilidade ribeirinha na esplanada junto à marina de Rio Caldo.

Mais adiante, se se quiser esticar as pernas e, em simultâneo, disfrutar do rio, poderá fazer-se uma paragem em **Vilar da Veiga** e alugar um barco ou uma gaivota e dar um passeio nas águas tranquilas do rio. Ou ainda dar um passeio de barco na embarcação de Rio Caldo que possui 46 lugares sentados.

Mas se o turismo religioso é um produto de excelência, por estas terras do Minho, muitos outros estão disponíveis. Aqui podem encontrar-se as afamadas **termas do Gerês**, o **Parque Nacional da Peneda Gerês**, o **rio** com a sua marina, as serras e um vasto leque de infraestruturas para acolher todos os forasteiros que por ali passam .

Não é só S. Bento que tem contribuído para divulgação desta terra. A “marca” Gerês tem-se estendido aos quatro cantos do mundo. Se no século XVI, os documentos lhe chamavam Jurês, atualmente este local é conhecido além fronteiras, e são muitos os turistas que por aqui passam longas temporadas.

É o rio Cávado, a vegetação, as flores, as árvores e as rochas que conferem a esta zona uma beleza inigualável. É este mesmo rio que, aqui e ali, forma cascatas e fundões. De um lado e outro do vale, as casas dão-lhe uma tranquilidade, que parece que se entrou no Paraíso, e cada metro de caminho é motivo de contemplação.

Outrora terra de romanos, é a poucos quilómetros que se irão encontrar **marcos miliários** de forma cilíndrica, de pedra, verticais. Marcam ainda hoje a antiga via militar que ligava Braga (Bracara Augusta) a Astorga (Astórica Augusta), num percurso de 215 milhas, popularmente conhecido por **Geira**. Convém estar atento às inscrições visíveis em muitas deles¹⁴⁷.

Num cruzamento de estradas, encontra-se o **Miliário do Cruzeiro do Campo do Gerês**, um dos mais importantes marcos de Terras de Bouro, classificado como Monumento Nacional, foi aproveitado pela arquitetura religiosa. Este miliário terá sido erguido durante a governação do Imperador Décio (249/251) e assinala a milha XXVII, da Via Nova.

Se se pretender continuar a admirar a bela paisagem, pode seguir-se em direção a Vilarinho das Furnas, onde existem diversos locais nos quais vale a pena parar, para contemplar.

¹⁴⁷ *Percursos de Evasões por terras de Portugal*, 2ª edição DECO PROTESTE, Editores, Lda, Lisboa p. 37.

Pode ainda descer-se o paredão da barragem e apreciar a paisagem que se estende até para jusante. Além disso, se o nível da água estiver suficientemente baixo, é possível avistar, da margem oposta, parte do casario da aldeia que ficou submersa quando a albufeira encheu, Vilarinho das Furnas, que deu o nome à barragem¹⁴⁸.

Mas nem tudo ficou extinto. Foi construído, em 1981, o **Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas** que recria a aldeia que foi submersa. Este museu foi construído com pedras retiradas da própria aldeia¹⁴⁹.

Mais tarde, se se pretender, pode descer-se até à vila do Gerês e aí se encontra uma multiplicidade de **hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes, bares e cafés**. Aqui se encontram também as afamadas **termas do Gerês** e o seu **parque**. Como seria de esperar, o parque dispõe de bancos e mesas, para descontrair um pouco, ou até fazer um lanche. Possui ainda um parque infantil e piscina.

As **termas do Gerês** terão sido exploradas pelos romanos e o primeiro estabelecimento termal moderno terá sido construído no século XVIII, no reinado de D. João V¹⁵⁰. Estas termas têm como base a águas que, depois de ingeridas, produzem efeitos sobre o bem estar geral dos aquistas, em todo o organismo¹⁵¹. Atuam ao nível da regeneração das células, possuem características únicas. A sua eficácia está demonstrada ao longo de séculos especialmente em patologias como as do fígado, vesícula, obesidade, diabetes e hipertensão arterial; trazem ainda benefícios gerais pelo gozo de um período de repouso ativo. Associada a uma alimentação saudável e a atividade física, a balneoterapia relaxante e mesmo a alteração climática melhoram o stress e fadiga, anorexias, tendência para a depressão, reumatismos crónicos, má circulação e outros problemas¹⁵². Estas termas ocupam um dos lugares cimeiros, a nível nacional, fruto do avultado investimento em infraestruturas. Souberam converter-se num verdadeiro Resort Termal, onde se aliam conforto, relaxamento e natureza. Oferecem sofisticados tratamentos na área terapêutica e do bem estar.

¹⁴⁸ Idem pag. 37.

¹⁴⁹ *À descoberta do Gerês Terras de Bouro*, Produção e Propriedade Município de Terras de Bouro, Depósito Legal:314833/10.pag. 9

¹⁵⁰ <http://www.termasdogeres.pt/historia-das-termas.html>. /(acedido a 18.11.16)

¹⁵¹ <http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/Termas-do-Geres> (acedido a 13. 11.16)

¹⁵² Idem (acedido a 13. 11. 16)

Porém, falar do Gerês é falar de cascatas e de água transparente, uma das imagens marcantes da região. Uma delas é a **Cascata da Fonte do Arado**; é um autêntico festival para os sentidos. A cascata surge dos cursos de água de montanha, derivados dos rios Camalhão e da Teixeira que vão desaguar ao rio Arado. Este percurso, vence um forte desnível, gerando uma sucessão de cascatas e lagoas, mais ou menos profundas, mas sempre de água límpida. Outras, formosíssimas, são as **das Caldas, das Palas, do Torgo, de Leonte, Colado dos Fetos, Ponte Feia e S. Miguel**. Merece também destaque a do **Tahiti**.

Os **miradouros** são outro dos atrativos destas terras montanhosas; são autênticas janelas abertas, viradas para a imensidão paisagística. Podemos sugerir muitos, como o Miradouro da **Junceda, Boneca, Fraga Negra, Penedo da Freira, Pedra Bela, Mirante Novo e Velho e Bom Jesus das Mós**, grande parte deles são visitados pelos pedestrianistas. Aqui também existem uma série de trilhos bem sinalizados, para os amantes da natureza.

Pode ainda desfrutar-se de diversos **desportos radicais**, propostos por empresas do concelho que oferecem pacotes turísticos para a realização de escalada, rappel, slide, passeios a cavalo, bicicleta de montanha, percursos todo o terreno, passeios de moto 4, mergulho, paint ball, tiro ao arco, rafting, remo, BTT, enfim, um leque quase infinito de variedade de tipos de atividades.

A **albufeira da Caniçada** dispõe de um leque de serviços para a prática de desportos náuticos. As empresas de animação disponibilizam equipamentos e serviços, durante todo o ano.

Outro dos locais que merece visita obrigatória por estas terras são os vinte e nove **Moinhos de Água de Rodízio de Santa Isabel do Monte**, recuperados. Espalhados por várias aldeias circundantes, nas encostas e ribeiros da Ponte e de Rebordochão. Um deles permite a observação do seu funcionamento e de todo o mecanismo de moagem. Este **moinho de vento de Gibarbedo**, situa-se na freguesia de **Cibões**.

As **furnas de carvão** também merecem visita; de construção tosca, em granito, de formato arredondado e com cúpula, ligeiramente aberta para empilhar a lenha. Durante décadas estas furnas favoreceram economicamente Rio Caldo¹⁵³.

¹⁵³ *À descoberta do Gerês Terras de Bouro*, Produção e Propriedade Município de Terras de Bouro, Depósito Legal:314833/10.pp. 14

Outro dos locais que merece passagem é a aldeia de **Cutelo**; integra as Aldeias Típicas de Portugal. Visitar esta aldeia é partir à descoberta do quotidiano rural, do alojamento típico desta zona, mas também da interação com a natureza. Esta terra é um tesouro ao ar livre; a fauna e a flora, pelas suas características naturais, são abrangidas pela *Rede Natura* e muitas delas são espécies autóctones. Situada em pleno Parque da Peneda-Gerês, esta área protegida, possui a categoria de Parque Nacional, o nível mais elevado de classificação das áreas protegidas.

A **Mata de Albergaria** corresponde a um desses sítios e está distinguida pelo Conselho da Europa, como uma das Reservas Biogenéticas do Continente Europeu. A fauna é abundante. Aqui pode encontrar a cabra montesa, lobos, raposas, javalis e o corço. Entre bichos de menor corpulência há o tourão, a marta, o texugo e a lontra. As aves incluem a águia real e subsiste uma espécie de perdiz rara, a charrela.

A **Serra do Gerês** é uma das mais interessantes zonas montanhosas de todo o país e faz verdadeiramente jus à denominação de «paraíso do excursionista». Tal como referiu Link, “nenhum viajante, a visitará sem deleite”¹⁵⁴. Incluída no Parque Nacional da Peneda-Gerês, representa a segunda maior elevação nacional, onde a cota mínima atinge os 50 m e a máxima os 1548m; faz fronteira com a Galiza/Espanha. Com uma riqueza geológica e geomorfológica, variada fauna e a flora abrangem esta vasta área. Aqui pode ver-se uma imensidão de plantas, algumas delas autóctones, entre elas ervas aromáticas e medicinais.

A **Serra Amarela** é de menor altitude, tem 1362 m de altitude; integra o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Nesta serra predomina a vegetação rasteira, composta por urze, carqueja e matos. No cimo da serra, na **Chã do Salgueiral**, existem cerca de duas dezenas de **casarotas**. Robustas, estas construções assemelham-se a dólmenes. A sua utilização está associada à defesa da fronteira da Portela do Homem, servindo de apoio às tropas. Têm inscrições de lugares da atual freguesia de Cibões. Na Primavera a serra reveste-se de amarelo, o que lhe conferiu o nome.

As duas serras, Amarela e do Gerês, ambas diferentes, têm uma beleza ímpar, com a sua estrutura de natureza granítica.

Foram as serras que influenciaram a gastronomia da região, baseada em produtos naturais e agro-pecuários. Estas terras dispõem de diversos pratos típicos. A estação do ano

¹⁵⁴ *Guia de Portugal, Entre Douro e Minho*, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 4º volume, pag.882.

determina os produtos; assim, no Outono, domina a **carne de cabrito, de porco e a de Barrosã**; no Verão, **a truta e o escalo**. A **broa de milho**, e o **mel** do Gerês são os produtos de excelência da região. Os **chás** são ótimos, sobretudo o de hipiricão, de uva-do-monte. E muitas outras iguarias enriquecem a região¹⁵⁵.

No **artesanato**, sobressai o **linho**. O povo de Terras de Bouro soube guardar o saber de seus antepassados. Se em tempos este pano era tosco, atualmente são comercializadas autênticas obras de arte. Os artesãos, aliados a novas técnicas, inovaram o produto. Enriquecido com bordados e bainhas de fio banhado a ouro, produzem peças únicas. Mas a **lã** e as **madeiras** com moldes originais do Gerês, marcam a genuinidade da região.

Portanto, há vários séculos, vêm passando por estas terras romanos, ilustres estudiosos, aquistas e muitos outros. Hoje passam centenas de peregrinos por ano, que vão ao encontro de S. Bento, mas muitos outros buscam relaxamento. Há quem tenha por aqui residência de férias, incluindo grandes nomes do desporto, da música e de outras áreas de atividade.

Portanto, o concelho de Terras de Bouro é hoje um destino turístico reconhecido a nível regional e nacional e que atrai também alguma atenção de estrangeiros. Isso acontece não só pela sua beleza natural mas também pelo dinamismo do povo da região que soube preservar e converter os saberes tradicionais, inovando. E como é, para nós, evidente com o contributo das peregrinações e o turismo religioso centrado também em S. Bento.

¹⁵⁵ *À descoberta do Gerês Terras de Bouro*, Produção e Propriedade Município de Terras de Bouro, Depósito Legal:314833/10.pp. 75.

Capítulo 6. Implementação dos “Caminhos de São Bento”

6.1. Divulgação

Acreditamos que a divulgação dos “Caminhos de S. Bento” se pode e deve fazer através dos sites dos santuários, criando aplicação para telemóvel/tablet, com panfletos nos próprios santuários (incluindo mapa dos “Caminhos de S. Bento”), através das redes sociais, de publicidade, nos sites das autarquias, postos de turismo das autarquias, etc.

Uma medida que acreditamos que seria muito útil e para a qual mostraram disponibilidade e interesse os responsáveis (religiosos e de outras instituições como Confrarias e Irmandades) pelos três santuários que integram a nossa proposta de “Caminhos de S. Bento” seria a “Certidão de Peregrino”. Este “documento” teria a vantagem de estimular e validar a peregrinação, por um lado, e também, por outro lado, a de avaliar e contabilizar a afluência de peregrinos.

6.2. Avaliação

A avaliação será feita da seguinte forma: Inquéritos, estudos de rentabilidade e avaliação contínua devem ser feitos por parte das autarquias.

6.3. Sustentabilidade dos caminhos

Devem ser implementadas nos “Caminhos de S. Bento” as medidas atrás enunciadas e criadas infraestruturas necessárias para o acolhimento e apoio aos peregrinos e turistas (pelos municípios), assim como prover à sua manutenção periódica.

“Existe a obrigatoriedade de manutenção dos percursos, durante 5 anos, findo este prazo os percursos são novamente vistoriados pela FPCM”¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Lima, Cristina Maria Fiúza da Rocha de, *Á Descoberta do Castro Stº. Estêvão da Facha, Um Percurso pedestre no Caminho de Santiago*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2011, pág. 37.

Capítulo 7. O 11 de Julho

No dia 11 de Julho desloquei-me, novamente a S. Bento de S. Tirso e, tal como me havia dito o Sr. Victor, os peregrinos eram imensos, estrada fora. O mosteiro estava repleto de devotos. Os cravos eram às dezenas, as velas também, muitas delas com a forma de membros e partes do corpo. Ao abordar alguns peregrinos, percebi que a devoção a S. Bento é de uma dimensão inexplicável, embora estes não quisessem falar por se quererem concentrar na devoção ao Santo.

Durante o dia foram realizadas cinco missas e muitos devotos ali se dirigiram acompanhados de ex-votos em cera e de muitos cravos, conforme constatei.



Figura 29- Oferendas

Fonte própria



Figura 30- S. Bento

Fonte própria



Figura 31- Mosteiro Santo Tirso

Fonte própria

Às seis horas da manhã, do dia 11 de Julho saí de casa em direção ao S. Bento das Peras, juntamente com um grupo de pessoas que o fazem, anualmente. No caminho cruzei-me com muitos outros, que vinham de outras localidades. O caminho atravessa algumas terras, mas grande parte de percurso, é pelo monte. De terra e com uma largura considerável, o caminho é todo ele repleto de árvores de grande porte, eucaliptos, pinheiros e muitas outras plantas que alegam o trajeto.



Figura 32- Peregrinação S. Bento das Pêras Fonte própria

Chegando ao cimo do monte, eram centenas as pessoas que ali se encontravam e ainda era muito cedo, sete horas da manhã. É em direção à pequena capela onde permanece a imagem de S. Bento das Peras que as pessoas se dirigiam. Chegando lá, a fila já era enorme, ali estavam peregrinos de todas as idades, todos permaneciam em silêncio, depois da caminhada, o objetivo era venerar S. Bentinho. As moedas caíam na caixa de esmolas fazendo um ruído quase sem interrupção.

Os cravos eram de todas as cores, embora a cor branca predominasse. À volta da pequena ermida já andavam alguns devotos de joelhos.



Figura 33- peregrino Fonte própria

Durante o dia este foi o cenário no monte de S. Bento das Peras. Ali se dirigiram peregrinos a toda a hora, formando várias vezes fila. Ao final da tarde, eram às centenas e a afluência prolongou -se noite dentro, com os devotos a aproveitarem a frescura do final da tarde para caminharem. O que mais me surpreendeu foi que a generalidade destes devotos eram jovens, de ambos os sexos.

No domingo seguinte, dia 18 de Julho, realizou-se a procissão em direção ao monte de S. Bento. Partiu da igreja de S. Miguel, pois o ano é par, e dirigiu-se á pequena capela. A acompanhar iam centenas de pessoas e todas as organizações associadas à igreja. Seguiu-se a missa campal em honra do Santo, e o espaço era pequeno para toda aquela multidão.



Figura 34- Procissão Fonte própria

No dia 13 de Agosto, o meu caminho foi o de S. Bento da Porta Aberta, Terras de Bouro. Estava um dia muito quente, mas isso não impedia os peregrinos de rumarem àquele local de culto. No caminho encontrei vários grupos de pessoas, compostos por adultos e crianças, que por vários motivos, se dirigiam para a recente Basílica Menor.



Figura 35- Peregrinos Fonte própria

Quando me dirigi a um dos grupos, fiquei surpresa com a atenção inexplicável apesar do cansaço e do calor que se fazia sentir. Tinham saído de casa há várias horas, eram das Caldas das Taipas.

Mas foi junto de S. Bento que permaneci longos minutos, depois de ter ultrapassado a longa fila. Constatei momentos de grande devoção, todos beijam e rezam ao Santo. O silêncio impera, os peregrinos levam as mais variadas oferendas, velas do tamanho da pessoa, ex-votos em cera com a forma de vários membros do corpo, cravos de todas as cores, sal e oferendas em dinheiro.



Figuras 36- Oferendas Fonte própria



Figura 37- Velas Fonte própria

Capítulo 8. Análise SWOT

É com base na análise SWOT, que obterei os resultados para o posicionamento estratégico dos “Caminhos de S. Bento” no mercado. Com base nesta análise procurarei analisar os seus pontos fortes, os pontos fracos, as forças e as ameaças. Este estudo consiste numa metodologia utilizada para promover a análise de cenários, habitualmente usada em empresas.

O que quer dizer SWOT? SWOT é a sigla que designa os termos em inglês **Strengths** (Forças), **Weaknesses** (Fraquezas), **Opportunities** (Oportunidades) e **Threats** (Ameaças), uma metodologia muito usada no âmbito empresarial.

“Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as Oportunidades e proteja-se contra as ameaças ” (SUN TZU, 500 a.C.)

A análise SWOT compreende a análise dos pontos fortes (Strengths) e fracos (Weaknesses) de uma organização e a sua relação com as oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) do meio envolvente.

A análise SWOT é uma ferramenta de suporte importante para a tomada de decisão e é frequentemente usada como forma de sistematizar e analisar os ambientes interno e externo de uma organização¹⁵⁷. Através da Identificação dos pontos fortes, das fraquezas, das oportunidades e das ameaças, a organização pode construir estratégias que eliminem as suas fraquezas e explorem as oportunidades para as usar como contra-ameaças.

A ferramenta SWOT subdivide-se em duas análises complementares entre si: a análise externa e a análise interna¹⁵⁸.

¹⁵⁷ [Http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/8.pdf](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/8.pdf) (acedido a 26. 11.16)

¹⁵⁸ [Http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/8.pdf](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/8.pdf) (acedido a 26.11.16)

A análise SWOT traduz e clarifica os pontos a melhorar. Apesar de sinalizar alguns pontos fortes tais como o alojamento, a gastronomia/vinhos ou o vasto património cultural, religioso e paisagístico e de se salientar o elevado número de peregrinos que percorrem os caminhos, ainda assim podem ser introduzidas medidas para aumentar o número de visitantes a estes locais de culto.

Os pontos fracos e as ameaças têm de ser colmatadas. A sinalética é um dos pontos que tem que ser implementado. A cooperação entre os diversos municípios, aliada a uma estratégia de marketing, são fundamentais para o sucesso da implementação dos “Caminhos de S. Bento”. A criação de albergues ou a redução de preços para peregrinos nos hotéis já existentes ao longo de todo o percurso seria uma forma de incentivo para os utilizadores dos caminhos. Outra das atitudes convenientes seria tomar medidas para combater a sazonalidade, ou melhor, aumentar a atratividade destes locais de peregrinação ao longo de todo o ano, já que o que se verifica é que é no Verão que o número de peregrinos se torna maior.

Mas, além destas medidas, seria necessário tentar contornar as ameaças e aproveitar as oportunidades. Depois de desenvolver as medidas necessárias e de encetar uma dinâmica de implementação dos “Caminhos de S. Bento”, e estando o turismo numa fase de expansão em Portugal, estamos convencidos de que os “Caminhos de S. Bento” serão um produto turístico incontornável no mercado.

Conclusão

A viabilidade da criação dos “Caminhos de S. Bento” ligando o mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela), atravessando o concelho de Póvoa de Lanhoso e até S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro) que propomos neste Projeto assenta em vários factos que nos parecem de grande relevância.

Em primeiro lugar, queremos salientar o grande número de pessoas que afluem a estes santuários:

1. o mosteiro de S. Bento de Santo Tirso recebe, no dia 11 de Julho, 15 mil peregrinos; e, durante todo o ano, há sempre afluência de peregrinos que nunca foram contabilizados;
2. em S. Bento das Peras (Vizela), a confraria nunca contabilizou os peregrinos mas a procissão no domingo a seguir ao dia 11 de Julho incorpora cerca de cinco mil pessoas; aliás, no ano de 2016, constatámos que este santuário é o que tem mais peregrinos, no dia 11 de Julho;
3. o santuário de S. Bento da Porta Aberta recebe 600 mil peregrinos anualmente; no entanto, o dia 11 de Julho não é o dia em que recebe mais peregrinos.

Todavia, cremos que o traçado dos “Caminhos de S. Bento” por nós proposto, acompanhado da sua devida marcação e colocação da sinalética adequada, bem como por medidas de divulgação e de promoção (e uma delas poderia ser a criação da “Certidão de Peregrino”, ideia bem acolhida nos três santuários em estudo), levaria ainda mais peregrinos (e turistas) aos santuários referidos.

Para além disso, propomos a divulgação complementar, não só das histórias - e *estórias* - associadas a cada um dos templos, mas também de património arquitectónico, artístico e cultural (num sentido lato) do qual os peregrinos podem usufruir nos trajetos desde o santuário e para regressarem a casa. Na verdade, verificámos que, à ida, o que cada peregrino quer é chegar “ao Santo”, a salvo, e o mais depressa possível, para dar expressão à sua devoção, pedindo e agradecendo. Só depois, muitas vezes tendo à espera um carro para o regresso, haverá disponibilidade para deambular por um ou mais locais ao longo do caminho para casa.

É nossa convicção de que, havendo cooperação entre os diversos municípios, associados em torno de um plano comum de marketing, os “Caminhos de S. Bento”, tal como os propusemos,

poderiam atingir números de participantes cada vez mais elevados, à semelhança do crescente interesse relativamente aos “Caminhos de Santiago”.

Neste Relatório de Projeto propomos soluções para que os “Caminhos de S. Bento” possam atrair não só peregrinos (que já são numerosos e cujo número parece continuar a aumentar) mas também outro tipo de públicos atraídos pela prática do pedestrianismo, pelo património religioso (material e imaterial), pelo património cultural (na sua maior diversidade: manifestações religiosas e devocionais, património arquitectónico e artístico, gastronómico, musical, etc.).

Na nossa opinião, mesmo sem albergues, bastava a organização concertada entre municípios e agentes económicos, com a simples medida de, por um lado, oferecer descontos no alojamento (o que poderia ser um estímulo a pernoitar, o que permitiria usufruir mais de cada sítio no qual se implanta cada um destes santuários e de locais nas imediações) e, por outro lado, descontos na restauração, para se poderem atrair mais devotos e mais turistas, contribuindo para o desenvolvimento e dinamização de economias locais e dos concelhos.

Conforme acreditamos ter demonstrado, o elevado número de visitantes que cada um dos santuários recebe anualmente, permite que os municípios onde se localizam ou que os peregrinos atravessam, desenvolvam os “Caminhos de S. Bento” de forma a torná-los viáveis e atraentes não só para peregrinos mas também em termos turísticos.

Assim, cremos que os “Caminhos de S. Bento” se apresentariam como uma mais valia em termos económicos para os municípios envolvidos - e vários dos seus agentes económicos -, permitindo um maior rendimento económico de infraestruturas de hotelaria, de restauração, de acesso a bens patrimoniais concelhios e a atividades culturais de usufruição, interessantes tanto para peregrinos como para turistas, quer enquanto espetadores, quer enquanto participantes, permitindo a uns e outros acrescentarem às suas primeiras motivações de visita, outras que até possam corresponder ao atualmente tão atraente turismo de experiência.

Bibliografia

Almeida, Álvaro Duarte de, Duarte Belo, *Portugal Património, Guia- Inventário*, Viana do Castelo – Porto- Braga. Vol. I Circulo de Leitores.

Almeida, C. A. Ferreira de, *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago, Itinerários Portugueses*, 1998, Xunta da Galicia.

À descoberta do Gerês Terras de Bouro, Produção e Propriedade Município de Terras de Bouro.

Barroca, Mário, Lourenço, Paulo B., *O Castelo de Guimarães*, Braga, Reitoria da Universidade do Minho, 2013.

Braga, Teófilo, *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*, Açores, Edição Amigos dos Açores, ISBN 978-972-8144-27-2.

Cachada, Guimarães, *Roteiro Turístico, zona de turismo de Guimarães*, 1992.

Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago, Itinerários Portugueses, Xunta da Galicia, 1998.

Cardoso, António Homem, Almeida, de Lourenço, *O Caminho Português de Santiago*, 1º edição Outubro de 2005, S. João do Estoril, Cascais

Correia Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978ª 1588*, volume I estudo, Edição Camara Municipal de Santo Tirso, ISBN 978-972-8180-23-2, Janeiro de 2009.

Cunha, Licínio, *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, Dep. Legal: 172944/01.

Cunha, Arlindo Magalhães Ribeiro, *Santiago em Portugal: A devoção e a peregrinação*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 2001.

Eduardo, Glauber de Oliveira Santos, *Importância das Peregrinações para o Turismo Mundial*, 2000, vol. 11, S. Paulo.

Faria, Dr. Molho, *S. Bento da Porta Aberta*, 3ª edição, Edição da Irmandade, Braga, 1985.

Fernandes, Isabel, “Discorrendo sobre a arte do Bolinhol Vizelense”, in *Revista NEPS: boletim informativo*, ICS, 2002.

Fernandes, Isabel, Correia, Jorge, *Guimarães Moderna*, Universidade do Minho, 2012.

Fernandes, Isabel Maria, Oliveira, António José de, *Boletim de trabalhos históricos: Convento de Santa Clara de Guimarães*, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães, 2004

Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*, vol I, II Jornadas Internacionais de Turismo.

Gonçalves, Eduardo Cordeiro, *Passos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, volume 13, CEDTUR, n.º 5, 2015, ISSN:1695- 7121.

Gonçalves, José Manuel Lopes, *Rota das casas Brasonadas da Póvoa de Lanhoso*, 2012, Tese de Mestrado, Universidade do Minho.

Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável*, 2006, Edições Sílabo.

Lima, Cristina Maria Fiúza da Rocha de, *Á Descoberta do Castro St.º. Estêvão da Facha, Um Percurso pedestre no Caminho de Santiago*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2011.

Marques, José, *O culto de São Tiago no Norte de Portugal*. Separata da *Revista Lusitana Sacra*, 2ª Série, n.º 4. Braga, 1992, pp. 99-148.

Marques, José, *Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa, Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: FLUP, 2001, pp. 103-121.

Marques, José, *Os Santos dos Caminhos Portugueses*, Revista da Faculdade de Letras, III série, vol. 7, 2006, pp. 243-262.

Melgar, Luis T., *Os Santos de cada dia*, Editorial Estampa, 2002.

Morris, A. E. J., *Historia de la forma urbana, desde sus origenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2003.

Oliveira, Eduardo Pires e Salgado, Mª de Fátima, *O pão-de-ló de Vizela: A arte da doçaria e D. Maria da Conceição da Silva Ferreira*, Vizela, Pastelaria Kibom.

Pacheco, Maria José, *Das Margens do Vizela Memórias*, 1ª edição, Março de 2007, Editorial Magnólia.

Percursos de Evasões por terras de Portugal, 2ª edição DECO PROTESTE, Editores, Lda, Lisboa.

Pinto, Eugénio Mendes, *Um olhar sobre Vizela*, Reviver-Editora, Vizela, 2003.

Pinto, Ricardo Santos, *Vizela: 600 anos de História*, 1ª edição, Netbe publicações, 1998.

Proença, Raúl, 4º volume. *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho* (3ª edição). Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

Ralha, Paulo Alexandre, *Análise do Valor Turístico-Patrimonial do Minho*, Tese de Mestrado em Património e Turismo, Braga, Universidade do Minho, 2006.

Revista Evasões, semanal, nº50, 11 a 17 de Março de 2016.

Rodrigues, Nuno Paulo Ferreira, Sé de Braga, *Reflexões para a Valorização da Herança Religiosa e Patrimonial*, Braga, Universidade do Minho, 2005.

Salvador, Costa, *Santuários do Norte de Portugal*, 1ª edição, Porto, Turisrul, 2000.

Santos, Glauber Eduardo de Oliveira, *Importância das Peregrinações para o Turismo Mundial*. Turismo em Análise, nº 11, pp. 39-44, 2000.

Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, 1886.

Webgrafia

<http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatisticas/barometrosdeconjuntura/Pages/BarómetrosdeConjuntura.aspx> (acedido a 10.11.15)

<http://turismo2020.turismodeportugal.pt/pt/plano-de-acao/cluster/> (Acedido em: 10-11-2016)

<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/heranca-judaica> (acedido a 20.03.16).

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadevillavigoni.pdf> (acedido a 20.03.16)

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf (acedido a 01.12.16).

infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pedestrianismo (acedido a 12.06.16)

<http://www.fcportugal.com/Pedestrianismo.aspx> (acedido a 7.02.16).

<http://www.cm-stirso.pt> (acedido a 5.6.16).

<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/santo-tirso> (acedido a 30.03.16)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145 (acedido a 23.5.16).

<http://www.sbento.pt/historia.php> (acedido a 11.02.16)

<http://saobento-vizela.blogspot.pt/2009/07/festas-em-honra-do-padroeiro.html> (acedido a 28.9.2016).

<http://www.jn.pt/local/noticias/santarem/ourem/interior/santuario-de-fatima-lembra-peregrinos-mortos-em-coimbra-4545596.html> (acedido a 5.10.16).

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70416/> (acedido a 21.03.16).

<http://www.diocese-braga.pt/noticia/1/5665#sthash.9HBTACT0.dpbs> (acesso 13.02.16)

<http://www.cm-vizela.pt/cittaslow>

www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/Caldas%20de%20Vizela (acedido 12.04.16)

http://www.guimaraesturismo.com/pages/153?geo_article_id=106. (Acedido a 28.12.2014)

<http://www.araduca.pt/index.php/toural> (acedido a 28.12.14).

<http://www.mun-planhoso.pt/freguesias> (acedido a 27.11.2016).

www.ipv.pt/millenium/Millenium38/8.pdf (acedido a 26. 11.16)

<http://www.confraria-portodave.pt/>

www.cm-terrasdebouro.pt/

www.termasdeportugal.pt/

Anexos

1. Informações resultantes de entrevistas aos párocos e a outros responsáveis pelo acolhimento de peregrinos

Foi ao fazer eu própria os caminhos até ao mosteiro de S. Bento (Santo Tirso), S. Bento das Peras (Vizela) e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro) que me apercebi da extrema necessidade e importância da sinalização dos “Caminhos de S. Bento”.

Foi à conversa com os vários párocos dos Santuários e com outros responsáveis pelo acolhimento de peregrinos que constatei que a devoção a S. Bento parece não ter fim. Movidos pela fé, são aos milhares os peregrinos que se deslocam a estes locais de culto.

S. Bento da Porta Aberta

Anualmente, S. Bento da Porta Aberta recebe mais de meio milhão de peregrinos, um dos fatores que contribuiu para ter sido elevado, pelo Papa Francisco, a Basílica Menor. Conforme informação do pároco desta Basílica, os peregrinos vêm de várias regiões do país, sendo na generalidade do Norte. Partem dos concelhos de Braga, Guimarães, Barcelos e Felgueiras. A afluência verifica-se mais nos meses de Verão.

Quando perguntei ao Padre Adelino, qual a oferta que mais se verifica no Santuário, este foi perentório: existem todo o tipo de promessas e ofertas. Referiu que benze trajes académicos, vestidos de noivas, etc. «As pessoas recorrem a S. Bento para tudo» mas, fundamentalmente para o Santo interceder contra doenças do foro oncológico, contra o cancro.

As promessas são feitas maioritariamente em dinheiro mas também em velas, cravos de todas as cores, ainda que predomine a cor branca. Também são feitas promessas em ovos, frangos e sal.

Quando interroguei o Padre Adelino sobre algo que o tivesse marcado na assistência espiritual aos peregrinos, este não respondeu, devido ao sigilo sacramental, mas referiu que existem «toda a espécie de verdadeiras conversões».

Salientou ainda os dias de maior peregrinação ao S. Bento da Porta Aberta:

* dia 21 de Março – morte de S. Bento;

* dia 11 de Julho – S. Bento padroeiro da Europa;

* 10 a 15 de Agosto- Grande Romagem a S. Bento da Porta Aberta, sendo o dia 13 o dia mais marcante, devido à realização de procissão. Acrescentou ainda que nesse dia o número de peregrinos era elevado, e aconselhava a minha presença para constatar tal facto.

Quando perguntei sobre o dia 11 de Julho, durante o qual se celebra S. Bento enquanto padroeiro da Europa, o padre Adelino disse que na Basílica de Terras de Bouro, não era o dia de maior veneração, contudo não deixava de haver afluência de fiéis, mas apenas das pessoas mais velhas que seguem a tradição.

O momento alto naquele espaço religioso é o dia 13 de Agosto.

*

S. Bento (Santo Tirso)

Quando seguia para Santo Tirso, para falar com o pároco do mosteiro, deparei-me com uma grande confusão em volta do mosteiro. Estávamos na semana que antecedia o dia 11 de Julho e iniciavam-se os preparativos para a romaria.

À conversa com o Senhor Padre José Paulo de S. Teixeira, logo após a apresentação, rapidamente percebi que este não poderia acrescentar nada ao que já sabia, já que estava na paróquia apenas há dez meses e não tinha assistido a nenhuma romaria e não estava, de todo, informado sobre o número de peregrinos que ali ocorrem. O Sr. Padre José Paulo de S. Teixeira, aconselhou-me a falar com o um dos seus assistentes, o Sr. Victor Matias, e referiu que no dia 11 de Julho teria de celebrar cinco missas.

Simpático, o Sr. Victor Matias esclareceu que os peregrinos que ali se deslocam no dia 11 de Julho, são cerca de quinze mil e que, durante o ano, há sempre peregrinos, embora a paróquia nunca os tenha contabilizado.

À semelhança do que acontece em S. Bento da Porta Aberta, as oferendas são diversas; entre elas estão flores, velas (muitas com formas de membros e de partes do corpo), ovos em grande quantidade, sal e azeite. Os cravos também não faltam, sendo as cores predominantes o branco e o vermelho.

Quando questioneei o Sr. Victor sobre se já tinha assistido a algum pedido que o tivesse sensibilizado, este foi perentório: “já assisti a peregrinos a chorar diante de S. Bento, completamente emocionados”. Ainda afirmou que aparecem inúmeros papelinhos junto do Santo

a pedirem um noivo e acrescentou que são muitos os noivos a querer casar no mosteiro; acredita que não seja apenas pela beleza arquitectónica e patrimonial da igreja mas, segundo o Sr. Victor, a escolha será devida ao mosteiro estar associado a S. Bento. E é que a padroeira da paróquia é Maria Madalena.

A romaria de S. Bento é grandiosa, o programa da festa é extenso e com atuações de artistas de renome. A publicidade está patente em toda a cidade, até nas caixas multibanco.

S. Bento das Peras (Vizela)

Foi no monte de S. Bento das Peras, em diálogo com a Eng^a. Fátima Ferreira Pereira, secretária da Confraria de S. Bento, que a interroguei sobre o número de peregrinos. Atenciosa, não me pôde responder porque nunca os contabilizaram. No entanto, a Eng^a. Fátima Ferreira Pereira logo assegurou que ali chegam peregrinos de todas as freguesias circundantes e de que tem recebido contactos de outras regiões do país.

A S. Bento das Peras os devotos pedem um pouco de tudo, mas principalmente a cura de doenças cancerígenas, conhecidas por “malinhos”, e as verrugas, conhecidas por “cravos”.

As oferendas tal como acontece nos outros santuários, também aqui são cravos de todas as cores, quantias monetárias, sal, açúcar, azeite, galinhas, etc. Atualmente muitos devotos colocam fotos.

Todavia este santuário tem uma particularidade: a pintura dos penedos. Aqui chegam peregrinos que pintam penedos de branco, como forma de agradecimento a S. Bento. Normalmente pedem autorização à Confraria, sugerindo esta qual o penedo que cada um deve pintar. Mas por vezes acontece não pedirem e pintarem qualquer um. Esta situação não é do agrado da Confraria porque o local foi recentemente reabilitado e a Confraria considera que assim se danifica esteticamente o sítio.

O santuário tem sido cada vez mais procurado para a realização de casamentos e até batizados, o que, segundo a Eng^a. Fátima Ferreira Pereira, se deve ao culto a S. Bento mas também à beleza do local.

A administração do santuário é da responsabilidade da Confraria, contudo continua a vigorar nos estatutos que o local pertence a duas freguesias e o reitor do santuário é o pároco do ano em que lhe pertence exercer essa função.

Quanto à manutenção do espaço e de toda a zona envolvente, está a cargo da Confraria. As obras de reabilitação estiveram a cargo da Confraria, mas tiveram o apoio da Câmara Municipal de Vizela, como confirmou a Eng^a. Fátima Ferreira Pereira.

O Sr. Padre Constantino Sá é o reitor do templo no ano de 2016. Acolhedor e comunicativo, conversou comigo durante longos minutos. Partilhou as suas experiências, enquanto pároco envolvido com o Santuário e a ermida de S. Bento das Peras, Vizela.

Quando lhe perguntei qual o número peregrinos que ali chegam anualmente, não sabia qual o seu número, tal como a Eng^a. Fátima Pereira, secretária da Confraria. Ainda assim, acrescentou que durante todo o ano e todos os dias a ermida recebe devotos. Frisou ainda que muitos deles são jovens e que, em determinados períodos do ano, como na época de exames, a sua afluência é ainda mais evidente.

O dia 11 de Julho e o domingo seguinte, talvez sejam os dias de maior afluência de peregrinos e de devotos, embora o monte de S. Bento receba devotos todo os dias do ano.

Números recentes têm apontado para cerca de cinco mil pessoas a acompanhar a procissão, a subida de S. Bento, do centro da cidade, até ao alto do monte. Acrescentou que as pessoas aderem bastante a esta forma de religiosidade popular. As festas religiosas, as procissões, continuam a mover multidões.

Referiu que, ao longo dos anos, tem assistido a um aumento de afluência de visitantes, mas acredita que a motivação não seja apenas o culto a S. Bento mas também a beleza do local.

O culto ao Santo na pequena cidade de Vizela é honrado e são vários os que nele querem participar. Quem transporta a imagem de S. Bento do cimo do monte para a igreja de onde parte a procissão é a Corporação de Bombeiros e tem orgulho em fazê-lo. Recentemente, têm sido apoiados por um grupo de motares que mostraram interesse em participar.

No longo diálogo com o Sr. Padre, este referiu que cada vez tem mais solicitações para casamentos, batizados e outras cerimónias, para se realizarem no santuário, considerando que se trata de um aumento acentuado. Frisou que ao monte de S. Bento chegam autocarros com pessoas de outras paróquias para ali passarem o dia, almoçam, convivem, veneram e até trazem sacerdote e celebram missa no santuário.

Todos os domingos à tarde, o Sr. Padre Constantino celebra missa no Santuário que está sempre cheio, tanto no Verão como no Inverno; alguns dos fiéis são assíduos.

Os devotos invocam o Santo para tudo mas, segundo a tradição, o S. Bentinho de Vizela era indicado para tirar cravos, verrugas. Atualmente, os devotos recorrem para ao Santo por diversas razões. Acreditam e veneram e S. Bento corresponde aos seus apelos. Porém, nunca assistiu a nenhum milagre.

Por último, e depois de termos abordado outras peregrinações, o Sr. Padre demonstrou alguma tristeza por os crentes se esquecerem que um Santuário aponta para Deus e não apenas para o Santo.

2. Fotografias complementares

















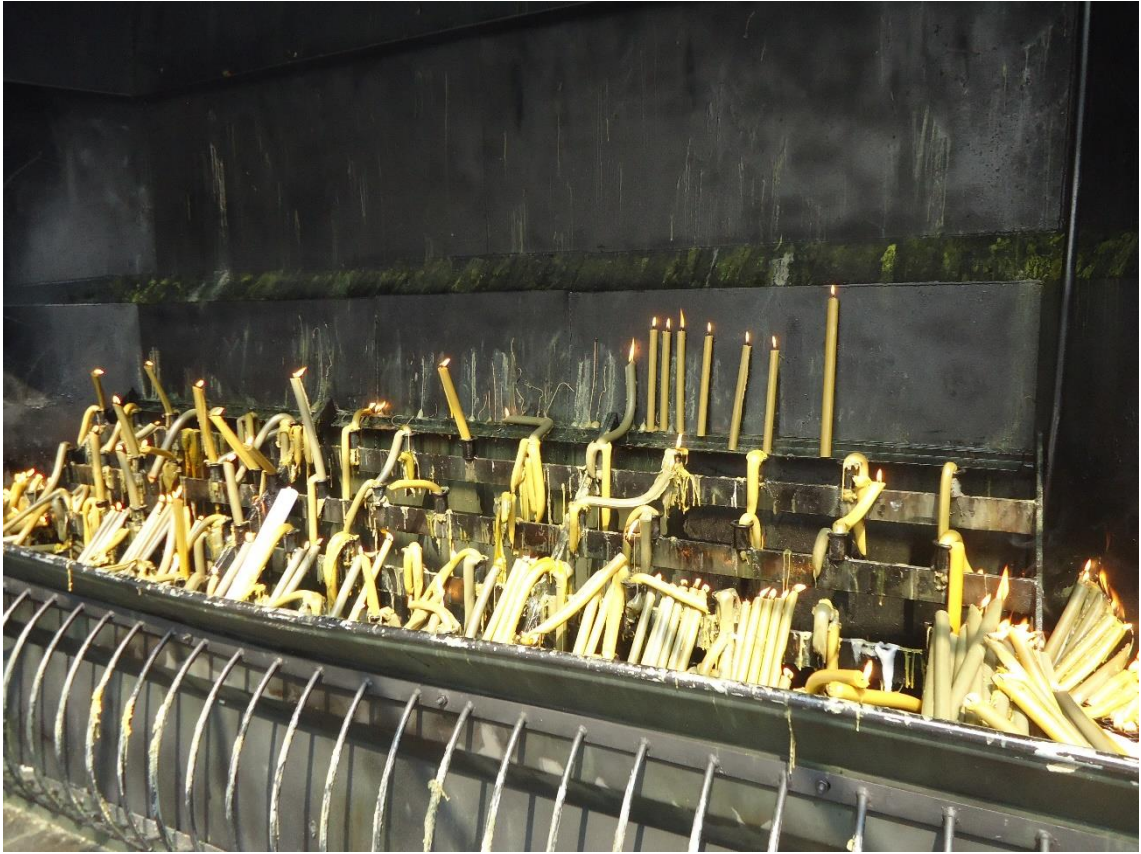








Figura 38- Credencial Fonte própria



Caminho de
S. Bento

Nome _____

Localidade _____

Santuário *S. Bento de Sto. Tirso*
 S. Bento das Pêras
 S. Bento da Porta Aberta

Início da Peregrinação

Apé *Bicicleta* *Outro Transporte*

Ora et Labora

S. Bento, a _____ *de* _____ *de 20* _____

Figura 39- Credencial Fonte própria



Figura 40- Logo Fonte própria